



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 115

IV Sessão Legislativa

Horta, Terça-Feira, 29 de Novembro de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado José Lima) e Cláudio Lopes*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para a Agenda da Reunião com a continuação da discussão da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/2011 – “Plano Anual Regional para 2012”** e da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 34/2011 – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012”**.

Participaram no debate os Srs. Deputados Abel Moreira (*CDS/PP*), Mário Moniz (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*), Duarte Freitas (*PSD*), Francisco César (*PS*), Luís Garcia (*PSD*), Jorge Macedo (*PSD*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Zuraída Soares (*BE*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Nélia Amaral (*PS*), Rui Ramos (*PSD*), José Rego (*PS*), Berto Messias (*PS*), João Costa (*PSD*), José San-Bento

(PS), José Ávila (PS), Piedade Lalanda (PS), Paulo Rosa (CDS/PP), Herberto Rosa (PS), Aida Santos (PSD), Duarte Moreira (PSD), Rogério Veiros (PS), Ricardo Cabral (PS), Pedro Gomes (PSD), Isabel Rodrigues (PS), António Ventura (PSD), Paulo Ribeiro (PSD), Bárbara Chaves (PS), os Srs. Secretários Regionais da Economia (*Vasco Cordeiro*), do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*), da Saúde (*Miguel Correia*), da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*), o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 37 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo muito bom dia.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos, começando naturalmente com a chamada.

(Eram 10 horas e 07 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Garcia Lemos

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Alberto Valadão Vaz

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
João Oliveira **Teves**
Joe **Valadão** Rego
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nélia Maria Brito **Nunes**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Francisco Salvador Fernandes

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Paulo Jorge Silva Ribeiro

Pedro António de Bettencourt Gomes

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos continuando com o **debate na generalidade do Plano e do Orçamento Regionais para 2012** e de acordo com a lista de inscrições presente na Mesa tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Abel Moreira.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estão em análise as propostas de Plano e Orçamento para 2012. O CDS-PP Açores entende que os responsáveis políticos e, por maioria de razão, os que ocupam cargos governativos, devem pautar a sua actuação fazendo cumprir os compromissos que assumiram.

Em jeito de balanço aproveitamos este debate para chamar a atenção da maioria socialista e do seu governo para a falta de execução das suas promessas em algumas ilhas.

Começo pelos investimentos necessários, prometidos, inscritos em todos os Planos de Investimento do actual mandato, mas ainda não concretizados, para a ilha Graciosa.

Ouve-se falar da construção de uma marina há anos. Foi, aliás, um dos temas fortes da última campanha eleitoral autárquica. Todavia, este parece ser um projecto para “marinar” por mais uns anos.

Por ventura, o Senhor Secretário Regional da Economia poderá esclarecer-nos sobre o andamento da intenção?

Senhor Secretário da Economia, Vasco Cordeiro...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Quem é? quem é? A marina onde é?

O Orador: Na Graciosa.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Já lhe respondo!

O Orador: Importa ainda perguntar ao Governo Regional quando prevê a entrada em funcionamento do Centro de Valorização de Resíduos, concluído há meses, mas ainda fechado, bem como o que quer dizer quando assume que quer “fomentar a oferta turística das Termas do Carapacho”.

Será que podemos esperar um apoio do Governo à deslocação às Termas de médicos especialistas?

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A ilha do Pico surge neste Plano, mais uma vez, como “a ilha do futuro”. Todavia, esta é uma das ilhas onde existem mais investimentos repetidos e mais promessas por cumprir.

Para 2012, e no que diz respeito ao reordenamento do Porto Comercial de São Roque, o Governo está apostado em construir um novo cais para navios de passageiros, uma nova gare marítima e um núcleo de recreio náutico. Mas será que 346 mil euros chegam? Esperamos também uma aclaração da tutela até porque esta é mais uma promessa que rola ano após ano, há já muitos anos.

E já que estamos a abordar o Senhor Secretário Regional da Economia, pergunta-se para quando melhores ligações aéreas entre o Pico e o exterior, agora que o aeroporto já está dotado de parque de combustíveis?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Nada disso!

O Orador: Quanto à ilha do Faial aponto apenas um exemplo, pois é suficiente para se perceber que não vale a pena prometer aquilo que não se conseguirá fazer. Refiro-me à segunda fase da Variante à Cidade da Horta.

Ainda a primeira fase da estrada não estava feita e já se falava na segunda que não há maneira de sair do papel. Pode o senhor Secretário dos Equipamentos dar alguma explicação sobre tanta demora?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ora aí está Sr. Secretário!

O Orador: Por fim, faço uma alusão à ilha do Corvo. Neste Plano existem verbas para a cobertura e requalificação do polidesportivo e para um projecto de substituição energética. Congratulamo-nos com tais investimentos. Porém, estes deveriam ter sido investimentos prioritários, se compararmos com o Centro Cultural e Multiusos que está fechado desde o dia da sua inauguração.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS-PP está atento. Hoje, mais do que críticos quisemos ser construtivos, demonstrando apenas que não vale a pena prometer sem concretizar. E quando

se promete, mas não se investe, faz falta explicar porquê. O que pedimos hoje são explicações, assim as queiram dar o Governo e a maioria que o suporta.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos, Sras. e Srs. Deputados.

Creio não haver pedidos de esclarecimento.

Assim sendo, passamos para a intervenção seguinte. Tem a palavra, para tal, o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Eis-nos chegados ao debate das propostas de Plano e Orçamento que constituem o culminar da legislatura iniciada em 2008, com a expressiva vitória do Partido Socialista.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Muito bem!

O Orador: Estas são propostas que, mais uma vez, traduzem o rigor, a transparência e a gestão cuidadosa dos recursos públicos regionais que têm caracterizado a acção do Governo dos Açores.

Propostas que são, também, sinónimo de determinação, de empenho e, sobretudo, de esperança para as famílias e para as empresas açorianas.

Determinação em vencer os desafios que uma das maiores crises financeiras e económicas de sempre nos coloca, como sejam a defesa do emprego, o apoio às famílias e os incentivos às empresas da nossa Região.

Empenho em continuar a manter os Açores como uma referência nacional e regional de gestão criteriosa e transparente das finanças públicas.

Esperança para as Açorianas e Açorianos que, para além dos efeitos da crise que nos entra pela porta dentro, se vêem confrontados com as desastrosas opções políticas de um Governo da República que demonstra uma obsessão

doentia pela austeridade e uma olímpica indiferença por políticas de fomento e de crescimento económico.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E neste momento de grande turbulência nacional e internacional, a capacidade do Governo dos Açores de dar a resposta adequada à actual conjuntura, é uma constante que, mais uma vez, se manifesta e concretiza.

Tenho dito em diversas circunstâncias, e volto a referi-lo aqui: se há coisa que não podemos fazer, é baixar os braços, não podemos desistir, é deixarmo-nos contaminar pela crítica destrutiva e pelo negativismo dos que medram no infortúnio e na infelicidade alheia.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Aqui, nos Açores, atingimos hoje um patamar de respeitabilidade e credibilidade consensual, precisamente, porque somos diferentes na governação. Essa diferença pode ser concretizada na afirmação de que, hoje, o Governo dos Açores pode acudir às famílias e às empresas porque soube e sabe gerir bem os recursos de que dispôs nos últimos anos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Porque teve a consciência de que não devia fazer mais do podia, nem assumir despesas que não poderia pagar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Dirão alguns que isso é uma inevitabilidade, que seria assim de qualquer modo e que, fosse qual fosse o Governo, o resultado seria este.

Mas, então, eu pergunto:

Onde estariam os Açores se, em 2004, os eleitores tivessem respondido favoravelmente à proposta do PSD para a criação de cerca de uma dezena de sociedades de desenvolvimento regional?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por exemplo, na ilha Graciosa, onde dizia, o PSD/Açores, o Governo estava a travar o seu crescimento. Na altura, lamentava-se o líder desse partido, e cito, que “os açorianos se deixem enganar”. “Só este ano”, acrescentava, “Alberto João Jardim vai inaugurar 400 obras na Madeira”.

Nas Flores, por exemplo, o PSD/Açores prometia a criação de mais uma sociedade de desenvolvimento destinada a duplicar o nível de investimento público previsto pelo Governo do PS/Açores.

Deputado João Costa (PSD): Será que são as Ilhas de Valor?

O Orador: E assim era um pouco por todas as nossas Ilhas!

Assim era, um pouco a propósito de quase tudo.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E essas escavações espeleológicas do cemitério de Winnipeg!

O Orador: Quem hoje tanto clama contra o número de empresas públicas é o mesmo partido que pretendia criar uma sociedade de desenvolvimento por ilha!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Passado este tempo, felizmente, já sabemos onde a História nos trouxe. E se é verdade que o mal dos outros não nos serve de bem,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Sr. Presidente do Governo elogiou o Presidente do PSD há pouco tempo!

O Orador: ...não deixa de ser menos verdadeira a constatação de que não foi necessária qualquer sociedade de desenvolvimento para fazer as obras que se impunham, a diferença é que o Governo dos Açores do PS fê-las sem comprometer o futuro dos Açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E esta é a diferença, a grande diferença que nos separa. Nos Açores temos construído o que podemos construir, com os recursos que temos e sem comprometer o futuro da Região.

Deputado João Costa (PSD): São 20 anos a viver do mesmo!

O Orador: O que ainda maior partido da oposição nunca diz, é que se os eleitores tivessem escolhido o seu caminho, hoje a dívida regional seria,

provavelmente, o dobro ou o triplo, o desemprego muito possivelmente o dobro, e a Região estaria falida, de mão estendida à procura de ajuda, como estava, aliás, em 1996, quando o Partido Socialista chegou ao governo e quem era responsável pelas finanças regionais era a mesma pessoa que agora quer voltar, 16 anos depois, a ser governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já que não há congresso para fazer discurso, aproveita o momento para o fazer!

Deputado Berto Messias (PS): Não fiquem nervosos!

O Orador: O PSD/Açores é, também por isso, um partido ultrapassado pela história.

Ultrapassado pela História nas propostas que apresentou...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos ouvir o Sr. Secretário Regional da Economia.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

O Orador: ...e que vieram a revelar-se, noutras paragens atlânticas, desastrosas.

Ultrapassado, neste caso, pelo Partido Socialista na sua capacidade de renovação geracional, de inovação de políticas e de capacidade de resposta a uma conjuntura desafiante.

Hoje, quase no término de mais uma Legislatura, o PSD/Açores surge neste Parlamento triplamente derrotado.

Derrotado perante as novas gerações, porque se revela incapaz e impotente para sair do labirinto geracional para que se deixou arrastar. Hoje, quer por no Governo quem já estava no Governo...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...quando o PS ganhou as eleições pela primeira vez.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E barcos? E aviões?

Deputado João Costa (PSD): O senhor mesmo não pode falar da Secretaria da Economia, porque não tem nada para dizer acerca dela!

O Orador: Derrotado perante si mesmo, porque na sua incapacidade de propor alternativas políticas, o seu grande argumento para as próximas eleições regionais é agarrar-se como náufrago ao argumento formal da alternância.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Derrotado, também, e sobretudo, perante os Açorianos: o modelo de desenvolvimento que preconizavam para os Açores, alicerçado em sociedades de desenvolvimento, fracassou com estrondo, e, da parte do PSD, o que se segue a esse fracasso é um silêncio ensurdecido de incapacidade, agravado pela postura que, não raras vezes, mergulha-o na demagogia e resvala para a irresponsabilidade.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o próximo ano, no que diz respeito às matérias da dependência da Secretaria Regional da Economia,...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ah!

O Orador: ...as prioridades não podiam ser mais claras: estamos determinados em continuar a ajudar as nossas empresas e as nossas famílias dotando-as de instrumentos que lhes permitam responder à actual conjuntura.

No que às empresas diz respeito, o Plano de Investimentos para 2012 regista, por exemplo, um aumento de mais de 16% das verbas destinadas à promoção de produtos açorianos no exterior, o mesmo é dizer, uma vez que nestes apoios se incluem o apoio ao transporte, o qual pode ir até 90% - que essa é uma medida de claro reforço da capacidade exportadora da Região.

Gostaria de realçar e reforçar esse aspecto, uma vez que ele se tem assumido como verdadeiramente estratégico na nossa actuação. Quer com o fomento do nosso turismo, quer com os mecanismos de apoio à exportação de produtos para o exterior, quer com a busca de novos mercados como aconteceu ainda recentemente com Cabo Verde, o reforço da capacidade exportadora é uma área

da qual, ao que já conseguimos alcançar, queremos adicionar maior dinamismo e maior capacidade de penetração noutros mercados.

Por outro lado, reforçam-se, também, as verbas destinadas ao Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo, as quais ascenderão no próximo ano a cerca de 2, 5 milhões de euros,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...e que, após a reforma desse sistema, já acolheu, à data de ontem, mais de 70 candidaturas com um potencial de investimento privado superior a 11 milhões de euros.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Muito bem!

O Orador: Muito brevemente, virá a este Plenário uma proposta de reforma do regime do licenciamento industrial. Mais uma vez, temos como objectivo reduzir os prazos de análise de pedidos, diminuir a sua carga burocrática e permitir que esses investimentos se possam concretizar cada vez mais depressa. Em suma, reduzir os chamados custos de contexto, facilitar a vida às nossas empresas e, com isso, potenciar a criação de emprego e a geração de riqueza.

Deputado João Costa (PSD): Agora é que vai ser!

Deputado Clélio Meneses (PSD): O discurso é igual! É sempre o mesmo!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não percebe nada!

O Orador: Estas alterações continuam a fazer dos Açores uma das regiões do país com melhor capacidade para atrair investidores, sendo que os nossos incentivos são já um exemplo a nível nacional pelo seu conteúdo e pelo seu funcionamento.

Mais importante ainda é o facto de os empresários reconhecerem a utilidade e adequação desse sistema de incentivos e a ele recorrerem em largo número: mais de 600 candidaturas apresentadas ao abrigo do SIDER, o que representa a criação de mais de dois mil postos de trabalho e uma intenção de investimento privado superior a 400 milhões de euros.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No que ao sector do Turismo diz respeito, o Governo dos Açores está consciente de que o próximo ano acarreta grandes responsabilidades. Não ignoramos que a débil situação financeira do país, agravada por medidas acentuadamente recessivas por parte do Governo da República, irá provocar uma quebra significativa no número de turistas nacionais.

Há, então, que reforçar a nossa presença nos mercados internacionais.

Neste sentido, estimamos investir uma verba que ronda os 12 milhões de euros, entre outras medidas, em contratos com operadores, acções de promoção do destino em diferentes mercados, apoio à realização de eventos na Região. Também aqui temos trabalho feito que queremos continuar.

Deputado João Costa (PSD): O que é que mudaram?

O Orador: Nos últimos anos, procedemos a uma reformulação na filosofia e na prática dos apoios aos operadores, atribuindo-os em função dos resultados obtidos, temos vindo a alargar o número de mercados onde estamos presentes, e a entrar em alguns dos maiores circuitos de comercialização europeus.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Em 2012, vamos iniciar ou reforçar a nossa presença em alguns países onde pensamos poder crescer de forma sustentada. É o caso da Bélgica, com ligações directas aos Açores, da Polónia, da Rússia e do Brasil, que se juntam assim a países como a Alemanha,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Aí percebe-se!

O Orador: ...Holanda, Áustria, Inglaterra, Espanha, França, ou a alguns Estados dos Estados Unidos ou algumas Províncias do Canadá.

Estamos no caminho certo...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Antes não estavam!

O Orador: ...e sabemos que este é o caminho certo. Por exemplo, no caso do Canadá, 2011 é já o melhor ano de sempre ao nível das dormidas oriundas daquele país, com um crescimento em relação ao ano passado que ronda os 25 por cento. Também na Alemanha crescemos, até Setembro, mais de 4 por cento e na Holanda quase 30 por cento. Se dúvidas há, estes números demonstram que

efectivamente sabemos o que queremos, e sabemos como e onde trabalhar para alcançar resultados, por muito que alguns dos partidos da oposição teimem em não querer ver a realidade.

Aliás, a própria realidade do turismo regional mostra como este é um sector dinâmico, que não se coaduna com análises apressadas, como se constata pelo facto de seis das nossas ilhas terem registado até ao passado mês de Setembro crescimentos no número de dormidas em relação ao período homólogo do ano passado.

Esta aposta nos mercados internacionais não nos faz, contudo, desistir do mercado português.

Deputado João Costa (PSD): E valor?

O Orador: O comportamento do mercado nacional em relação aos Açores, e, sobretudo, o argumento do custo das passagens aéreas, levam-me a deter-me um pouco neste aspecto e numa reflexão que julgo dever partilhar com a Câmara.

O que os números a este propósito indicam é aquilo que já sabemos: a questão do transporte aéreo relativamente ao Turismo tem influência especialmente no caso dos chamados *independent travellers*,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Foi muito tempo no Winnipeg! Tinha que falar em inglês!

O Orador: ...os quais significam uma percentagem que julgamos não chegar a 10% do total de turistas que visitam os Açores. Os restantes cerca de 90% beneficiam, e bem, das tarifas que são disponibilizadas a diversos agentes do sector e que tornam o nosso destino competitivo, mesmo no actual contexto de crise.

Se tomarmos como referência aquele que é considerado, desde logo pelo PSD/Açores, como um modelo em termos de acessibilidades aéreas, é o caso da Madeira, cedo perceberemos que as leituras precipitadas são más conselheiras.

Deputados José San-Bento e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Em Setembro passado, comparativamente a Setembro de 2010, os turistas nacionais caíram, na Madeira, -12.7%, enquanto que nos Açores esse

número foi de 7.7%. De Janeiro a Setembro, e em termos homólogos, essa quebra foi de -11.5% na Madeira e de -5.6% nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

O Orador: A conclusão que entendemos que aqui se deve retirar não é a que estamos bem. É, exactamente, por entendermos que há desafios a vencer nesse mercado, que temos já em execução um conjunto de medidas destinadas a incentivar o turismo nacional, das quais se destaca, naturalmente, um conjunto de tarifas promocionais para a época baixa pelo valor de 88,5 euros.

Deputado João Costa (PSD): Com uma boa pronúncia! Pronúncia açoriana!

O Orador: A conclusão é, outrossim, a de que pretender resumir os desafios que o nosso Turismo enfrenta no mercado nacional à questão das acessibilidades aéreas, é enganarmo-nos a nós mesmos e quereremos enganar os outros.

Por outro lado, um outro desígnio que sai reforçado no Plano de Investimentos para 2012 é o do trabalho de qualificação da nossa oferta e dos nossos produtos turísticos.

É nesse objectivo que se inserem obras que avançarão em 2012 como sejam, no âmbito do reforço da oferta da Região na área do turismo náutico, a construção da Marina da Barra da Graciosa, cujo concurso público lançaremos ainda durante a corrente legislatura, ou, na área do Turismo de Saúde e Bem Estar, o apoio ao projecto privado de reactivação das obras das Termas do Varadouro, aqui na ilha do Faial.

Deputado João Costa (PSD): A Câmara da Horta é que vai fazer isso agora!

O Orador: No âmbito das políticas relativas ao transporte aéreo, onde a Região tem também trabalho feito para apresentar, se bem que, suspeito, há lá fora na República quem não queira ouvir, e quem por aqui esteja a tentar que lá fora não se oiça.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aliás, convém dizê-lo aqui, não deixa de ser, no mínimo, tendenciosa a resposta dada pelo Ministério da Economia ao requerimento dos deputados do PSD/Açores na Assembleia da República dizendo desconhecer

qualquer proposta para a Revisão das Obrigações de Serviço Público nas ligações aéreas entre os Açores e o exterior.

Como é do conhecimento de todos, a verdade é que o Governo dos Açores, desde 18 de Agosto, que manifestou ao Governo da República a intenção de que fosse desencadeado o processo de alteração dessas Obrigações entre o Continente e os Açores.

O que ficou acordado nessa reunião em que estiveram presentes eu e o Ministro da Economia e do Emprego, foi que, tendo em conta o trabalho que o Governo dos Açores já tinha feito sobre esta matéria, a forma de fazer avançar o processo, seria a do Governo da República indicar um interlocutor para que, em conjunto pudéssemos construir uma solução satisfatória para ambas as partes.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já não há meios: nem telefone, nem fax...

O Orador: Já esta semana tive a oportunidade de enviar uma nova mensagem ao Senhor Ministro a dar-lhe conta que aguardámos, ainda, a indicação desse interlocutor para um trabalho que urge a bem da mobilidade dos Açores.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nesse âmbito, temos como objectivo melhorar as acessibilidades ao exterior e diminuir os preços do tarifário. Pelo trabalho que já fizemos, julgamos que esse objectivo é possível sem aumentar a despesa do Governo da República com as compensações das Obrigações de Serviço Público. É mais um exemplo, a juntar a tantos outros, de solidariedade do Governo dos Açores para com o Governo da República na contenção da despesa pública.

Deputado Jorge Macedo (PSD): São só sucessos!

O Orador: No que aos transportes marítimos diz respeito, a aquisição da Transmaçor permitiu-nos estabilizar a operação no Grupo Central, o que teve como resultado uma melhoria sem precedentes nas ligações entre as ilhas do Triângulo. Estas ligações serão melhoradas ainda mais, futuramente, com a

entrada ao serviços das embarcações destinadas a substituir os cruzeiros e cujo concurso público está a decorrer a bom ritmo.

Deputado João Costa (PSD): Futuramente!

O Orador: Também no transporte sazonal de viaturas e passageiros entramos num período em que este está já estabilizado. O Governo continuará, por isso, a garantir a existência de um transporte marítimo sazonal de passageiros e viaturas entre as ilhas da nossa Região.

Do ponto de vista de infra-estruturas, a par do início de obras como o Terminal de Passageiros da Madalena do Pico, teremos a conclusão das obras da 1ª Fase de Requalificação da Frente Marítima da Cidade da Horta ou das rampas *roll-on/roll off* nas ilhas actualmente abrangidas pela operação de transporte marítimo de passageiros. Uma referência especial à construção das rampas: o alcance desta decisão não se esgota apenas na operação sazonal de transporte de passageiros. Não tenho dúvidas em afirmar que esse investimento se reveste de um carácter verdadeiramente estratégico para a construção de um mercado interno na nossa Região. E essa é mais uma medida que consta do património político dos Governos do Partido Socialista.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta conjuntura difícil e complexa em que, por vezes, o desânimo parece querer instalar-se, em que a dimensão dos desafios parece amedrontar os mais intrépidos e corajosos, em que as famílias receiam pelo futuro e as empresas chegam a questionar-se se terão futuro, é bom que as Açorianas e Açorianos saibam que podem continuar a contar connosco.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É importante que as Açorianas e os Açorianos saibam que nesta tormenta que vivemos, estamos ao seu lado e, sobretudo, não deixamos ninguém para trás.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Seja empresa, família, colectividade ou simples Açoriano, cá estamos e cá estaremos, a mobilizar recursos, a criar medidas e novas políticas, a fazer tudo, para que não fique ninguém para trás.

O Governo não está de um lado e as famílias do outro. O Governo não está de um lado e as empresas do outro;

O Governo não está a tratar de questões esotéricas e as famílias e as empresas a lutar pela sobrevivência;

O Governo está, inequívoca e totalmente, ao lado das famílias e das empresas dos Açores.

A proposta do Plano de Investimento que esta Câmara se prepara para votar é mais uma prova do cumprimento desse compromisso e desse voto. Juntos estamos nessa tormenta,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): “Juntos conseguimos”!

O Orador: ...e ajudando-nos o engenho, a arte e a confiança dos Açorianos, juntos sairemos dela.

Deputado Jorge Macedo (PSD): “Juntos conseguimos” cair no buraco!

O Orador: Que esta seja pois mais uma oportunidade para que se cumpram as palavras da poetisa e que possamos dizer: “Há um imenso orgulho na palavra Açor e em redor das ilhas o Mar é maior.”

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Jorge Macedo (PSD): A maior parte são sorrisos amarelos! Pelo meio há uns cor-de-rosa!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Foi o debate dos discursos cor-de-rosa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, encontra-se nas galerias uma turma da disciplina de Economia do Curso Técnico de Secretariado da Escola Profissional da Horta, a quem saúdo.

(Aplausos da Câmara)

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento à intervenção do Sr. Secretário Regional da Economia.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Mário Moniz.

Sr. Deputado tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vai o Sr. Secretário cumprir o que assumiu nesta casa de apresentar um plano integrado de transportes, tendo como base as reais necessidades das populações e da economia, potenciando a complementaridade e eficácia do serviço prestado?

Para quando o corte com a lógica dispendiosa de cada sector e cada empresa pensar apenas por si e em si com as consequentes quebras de interacção e eficácia?

Passados 3 anos não se vislumbra nem o anúncio da apresentação, nem ao menos a nova data dessa apresentação que estava prevista para 2009. Terá o Governo e o Sr. Secretário desistido da sua apresentação?

Tal decisão nunca foi comunicada a esta Câmara.

Ou será que este Governo, fazendo *jus* à nova e recorrente fórmula encontrada para desculpar as suas sucessivas derrapagens que consome imensos fundos públicos, assumiu finalmente a sua incapacidade de planeamento?

Finalmente, Sr. Secretário, de forma telegráfica, mas para que não passe a esquecimento, aumento da pista do aeroporto da Horta. Para quando?

Termas do Varadouro: que pretende realmente fazer?

Muito obrigado.

Presidente: Não tenho inscrições.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que comece a minha intervenção saudando o Secretário da Economia pela grande intervenção que fez neste Plenário...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ...pela sua consciência da realidade e sobretudo por vir a esta bancada apresentar um rumo, um caminho e dar esperança aos açorianos, de que este Governo Regional estará sempre ao lado dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Jorge Macedo (PSD): Se não for o noivo a elogiar a noiva, quem será?

O Orador: Por outro lado, manifestar a minha tristeza, que num momento tão complicado para os Açores, o maior partido da oposição tenha-se esquivado ao debate, esquivado ao esclarecimento...

Deputados Berto Messias e José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Mark Marques (PSD): O debate ainda não terminou!

Deputado Clélio Meneses (PSD): O PS é que pede intervalos para não ouvir os deputados da oposição!

O Orador: ...esquivado à propositura e não quiseram interrogar o Sr. Secretário da Economia.

Preferiram a tática política, o momento televisivo a estarem a interrogar o Sr. Secretário.

Mas o Partido Socialista não fará isso. O Partido Socialista tem um rumo e o Partido Socialista irá questionar o Sr. Secretário, porque é importante que quer aqui nesta Câmara, quer os açorianos em casa, saibam o que nós pretendemos e saibam que neste momento tão difícil há 3 eixos que não podem e não devem ser esquecidos: a questão do fomento da competitividade, a questão da sustentabilidade do turismo e a questão da melhoria das acessibilidades.

Estes são 3 eixos que o Governo elegeu como fundamentais na área da economia para fazer o seu trabalho e para conseguir ultrapassar esta crise económica em que vivemos.

Neste sentido, questionava o Sr. Secretário relativamente à sustentabilidade do sector do turismo que tanto está contingenciado pelo contexto a nível internacional e a nível nacional.

Deputado João Costa (PSD): Pensei que ia perguntar pela composição do secretariado!

O Orador: Sendo o mercado nacional o nosso principal emissor, que tipo de relação e a que tipo de campanhas iremos proceder a nível nacional e internacional para tentar conseguirmos parar esta sangria,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Sangria!

Deputado Rui Ramos (PSD): Para pagar as dívidas que os senhores deixaram!

O Orador: ...que obviamente as medidas de austeridade feitas pelo Governo do PSD estão a criar...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Do PSD e do CDS/PP!

O Orador: ... a nível nacional.

Também questionar o Sr. Secretário a nível da relação com os operadores turísticos sobre qual a melhor forma com que podemos potenciar exactamente a relação e os contratos com os operadores turísticos, para que eles possam trazer mais turistas para os Açores.

Relativamente à competitividade. O Sr. Secretário anunciou – e aliás é do conhecimento da Câmara – a questão do licenciamento industrial. A questão que ponho tem a ver com o SIDER e aquilo que pergunto é: qual é o número de candidaturas...

Deputado João Costa (PSD): O senhor não ouviu a intervenção do Sr. Secretário?

Deputado Jorge Macedo (PSD): 423 candidaturas!

O Orador: ...e qual tem sido o impacto e aquilo que espera do novo sistema de incentivos.

Por aqui me fico, para já.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Jorge Macedo, continuamos a aguardar a sua intervenção.

Deputado Mark Marques (PSD): Ao contrário do senhor ele vai falar, não vai pedir um intervalo!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco César falou – e bem! – nas campanhas promocionais que é preciso fazer para trazer mais turistas aos Açores.

O Sr. Secretário também na sua intervenção falou e eu tinha uma ou duas perguntinhas rápidas e pertinentes para fazer ao Sr. Secretário.

Sr. Secretário Regional da Economia, olhe para isto: “Eles dão garra à gente!”. É o que está aqui escrito. Patrocínio: Governo dos Açores, Turismo dos Açores, PROCONVERGENCIA.

Com o devido respeito, que é muito, por esta frase...

Deputado Jorge Macedo (PSD): É o novo acordo!

O Orador: ...eu gostaria de saber se isto é uma campanha que promove os Açores, Sr. Secretário...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Já lhe respondo!

O Orador: ...porque não parece que seja assim e se o senhor e o Governo avalizaram esta campanha de “Eles dão garra à gente!”.

Depois, “Dois destinos pelo preço de um!”, é também uma campanha da SATA e vem aqui “Viaje para o Funchal e a SATA oferece-lhe um outro destino: Porto Santo ou Las Palmas por zero milhas!”, “Viaje para Ponta Delgada e a SATA oferece visitar outra ilha por zero milhas!”.

Oh Sr. Secretário, e por que é que não hei-de viajar para a Terceira e oferece-me outra ilha por zero milhas?

E por que é que não hei-de viajar para o Faial e oferece-me outra ilha por zero milhas?

Oh Sr. Secretário, acha que isto é uma promoção equitativa dos Açores ou é uma promoção de uma só ilha?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputados Luís Silveira e Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Neste momento a Mesa não dispõe de inscrições.

Deputado Francisco César (PS): Não vêm à liça, Srs. Deputados?

Deputado Berto Messias (PS): Estão com medo!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: De uma forma muito rápida.

Sr. Deputado Mário Moniz, em relação às Termas do Varadouro julgo que tive a oportunidade na Comissão de Economia de explicitar o que se passa. O facto é que nós temos, em relação às Termas do Varadouro, um privado que está interessado em desenvolver um projecto e a opção do Governo é: em vez de sermos nós a fazer um projecto e depois colocá-lo à concessão, por que é que não é aquele privado que já faz o que entende que deve fazer naquele sítio?

Parece-me que é lógico. O Governo não está desinteressado das Termas do Varadouro. As Termas do Varadouro continuam a assumir-se como um elemento fundamental na área do turismo e de bem-estar aqui, na ilha do Faial, nomeadamente nesse mercado Faial/Pico. São efectivamente uma mais-valia que é preciso pôr a funcionar. A questão não está no objectivo, a questão está na forma. Portanto, é só essa a diferença.

A resposta à sua pergunta é: o Governo está comprometido em criar as condições para a reactivação das Termas do Varadouro. A melhor forma de como isso deve ser feito, neste momento, havendo um privado, é acompanhar, apoiar este privado no desenvolvimento do projecto que ele entende implementar nessa zona.

Em relação ao aumento da pista da Horta. Foi também um assunto que na reunião com o Sr. Ministro da Economia foi levantado e que no dia a seguir, através de um memorando que lhe enviei, também constava. Nós temos que analisar este investimento. Continua a ser importante que seja clarificado do ponto de vista do seu impacto e das suas mais-valias e, sobretudo, da parte do

Governo da República e da ANA (uma vez que é uma infraestrutura gerida pela ANA) que haja uma resposta clara em relação àquilo que pretende fazer e calendarização daquilo que pretende fazer.

O aeroporto já sofreu algumas melhorias no tempo mais recente, nomeadamente com o *grooving* da pista, mas isso não resolve o assunto.

Portanto, continuamos com este assunto em cima da mesa, da nossa parte, colocado perante o Governo da República. Nessa reunião do dia 18 foi colocado.

Plano integrado de transportes será apresentado a esta Assembleia em função daquilo que é não apenas a nossa evolução nesta matéria. O Sr. Deputado saberá certamente que sobretudo na área dos transportes marítimos tivemos, neste ano, algumas alterações do ponto de vista da estrutura, digamos assim, dessa área, desse sector, mas será apresentado de forma a que possa dar uma ideia daquilo que se pretende fazer e daquilo que está já a ser feito em termos da articulação, que é sobretudo este o grande desafio que temos, a melhor articulação entre transportes aéreos, transportes marítimos, sobretudo, e também na área dos transportes terrestres, naturalmente.

Quanto ao Sr. Deputado Francisco César, a questão relativa aos operadores turísticos.

Nós temos sobretudo que, na parte dos operadores turísticos, continuar a considerá-los como uma peça essencial na promoção dos Açores. Nós não resolvemos tudo com a parte das campanhas de promoção institucional.

Agora o que temos é de cada vez mais (e foi isso que fizemos sobretudo nos últimos anos) introduzir uma lógica de responsabilização também.

Nós temos uma componente fixa nesses contratos que celebramos com operadores, uma componente que é apoiada para a promoção e temos uma componente variável, que varia (exactamente por ser variável)...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não consegue dizer isso sem se rir!

O Orador: ...em função daquilo é o número de turistas que esses operadores conseguem trazer para a nossa Região. Tem um tecto: quanto mais consegue

trazer, mais se aproxima desse tecto, não ultrapassa esse tecto; se não trabalhar bem, não recebe tanto; se trabalhar melhor, recebe mais apoio.

Em relação à parte da competitividade do SIDER nós temos neste momento mais de 600 candidaturas apresentadas. Isso significa mais de 2.000 postos de trabalho e mais de 400 milhões de euros de investimento privado.

Continuamos a este propósito a manter o calendário com que nos comprometemos no início desta legislatura, nesta casa, cerca de dois meses e meio a três meses em média naquilo que tem a ver com os projectos analisados pelo Governo e cerca de dois meses e meio para os pedidos de pagamento.

Relativamente ao Sr. Deputado Artur Lima. Essa campanha da Soltrópico, o Sr. Deputado certamente saberá que existe um decreto legislativo regional que prevê um sistema de apoios à promoção por privados e essa é uma campanha de um privado que beneficiou de apoio ao abrigo deste decreto.

O Governo, por meu intermédio, (na altura em que surgiu essa campanha) deu conta que não considerava que fosse particularmente feliz a forma como esse operador resolveu promover, mas de qualquer das formas também não podemos e não queremos entrar numa censura,...

Deputado João Costa (PSD): Esse telefonemazinho não foi uma censura?

O Orador: ...porque o próprio sistema de apoios assim o prevê, em relação àquilo que é uma iniciativa de privados, mas demos conta a esse operador de que considerávamos que não fosse particularmente feliz essa solução.

Quanto à campanha da SATA Air Açores, Sr. Deputado, ela funciona nos dois sentidos (da Madeira para cá e de cá para a Madeira) e sobretudo em relação à parte da localização em Ponta Delgada tem a ver, fundamentalmente, com aquilo que é o movimento de passageiros que se movimenta para esse aeroporto, para essa gare.

Não estará certamente excluído que se possa aperfeiçoar essa campanha, sobretudo vendo a evolução que ela poderá ter em relação a passageiros de outras ilhas e, enfim, adequá-la melhor a essa procura.

Neste momento, a opção foi tomada com estas razões e com estes fundamentos.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco César (PS): Ele fala!

O Orador: Apenas um registo no seguimento da intervenção do Sr. Secretário Regional da Economia e candidato socialista a Presidente do Governo.

Foi uma intervenção em que a grande preocupação, em boa parte da sua intervenção, foi falar do PSD.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: Citou o nome do PSD umas 10 vezes, o nome da líder do PSD umas 8 vezes e mesmo assim conseguiu ainda ir falar de 96.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: O que é importante aqui registar, nesta parte política da intervenção do Sr. Secretário, é que 15 anos após a governação de que ele fez parte, ou apoiou, 15 anos e 25 mil milhões de euros após, onde existem 14.000 desempregados, 31 mil famílias a viver com menos de 540 €,...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): O senhor só sabe dizer isso!

O Orador: ...18.000 rendimentos sociais de inserção e um terço dos açorianos a viver abaixo do limite da pobreza, nestes 15 anos em que ele foi Membro do Governo ou apoiante do Governo, mesmo assim, o discurso que ele trás aqui hoje é falar do PSD e de 96.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

É a desresponsabilização completa!

E mais do isto, Sr. Secretário e candidato socialista a Presidente do Governo, se é assim que vamos encarar o futuro, se é assim a falar do passado, a governar contra as oposições, é por essa e por outras que os açorianos estão como estão hoje em dia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Parece, neste Plenário, que o Partido Social Democrata está incomodado quando se fala da sua líder regional, fica incomodado quando se critica o passado.

Pois, Srs. Deputados, em primeiro lugar parece que têm vergonha do passado da vossa líder, mas o passado não se apaga, Sr. Deputado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ainda bem que não se apaga!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O passado faz parte da nossa história.

Eu sei e eu percebo o vosso incómodo.

Deputado Rui Ramos (PSD): Qual incómodo?

O Orador: É muito simples, Sr. Deputado, porque como os senhores não têm propostas presentes aquilo que nós acabamos por falar é daquilo que conhecemos do perfil da vossa líder partidária.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: Quando nós perguntamos qual é a sua prioridade em termos de acessibilidades, “é baixar as tarifas”, diz a vossa líder.

Mas como? “Dando prioridade”, diz a vossa líder.

Mas como? “Dando prioridade”, diz a vossa líder.

Quando se pergunta sobre quantas *gateways* é que acham que devem servir os Açores. O que é que diz a líder do PSD? “Não sei ainda, não vou adiantar nada agora. Depois logo veremos, mas falamos com todos.”

Deputado Rogério Veiros (PS): É o gabinete de estudos!

O Orador: Quando se pergunta a questão das acessibilidades marítimas, diz a vossa líder: “Com barcos, sem barcos, o que interessa é que funcione!”

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Sem barcos é complicado!

O Orador: Pois bem, Srs. Deputados, até aí já tínhamos chegado!

Deputado João Costa (*PSD*): Não se preste a esse papel, Sr. Deputado!

O Orador: Obviamente, este partido e o Governo a única informação que tem sobre a propositura da vossa líder é o perfil que ela teve no passado, que não é um perfil e um trabalho que vos engrandecem, como os senhores bem sabem.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Não, não! Por isso é que na Câmara de Ponta Delgada deu grandes coças!

O Orador: Os senhores ficam incomodados.

Pois bem, Sr. Deputado, nós podemos referir alturas em que a vossa líder não presidia o PSD.

Podemos falar de outros líderes do PSD para tentarmos perceber o que é que os senhores propõem.

Pois bem, vamos olhar para o passado.

Sociedade de desenvolvimento à moda da Madeira, SCUT's em todos os sítios e depois vêm criticar? É essa a vossa propositura?

Deputado Luís Garcia (*PSD*): E o resultado das Ilhas de Coesão?

Deputado João Costa (*PSD*): Explique lá o que são as Ilhas de Valor? É uma sociedade de desenvolvimento ou não?

O Orador: O Partido Socialista, neste debate, teve uma postura de diálogo, de esclarecimento, de propositura e os senhores a única coisa que o líder parlamentar se levantou para dizer foi que o Partido Socialista está incomodado, porque nós falamos do PSD.

Pois bem, Sr. Deputado, nós não conhecemos mais nada do PSD para além do perfil da Dra. Berta Cabral.

Os açorianos podem estar descansados que o Partido Socialista está aqui com um rumo, ...

Deputado João Costa (*PSD*): Diga lá que não vai criar sociedades de desenvolvimento!

O Orador: ...com um caminho para estar ao lado das famílias e das empresas neste tempo de grande tormenta.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(*) Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Economia, relativamente à questão das Termas do Varadouro, o senhor vem aqui com um discurso que agora é que vai ser.

E o passado, Sr. Deputado Francisco César, efectivamente não se apaga, mas é o vosso passado que está aqui em análise.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E o vosso passado já tem 15 anos e em relação às Termas do Varadouro é um passado negro.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: São promessas em sucessivas campanhas eleitorais: 2000, 2004, 2008 – requalificação das Termas do Varadouro.

Antes de mais esse incumprimento prova (e eu tenho-me fartado de dizer isso) a dualidade de critérios na actuação do Governo Regional em relação a investimentos semelhantes noutras ilhas, aqui no Faial teve uma actuação diferente.

E as desculpas têm sido muitas ao longo do tempo: ora compra de terrenos; agora – pasmem-se! – é a passagem dos terrenos para a falida Câmara Municipal da Horta. A verdade é esta Sr. Secretário: com privados, através do Governo, através da Câmara da Horta, as Termas do Varadouro continuam por

requalificar e há ali aquele potencial que está sub-aproveitado. Há 16 anos que os senhores o prometem e nunca o cumpriram.

Relativamente à ampliação da pista do aeroporto da Horta. Este é um investimento essencial para a ilha do Faial e aqui quero reafirmá-lo. É um investimento verdadeiramente estruturante para a ilha do Faial.

O Governo da República anterior diz que não o fez, está mal!

A ANA diz que não o vai fazer, está mal!

Se o Governo da República actual disser que não o vai fazer, está mal!

Mas o que é preciso aqui é lembrar a promessa do Governo Regional, do Sr. Presidente do Governo Regional, em 2001, que disse que se o Governo da República, se a ANA não fizessem este investimento, o Governo Regional fazia.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): O seu Governo que o faça!

O Orador: Está na altura do Governo Regional...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Está na altura do Governo da República o fazer!

O Orador: ...pôr mãos à obra e cumprir esta promessa e este investimento que é verdadeiramente importante e estruturante para o desenvolvimento desta ilha. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: De uma forma muito rápida.

Relativamente à questão do passado, obviamente que temos passado, mas os senhores também têm.

Deputado Luís Garcia (PSD): Já foi avaliado.

O Orador: E aquilo que aqui se demonstra é que se nós tivéssemos seguido as vossas propostas hoje estaríamos muito pior do que aquilo que estamos. Esse é que é o facto.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Deputado João Costa (PSD): Muito fraquinho!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Se cá nevasse, fazia-se cá ski!

O Orador: Relativamente às Termas do Varadouro. Sr. Deputado, eu julgo que fui claro desde logo na resposta ao Sr. Deputado Mário Moniz e não há dualidade nenhuma de critérios.

Deputado Luís Garcia (PSD): Há!

O Orador: O que é importante é que as Termas entrem em funcionamento.

Deputados Luís Garcia e Costa Pereira (PSD): Para quando?

O Orador: E nisso o Governo está empenhado e vai criar as condições para que aquelas Termas entrem em funcionamento.

Deputado Luís Garcia (PSD): Quando?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quando formos para o Governo, Luís!

O Orador: Quanto à parte do aeroporto da Horta. Oh Sr. Deputado, este assunto não depende apenas do Governo dos Açores.

Deputado Costa Pereira (PSD): Ah, não?

Deputados Jorge Macedo e Luís Garcia (PSD): Diga isso ao Sr. Presidente!

O Orador: Não! Quem gere o aeroporto da Horta é a ANA, é da parte do Governo da República, portanto dessa matéria há algo que o Governo dos Açores continuará a fazer, que é empenhado em que este assunto se resolva...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Diga isso à sua inspiração!

O Orador: ...e isto efectivamente tem sido feito e vai continuar a ser feito.

Muito obrigado.

Deputados Luís Garcia e Costa Pereira (PSD): O vosso empenhamento não amplia a pista!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O José Sócrates que saiu há 6 meses não conta. O Dr. Mota Amaral que saiu há 16 anos é que conta!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho, neste momento, mais inscrições para pedidos de esclarecimento.

Assim sendo, vamos passar à intervenção seguinte. Para tal vou dar a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos, provavelmente, na Europa, a maior crise económica e financeira das nossas vidas. Desde 1929 que não assistíamos a uma crise tão grave, em que o desemprego teima em subir, a banca está paralisada e em risco de intervenção estatal, o rendimento das famílias desce sem fim à vista e o sector produtivo e dos serviços atravessa grandes dificuldades de sobrevivência.

Paralelamente, os Estados atravessam uma crise de financiamento sem paralelo e as democracias, fragilizadas, correm o risco de ficar dominadas por um poder tecnocrata que não presta contas a ninguém a não ser ao poder financeiro dominante na União Europeia.

Esta crise económica e financeira - que se pensou inicialmente ser local, mais tarde regional (sul da Europa) e agora a nível europeu, correndo, inclusive, o risco de se tornar global -, irá afetar, não tenhamos dúvidas sobre isso, as economias mais sólidas como as economias mais isoladas.

Basta olharmos para economias, até há pouco tempo exemplares, em termos de competitividade e de capacidade industrial, como a Espanha e a Itália, as quais, para se financiarem, em alguns prazos, já pagam juros superiores a Portugal. Basta pensarmos em países como a França e a Alemanha, os quais, diariamente, vêem os seus indicadores económicos baixarem e o abismo da crise ficar mais perto.

Acreditar que no meio desta “Grande Recessão”, uma região periférica e insular, como os Açores, poderia resistir indefinidamente às adversidades do abrandamento do consumo interno,...

Deputado António Marinho (PSD): Quem achava isso era o Sr. Presidente do Governo em Outubro de 2008!

O Orador: ...da cessação do crédito bancário às famílias e às empresas e da quebra de confiança na economia, como alguns partidos da oposição querem fazer crer, seria tão absurdo e ridículo como considerar que a solução para estes problemas está exclusivamente ligada à condução de políticas públicas de índole exclusivamente regional.

Deputado António Marinho (PSD): O Sr. Presidente do Governo é que dizia isso em Outubro de 2008, em Santa Maria!

Deputado Luís Garcia (PSD): Já se esqueceu!

O Orador: Mas podemos e devemos, como temos diligenciado, tudo fazer para minorar os efeitos desta crise junto das famílias e das empresas açorianas e apresentar um rumo, um caminho concreto, para que, após a passagem desta tormenta, os principais sectores de geração de riqueza da nossa economia se encontrem mais sólidos e mais competitivos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Plano de Investimentos consubstancia uma forte aposta na promoção da competitividade das nossas empresas, devidamente ponderada face ao contexto de dificuldades estruturais e conjunturais que atravessamos, nomeadamente: a dificuldade de acesso ao crédito, a baixa notoriedade dos produtos açorianos, a dimensão arquipelágica que não permite a geração de economias de escala, as dificuldades nas acessibilidades e o difícil acesso a redes de distribuição, comercialização e promoção.

É este o papel que entendemos incumbir aos poderes públicos:

– Disponibilizando um conjunto de instrumentos estratégicos, devidamente reformulados e adequados à oportunidade, como o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores e o Sistema de Incentivos- Empreende Jovem (aliás, reformulado há pouco tempo pelo Partido Socialista), que permitem e estimulam o aparecimento de novos negócios em áreas da produção

de bens transacionáveis de alto valor acrescentado, que possibilitam a modernização e qualificação de empresas e de negócios viáveis já estabelecidos, ao mesmo tempo que, também funcionam como promotores da coesão regional.

– Disponibilizando incentivos aos operadores económicos para colocação e promoção dos seus produtos em mercados de destino, em estreita colaboração com a Agencia para a Promoção de Investimento dos Açores.

- Ou disponibilizando instrumentos financeiros modernos nos Açores, como um fundo de capital de risco, no âmbito da APIA, para o apoio no seu “*Start Up*” a pequenas e médias empresas ou no suporte inicial de projetos de investimento com forte cariz de inovação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao nível do sector turismo, o desafio que nos é proposto, e a que procuramos responder, é igualmente difícil.

Difícil porque estamos a trabalhar num contexto macroeconómico crítico que se vive igualmente nos nossos principais mercados emissores de turistas.

Ou seja, podemos procurar continentais portugueses para virem aos Açores mas a crise no Continente dificulta a disponibilidade dessas pessoas; podemos fazer o mesmo com os espanhóis mas a crise na Espanha também é nossa inimiga; podemos fazer isso em muitos outros lugares com a mesma dificuldade.

Seria muito fácil, nesta discussão, fazermos como o maior partido da oposição, e dizermos que a solução para os problemas deste sector é: “trazermos mais turistas para os Açores! É preciso trazer mais turistas para os Açores”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É! É!

O Orador: Pois claro: até aí todos sabemos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Como?

O Orador: Nenhum açoriano nos levaria a sério se o trabalho de um partido político como o nosso se baseasse apenas na interpretação e identificação do problema e não no apontar, de uma forma concreta e consequente, a forma de resolução deste mesmo problema.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Aí é que está!

O Orador: A sustentabilidade do turismo passa por utilizarmos os instrumentos de incentivos disponíveis no Plano de Investimento, em parceria com os agentes do sector, para qualificarmos, diversificarmos e adequarmos a nossa oferta turística, às mais-valias que as nossas especificidades nos proporcionam.

Produtos turísticos como o termalismo, o golfe, o *touring*, o mergulho, a observação de cetáceos, o geoturismo, o ecoturismo, o pedestrianismo e a oferta qualificada na área do *meeting industry*, são apenas alguns exemplos daquilo que, conforme o Plano de Marketing Estratégico da Região elenca, podem qualificar a nossa “Marca Açores”.

Mas numa altura em que prevemos que as medidas de austeridade, como disse, do governo do PSD penalizem fortemente os fluxos turísticos provindos do nosso principal mercado emissor, o trabalho que está a ser feito ao nível de acções/eventos, no âmbito promocional, tendo como centro o aumento da notoriedade da “Marca Açores”, junto também dos restantes treze mercados emissores que elencamos como prioritários, constitui, uma necessidade para o sector, que deverá ser reforçada.

Mas a nossa ambição de estruturação do sector turístico não pode ficar apenas por aqui!

Temos de evoluir a nossa relação com os operadores turísticos com que trabalhamos e com outros, novos, como também temos de melhorar as acessibilidades aéreas e marítimas, tendo como premissa base de objetivo, o aumento do número de dormidas e o aumento do gasto médio por turista.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A concretização das políticas de promoção da atividade turística e de coesão económica e social das nossas ilhas só é possível incluindo uma política de transportes marítimos e aéreos concertada e cada vez integrada.

Ao nível dos transportes marítimos e aéreos temos orgulho na aposta feita e concretizada por este Governo, apesar das dificuldades com que nos deparamos,

como também, temos a noção que muito está ainda por fazer para atingirmos os nossos objetivos.

Poderia destacar, por exemplo, que as operações regulares e sazonais de transporte marítimo de passageiros, entre as nossas ilhas,...

Deputados João Costa e Luís Garcia (PSD): Quais?

O Orador: ...que já permitiram transportar, segundo os últimos dados disponíveis, só neste ano, cerca de duas vezes a população dos Açores.

Ou ao nível dos transportes aéreos, também, as tarifas praticadas, que são mais baratas hoje do que quando o Partido Socialista entrou para o Governo, a maior frequência dos voos inter-ilhas, a melhor qualidade do serviço prestado pela SATA, as obras de requalificação e ampliação efetuadas em muitos aeródromos regionais, que permitiram melhorar a sua operacionalidade e qualidade de recepção ao passageiro.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Agora é que vai ser!

O Orador: Contudo, não nos damos como satisfeitos com a atual situação.

Deputado Luís Garcia (PSD): Já vão tarde! Parece que estão começando, mas já estão acabando!

O Orador: É preciso fazer ainda mais e ainda melhor!

Consideramos que temos de melhorar a infraestruturização e eficiência dos nossos portos e aeroportos, proceder à modernização dos navios que operam no transporte marítimo de passageiros nos Açores e melhorar as obrigações de serviço público, da rede aérea regular doméstica entre os Açores e o Continente e a Madeira, para que venham a ser introduzidas melhorias quer ao nível dos preços, quer da oferta e da disponibilidade de lugares assim como, de um conjunto de outros fatores que integram o transporte aéreo de e para os Açores.

Deputado João Costa (PSD): Tudo aquilo que não fizeram!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a viver uma crise em que todos sofrem. Se há crise no Continente, na Itália, na América, é normal que menos continentais, menos italianos e menos americanos visitem os Açores.

É a sequência lógica das coisas.

Deputado João Costa (PSD): Estava tudo pensado, tudo programado!

Deputado Luís Garcia (PSD): O que é que falhou aí?

O Orador: Mas podíamos ter ficado resignados a esta evidência e dizer, apenas e só, “é a vida”. Mas, não, enfrentamos a actual conjuntura de frente e fomos à procura de novos mercados, de novas forma de promoção e de novas estratégias de captação de mercados.

Aliás, o debate sobre o Turismo e as acessibilidades aéreas nos Açores só existe por uma simples razão: os Governos do PS criaram quase de raiz estes sectores,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): A aviação foi inventada pelo PS! Grande lata!

Deputado Mark Marques (PSD): E a internet!

Deputado João Costa (PSD): Não havia aeroportos, porto...

O Orador: ...diversificando a economia e aproveitando o capital empresarial que estava amarrado nas nossas ilhas.

Gostamos, hoje, de ver os partidos discutir as tarifas aéreas, porque, antes, este debate nem existia nos Açores.

Deputado Mark Marques (PSD): É preciso ter descaramento!

O Orador: Gostamos, hoje, de ver os partidos preocupados com o Turismo, porque, antes, este sector era insignificante na economia.

Deputado João Costa (PSD): Isso credibiliza muito a sua intervenção.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro) e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Gostamos, hoje, de ver os partidos reivindicarem mais promoção turística, porque, antes, os Açores estavam fechados ao mundo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sejam todos bem-vindos a este debate e, já agora, quem souber, que dê algum contributo útil, prático, objectivo e sobretudo concretizável, para melhorar o muito que já foi feito.

Deputado João Costa (PSD): Não é o vosso caso!

O Orador: Algo que seja um pouco mais, por pouco que seja, do que meros chavões e frases-feitas!

O nosso contributo está aqui!

Aguardamos ansiosamente o vosso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não sei se há pedidos de esclarecimento, Sras. e Srs. Deputados?

Creio não haver.

Assim sendo, passamos para a intervenção seguinte. Dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Plano e Orçamento até podia vir “bordado a ouro”, ... mas não era por isso que conseguiam fazer esquecer a inexistência prática da APIA (Agência para a Promoção do Investimento dos Açores); ... ou o negócio falhado da revitalização dos Estaleiros Navais da Madalena do Pico; ...ou o concurso anulado dos *ferrys* para o Triângulo; ... ou o concurso anulado para a concessão da exploração da Água das Lombadas; ... ou trapalhada do negócio do Casino.

Este Plano bem podia recusar a continuidade ... mas não era por isso que acreditávamos que daqui para a frente íamos ter passagens aéreas mais baratas, para contrariar a fama de termos as mais caras do mundo;

Deputados João Costa e Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: Podiam até jurar que daqui para frente íamos ter um transporte marítimo de passageiros e viaturas capaz de interagir com o transporte aéreo, ... mas não era por isso que branqueavam um dos negócios mais ruinosos e caricatos da história da Autonomia;

Deputados Cláudio Almeida e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O transporte marítimo de passageiros inter-ilhas foi uma boa ideia, mas V. Exas. atrapalharam-se.

Este Plano fecha um ciclo medíocre para a economia açoriana. Um ciclo medíocre para o desempenho da Secretaria Regional da Economia.

Medíocre é a nota máxima ... para classificar o conjunto de erros básicos, atrapalhamentos, hesitações e insucessos.

Deputados Duarte Freitas e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

V. Exa., Senhor Secretário Regional da Economia, encharca o seu discurso com palavras, mas a sua acção está encharcada de insucessos.

Senhor Secretário Regional da Economia, V. Exa. até podia trazer a esta Assembleia um Plano diferente, mas este... nem “motiva um carreiro de formigas atrás de uma migalha”! E sabe porquê?

Porque, com V. Exa, cada insucesso é pior do que o insucesso anterior. Podíamos até dizer que foi azar atrás de azar ... mas tanto azar junto, faz-nos pensar que isso não é só azar!

Todos sabemos que ficou “entre a espada e parede” com a promessa do Presidente do Governo! Todos íamos ter ... passagens aéreas a menos de 100 euros. Se muitos açorianos ficaram meios desconfiados, muitos outros quiseram acreditar que, pelo menos, V. Exa. não deixaria “dependurado” o seu chefe do governo.

Depois o PS apressou-se a desmentir o Presidente. Afinal não eram todas as passagens abaixo dos 100 euros ... eram só algumas.

Pronto, eram só algumas ... mas pelo menos algumas que fizessem baixar o preço médio das passagens áreas.

O que não sonhavam é que o preço médio das passagens aéreas subisse do ano passado para este ano 13,5% (números de 28 de Novembro, ou seja, de ontem), ... mesmo no caso de uma passagem reservada e paga com 1 mês de antecedência.

Deputado Francisco César (PS): Números de quem? De *print screen*?

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Do gabinete de estudos do PSD, Sr. Deputado!

O Orador: Há um ano atrás, V. Exa., Sr. Secretário Regional da Economia, afirmava que as novas Obrigações de Serviço Público (OSP) eram as melhores do mundo e que os açorianos iam ter passagens aéreas baratas!

Mais uma vez não conseguiu aproveitar esta oportunidade. E sabe porquê? Porque mais uma vez hesitou.

É sempre assim quando tem de escolher entre os açorianos ou o turismo açoriano (por um lado) ... e o *lobby* das transportadoras (por outro).

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O que menos precisávamos eram hesitações em dois sectores vitais para a economia açoriana – os transportes e o turismo.

Hoje ao contrário do que acontece com os destinos com os quais concorreremos, ... por via do preço das passagens, no turismo, estamos mais longe dos mercados emissores.

Hoje ao contrário do que acontece com as diversas regiões portuguesas ... os Açores ficaram para trás.

Deputado José Rego (PS): Não vive nos Açores!

O Orador: Crescemos 3% em 2010! É verdade, mas medindo o sector pelo número de dormidas, depois de estagnarmos em 2007, decrescemos 5% em 2008, voltamos a cair 11% em 2009 e em 2011 somos a região do país com pior desempenho no turismo. Até Setembro estamos a cair 0,2%.

Somos mesmo a única região do país com um desempenho negativo. Em 2011, até Setembro, confirmamos o pior desempenho nacional em 7 dos primeiros 9 meses do ano.

Mas se medirmos o desempenho do sector turístico pelos proveitos da hotelaria açoriana, o panorama é mais negativo.

Até Setembro os proveitos caíram 4,2%. Também por aqui se percebe que os hoteleiros têm vindo a adaptar-se aos condicionalismos do mercado. Estão a fazer o seu trabalho e a posicionar-se com preços mais competitivos. Então o que é que está a faltar?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que falta é transformar a hesitação de V. Exa., Senhor Secretário da Economia, ... em coragem política. Coragem política para assumir que o preço do transporte aéreo para os Açores é um escândalo e está a estrangular o turismo açoriano.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É uma vergonha!

O Orador: Com as suas hesitações os empresários do sector estão a passar por enormes dificuldades. Não só os hoteleiros, mas todos os que fizeram vultuosos investimentos na restauração, na distribuição e na prestação de serviços de animação turística.

O que falta é V. Exa. trocar a promoção turística amadora, ... por uma política de promoção capaz de acrescentar notoriedade ao destino Açores.

O turista quando escolhe um destino de férias pergunta o que é que ganha em visitá-lo, comparando naturalmente com as centenas alternativas que dispõe.

Todos os açorianos sabem a resposta, menos V. Exa! Nem mesmo com 10 milhões por ano para a promoção do destino Açores, consegue dar-lhes um bom motivo para nos visitarem.

O que falta é V. Exa. deixar de “correr atrás do prejuízo”!

Deputado Francisco César (PS): O senhor não leu as estatísticas!

O Orador: Quando os hoteleiros lamentam a baixa taxa de ocupação em plena época alta ... aparecem logo cartazes a anunciar passagens a 88,5€ ... que na prática só existem nos cartazes.

Deputado Francisco César (PS): Se estão altas, estão caras! Se baixam, estão caras. Decidam-se, Srs. Deputados!

Deputado José Rego (PS): Olhe que não!

O Orador: É pior a emenda do que o soneto. Para além de publicidade enganosa, fazer saldos ... em plena época alta ... é tão só desvalorizar o destino.

Quando um partido político denuncia que o preço das passagens é um escândalo ... e o presidente da SATA está prestes a explicar-se na Comissão de Economia ... toca a mandar SMS's e E-mail's para informar que vão estar disponíveis

passagens a 88,5€ ... que tão depressa aparecem, como já só existem para daqui a 6 meses.

O que falta é V. Exa. assumir-se como responsável governamental nas áreas do transporte e turismo ... em vez de jogar ao “gato e do rato”. O pior que pode acontecer ao sector do turismo é ter um responsável governamental hesitante e vulnerável à pressão mediática.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A avaliação do Plano para o próximo ano tem de ser feita à luz da prática política e dos resultados conseguidos com os Planos anteriores. A prática política é um somatório de hesitações! Quanto aos resultados ... os factos atropelam qualquer desculpa justificativa.

Já não tem desculpa. O Governo falhou onde não podia ter falhado. Falhou em sectores vitais – o transporte e o turismo. Falhou em sectores porque houve hesitação a mais ... e embrulhadas a mais ... e atrapalhação a mais ... e amadorismo a mais ... e resultados a menos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário Regional da Economia, estes são os resultados da sua governação. São a marca da sua hesitação!

Disse.

Deputados Duarte Freitas e Clélio Meneses (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, aceitam-se pedidos de esclarecimento.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O silêncio confirma que temos um secretário hesitante.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O senhor sabe por que é? É porque já há muito tempo que estou esclarecido sobre a sua capacidade!

Presidente: Não havendo pedidos de esclarecimento, Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de meia hora.

Retomamos às 11 horas e 55 minutos. Até já.

Eram 11 horas e 23 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 01 minutos.

E vamos reiniciar com uma intervenção do Sr. Deputado Pedro Medina.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é o momento em que se discute o Orçamento e o Plano de Investimentos para 2012.

Têm sido abordados muitos temas nas várias áreas de intervenção do Governo Regional. Não irei fazer uma intervenção exaustiva de propostas ou de promessas não cumpridas. Num momento de tão grandes dificuldades irei centrar-me na problemática da fiscalidade indirecta, nomeadamente ao nível do imposto sobre os produtos petrolíferos.

Como sabemos, a fiscalidade nos sectores da energia e do ambiente têm um papel fundamental e decisivo na formação do preço posto à disposição dos consumidores.

Relembro que a União Europeia enfrenta, desde 1997, uma volatilidade de preços, fruto de decisões dos agentes produtores de petróleo, transformadores e dos agentes decisórios das políticas económicas.

Discutem-se também as questões ambientais. A este nível existe um acordo, nomeadamente o compromisso assumido de redução das emissões de gases com efeito estufa, no Protocolo de Quioto. Para tal, entre outras medidas de carácter estratégico vou cingir-me às medidas que têm a ver com o assunto em discussão.

Para atingir os objectivos de carácter ambiental a União Europeia pretende reduzir a utilização do automóvel em meio urbano e o transporte rodoviário de mercadorias de longa distância. É preciso contextualizar esta matéria.

Em Portugal continental, como nos restantes países do espaço europeu, as infra-estruturas dos transportes colectivos são diferentes da nossa especificidade arquipelágica. Refiro-me às linhas férreas, ao Metro e aos autocarros que devidamente articulados e com várias frequências, funcionam como vectores fundamentais para a mobilidade de pessoas e bens.

Nos Açores, o automóvel entendido num sentido lato, é um meio de transporte fundamental para a mobilidade de pessoas e bens.

Em Portugal, assim como na União Europeia, a vulnerabilidade à subida do preço do petróleo põe, mais uma vez, em cima da mesa a necessidade de reduzir a intensidade energética, por isso, um nível estável e previsível do preço dos combustíveis no actual contexto seria fundamental para a sustentabilidade da nossa economia, seja a nível empresarial, seja ao nível das famílias açorianas.

Neste contexto a formulação do preço de venda é essencial para atingir tais objectivos. Os preços pagos pelo consumidor são constituídos por três componentes: o preço do petróleo bruto, as margens de refinação e distribuição e a fiscalidade sobre os produtos petrolíferos.

Há saída das refinarias o preço é estabelecido no mercado continental tendo como referência o mercado de Roterdão. Nos Açores, o preço de compra é negociado com base no Preço Europa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A UE, através da Directiva 2003/96/CE, do Conselho, prevê que: “*A República Portuguesa pode aplicar aos produtos energéticos consumidos nas Regiões Autónomas níveis de tributação inferiores aos níveis mínimos presentes na presente Directiva...*”.

Esta Directiva previu um mínimo de 302 euros/1.000 Lt no gasóleo, até 1 de Janeiro de 2004, e de 330 euros/1.000 Lt, a partir de 1 de Janeiro de 2010.

No Orçamento de Estado para 2012, nomeadamente no art.º 94º do Código de Imposto Especial sobre o Consumo, Taxas na Região Autónoma dos Açores, o

intervalo situa-se entre: para o gasóleo rodoviário, o mínimo de 49,88 euros/1.000 Lt e o máximo de 400 euros/1.000 Lt; para a gasolina 95, entre 359 euros/1.000 Lt e os 650 euros /1.000 Lt.

Com base neste processo legislativo, o Governo Regional dos Açores fixou o valor do ISP, para o gasóleo rodoviário, entre os 330 euros e os 350 euros/1.000 Lt e, para a gasolina 95, entre os 506 e os 526 euros/1.000 Lt (valor superior ao recomendado pela União Europeia e muito superior ao estabelecido pela legislação nacional).

Está-se dentro deste intervalo, porque o Governo Regional para além de fixar a taxa unitária de ISP por Resolução, de acordo com o Código de Imposto Especial sobre o Consumo, varia automaticamente as taxas unitárias de ISP, até ao limite de 50/1.000 Lt, por força da variação nas cotações de referência que estão na base da sua formação.

Entre a Resolução de 1996 que visou a substituição do regime de taxas variáveis para a obrigatoriedade de reformulação das regras de formação dos preços máximos de venda ao público, entretanto reformulada em 2002, introduzindo um factor de variação automático de 25 euros/1.000Lt, em 2006 altera o factor de variação para 30 euros/1.000 Lt e finalmente com a última reformulação do mecanismo de formação dos preços máximos de venda ao público dos produtos petrolíferos e energéticos na Região Autónoma dos Açores, em Janeiro de 2010, revogando as Resoluções de 2002 e de 2006, passando a aplicar uma variação de 50/1.000Lt.

Por outro lado, o valor do Preço Europa pela Resolução do Governo Regional de 2002, estabelecia que: *“O valor do Preço Europa sem taxas (PE) é igual, em cada mês de calendário, à média aritmética dos valores calculados pela Direção Geral em cada uma das quatro segundas-feiras, que antecedem o dia 25 do mês anterior”*.

Em 2010, alterou a regra para: *“O valor do Preço Europa sem taxas (PE) é igual, em cada mês do calendário, à média ponderada pelos consumos anuais dos preços antes de impostos nos 14 países da União Europeia em que os*

produtos são idênticos aos disponibilizados no mercado nacional, reportados a cada uma das quatro segundas-feiras que antecedem o dia 19 do mês anterior”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não é fácil a interpretação desta legislação na mesma proporção que não é fácil a compreensão da especulação que existe num mercado com fixação de preços livres, mas que não consegue funcionar em livre concorrência, uma vez que é um mercado oligopolista.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ora aí está!

O Orador: Pretendia-se que o Governo Regional, atendendo que não estão garantidas as regras para uma livre concorrência e ao manter o Regime de Preços Máximos protege-se as famílias e as empresas açorianas, desta onda de interesses instalados, que autoridade da concorrência não foi capaz, ou não quis, afrontar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Lei de Finanças Regionais, conquista do processo autonómico, permitiu ter reduções de taxas ao nível da fiscalidade directa e indirecta. Relembro que as taxas de IVA são 30% inferiores às praticadas a nível nacional.

Recordo que, em 2008, o ano de maiores dificuldades, uma vez que o barril de petróleo atingiu valores históricos e, segundo declarações do Governo Regional, implicou um esforço financeiro por parte do erário público de cerca de 38 milhões de euros, tendo em contrapartida obtido uma receita ao nível de ISP de cerca de 43 milhões de euros, para além da receita obtida ao nível do IVA, reflectido no orçamento de 2009 e que contribuiu para o aumento das expectativas ao nível deste imposto.

Considerando que a margem de comercialização dos revendedores não sofre alterações há mais de uma década;

Considerando que os custos de transporte e de armazenagem associados a uma procura, vulgo, consumo, são negociados no início de cada ano;

Considerando que o preço acordado na compra (Preço Europa), em vigor no mês anterior, são factores mais do que suficientes para ter uma maior estabilidade de preços dos combustíveis nos Açores;

E por fim, considerando que, no passado recente, o diferencial dos preços praticados nos Açores já foram inferiores em 23% no gasóleo rodoviário e 11% na gasolina 95, em relação aos preços praticados no Continente;

Assim, considera o Governo Regional poder aplicar um diferencial de cerca de 20% no gasóleo rodoviário e de cerca de 15% na gasolina 95?

Esta uma questão que gostaria de aqui deixar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em tempos de tão grandes dificuldades é importante que sejam tomadas medidas que minimizam os impactos da austeridade imposta por uma conjuntura e por uma estrutura que se deteriorou desde 2006 e que urge corrigir. Entre medidas que tenham uma grande equidade na sua aplicação e outras que não tenham este mesmo objectivo, a opção pelas primeiras é óbvia.

Entende, por isso, o Governo Regional, por exemplo, que se justifica o adiamento da construção do Centro de Arte Contemporânea, para permitir uma poupança a aplicar na política económica no sector da energia, nomeadamente nos combustíveis, gasóleo rodoviário e gasolina 95?

Mais uma questão aqui deixo.

Não queremos um Governo especulador, queremos um Governo que aplique um orçamento equitativo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida.

Em primeiro lugar para salientar que, segundo percebi, o que o Sr. Deputado Pedro Medina aqui vem propor é uma significativa e generalizada baixa fiscal, ou seja, deve ser no contexto europeu a única proposta que conheço de redução fiscal.

Neste contexto gostaria de deixar clara a política do Governo em termos de combustíveis.

Em primeiro lugar, apesar de ser substancialmente mais alto os custos associados ao transporte, armazenamento e disponibilização de combustíveis nos Açores, tendo em conta a realidade arquipelágica e os custos associados à sua distribuição por 9 ilhas e aos custos de estocagem que são substancialmente superiores do que no contexto nacional, o Governo dos Açores não só suporta na íntegra esses custos, como assegura uma equidade de preços entre todas as ilhas, tendo em conta precisamente este diferencial.

Deputado João Costa (PSD): Pensava que a economia tinha alguma coisa a ver com isso. É a orgânica do Governo!

O Orador: Em segundo lugar, mais importante do que isto, apesar do Governo compensar na íntegra os custos superiores que representa os combustíveis na Região ainda aplica uma taxa de imposto substancialmente inferior àquela que é praticada no restante território nacional, porque só assim é possível termos os combustíveis, conforme o nosso compromisso público, pelo menos 11% mais baratos em termos de gasolinas e de gasóleo rodoviário; 21% mais baratos, em termos de gasóleo agrícola e gasóleo pescas e 31% mais barato pelo menos em termos de gás disponibilizado às famílias.

É sem dúvida esta uma área onde o Governo dos Açores mais interveio apoiando as famílias e as empresas, porque só temos estes valores mais baixos porque o Governo abdica de receitas para que as empresas e as famílias açorianas tenham menos custos.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: É esta a nossa política de combustíveis definida com clareza, precisão e transparência.

Deputado Francisco César (PS): Já tínhamos explicado isso!

O Orador: Segunda questão, Sr. Deputado, e vou se calhar pela vigésima vez tentar explicar essa mesma metodologia. Com certeza o defeito não é seu, é meu que não consigo lhe explicar, mas vou tentar mais uma vez explicar.

Sr. Deputado Pedro Medina, a Região tem um contrato com as empresas fornecedoras de combustíveis, no qual fica definido que o preço de custo para a Região desse combustível é o preço de referência (Preço Europa) do mês anterior, ou seja, nós compramos às indústrias petrolíferas os combustíveis exactamente pelo preço médio dos 14 principais países da Europa.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Foi isso que eu disse na minha intervenção na tribuna!

O Orador: É esse o preço de custo, o qual é fixo durante o mês e aplicamos em função desse valor uma taxa de imposto que assegura que nos Açores, como referi, as gasolinas e o gasóleo rodoviário sejam 11% mais baratos, o gasóleo pescas e o gasóleo agrícola 21% mais barato e o gás 31% mais barato.

Para isso acontecer em relação a este preço o Governo reduz não só substancialmente a carga fiscal em relação à gasolina e ao gasóleo rodoviário, como é bom dizê-lo, não só não aplica qualquer imposto ao gasóleo agrícola e gasóleo pescas nem ao gás para as famílias, como subsidia esses preços para que os preços tenham esses valores.

Portanto, nesta matéria não só não há imposto, não há ISP, como há uma subsidiação feita pelo Fundo Regional da Coesão para que os açorianos, as empresas e as famílias açorianas possam ter este preço.

A variação mensal ajusta-se em relação ao nosso compromisso que é definir, em relação ao preço médio público da principal empresa nacional da GALP definido à segunda-feira.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: É essa a nossa metodologia, é esse o nosso compromisso que temos cumprido integralmente a bem das famílias e das empresas açorianas que apesar (como referi) do custo de estocagem, do custo de transportes implicar um preço de combustíveis mais alto na Região, ele é mais baixo, porque o Governo

abdica de receitas e porque o Governo subsidia claramente o gasóleo agrícola, o gasóleo pescas e gás para as famílias.

É essa a política que temos. Com clareza e transparência é essa a política que queremos manter.

Presidente: Sr. Deputado José do Rego tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Pedro Medina queria só fazer um esclarecimento relativamente à introdução da sua intervenção, quando diz que as políticas ambientais definidas pela Europa, no domínio do automóvel, não terão implicações na Região dada a nossa dispersão geográfica e que não interessava muito nos Açores.

Queria lembrar que nos Açores, na política do automóvel, de modo a reduzir-se o número de automóveis a circular na nossa terra foi criado pelo Partido Socialista o passe social, que já foi implementado na ilha Terceira e em São Miguel e que traz grandes vantagens aos utilizadores dos transportes públicos, de forma a minimizar...

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Não é o custo é a frequência das ligações!

O Orador: ...a utilização do automóvel e estarmos ao lado do ambiente.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para contrapor aqui dois ou três pontos da intervenção do Sr. Vice-Presidente e também do Sr. Deputado José do Rego.

A questão da política fiscal. É claro que o Governo Regional dos Açores, por uma questão de coesão regional e para ter preços mais baixos, abdica de uma parte desta receita fiscal a favor, exactamente, dos açorianos.

Não é isso que está em causa, não foi isso que nós dissemos e nenhum ponto da intervenção fizemos referência a isso.

Perante o nível de receita fiscal que o Governo aplica nestas matérias (e estamos a falar em cerca de 50 milhões de euros); quando digo que em 2008 a Região teve um custo de 38 milhões de euros para conseguir manter o sistema, estamos a falar de valores unitários à volta de 0,96 cêntimos e de 1€ por preço de litro na gasolina e no gasóleo. Hoje em dia não tem custos tão elevados e esses preços são muito superiores aqui na Região Autónoma dos Açores. Podia ter havido da parte do Governo Regional alguma disponibilidade para baixar.

Uma última referência: a questão do IVA. É verdade, Sr. Vice-Presidente, mas não se esqueça que o IVA aqui na Região é 30% mais baixo em relação ao continente. Logo aí, em termos de preço, claro que isso vai reflectir-se no preço final.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para dizer que não é verdade que a Região tem uma receita com combustíveis de 50 milhões, porque o senhor esqueceu e omitiu o subsídio ao gasóleo agrícola, ao gasóleo de pescas e particularmente ao gás butano para as famílias açorianas que representa um encargo de 40 milhões de euros através do Fundo Regional da Coesão.

Deputado Pedro Medina (*CDS/PP*): 40 milhões? Peço desculpa!

Eu tenho o relatório. São 15 milhões!

O Orador: Portanto, tem que subtrair esse montante para determinar qual é o valor global.

Segunda questão que me esqueci de dizer há pouco ao Sr. Deputado Pedro Medina. Permita-me e vou concluir a minha intervenção em relação àquilo que disse.

A proposta que fez de abdicar da construção do Centro de Arte Contemporânea e aplicar esses recursos na subsidiação, ainda superior, à política de combustíveis omite-se é uma coisa: é que 95% do investimento do Centro de

Arte Contemporânea são comparticipados por fundos comunitários e os gastos decorrentes, ou o investimento decorrente, da componente da subsídio não tem qualquer comparticipação. Portanto, se tirar 100 de um lado não consegue dar 100 ao outro. Se tirar 100 de um lado, só consegue dar 5 ao outro.

É essa a conta que deveria ter feito.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): São despesas do Plano os 7 milhões?

Presidente: Creio não haver mais pedidos de esclarecimento. Vamos prosseguir.

Para uma intervenção dou a palavra à Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Numa altura em que as famílias sentem os efeitos da actual conjuntura e são convocadas para mais sacrifícios, o Governo dos Açores vai reforçar, em 2012, as políticas de apoio aos agregados familiares mais fragilizados.

Na última década promovemos um assinalável incremento na criação de equipamentos sociais e serviços específicos de apoio sócio comunitário, sobretudo dirigidos às crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência num investimento superior a 500 milhões de euros, abrangendo mais de 27.600 pessoas.

Com a aprovação do Plano de 2012, encerra-se a X Legislatura com o dobro de investimento previsto na anterior para a área do desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social.

Nesta legislatura procedemos a uma importante reforma na segurança social, adequando as respostas às necessidades actuais, criando soluções inovadoras sempre com um único objectivo de servir melhor as pessoas.

Reformámos os institutos públicos de segurança social, criámos um novo modelo de comparticipação financeira e estamos a implementar o sistema de apoio à decisão social através de uma plataforma electrónica que pretende agilizar todos os procedimentos relativos à comparticipação das Instituições

Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias. Além disso, criámos o balcão único de atendimento para melhor servir os nossos clientes.

No plano de 2012, apesar da conjuntura económica fortemente desfavorável e das medidas da Troika, regista-se um aumento de 13% das verbas para investimento no desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social.

Importa, pois, salientar que vamos ainda reforçar em 2012 a oferta de lares de idosos, serviços de apoio ao domicílio, centros de dia e de noite, sempre numa perspectiva de criar mais serviços de proximidade.

Na área do apoio à infância e juventude, estamos a construir novas creches em zonas populacionais em crescimento e com baixa cobertura.

Em relação aos públicos com necessidades especiais, vamos reforçar a rede de centros de actividades ocupacionais e dos lares residenciais para pessoas com deficiência sem suporte familiar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem, Sra. Secretária!

A Oradora: É a pensar no bem-estar e na qualidade de vida das famílias açorianas que se regista, no Plano de 2012, ...

Deputado João Costa (PSD): Quanto é que era em fundos comunitários?

A Oradora: ...um reforço do Fundo de Compensação Social, o qual tem uma dotação de 11 milhões de euros e tem por objectivo minimizar alguns impactos negativos das medidas de austeridade em vigor a nível nacional, as quais estão a provocar uma forte recessão económica.

Outra das medidas de apoio às famílias prende-se com o aumento em 10% do Complemento Açoriano ao Abono de Família para Crianças e Jovens,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: ...o qual permitirá minorar algumas das dificuldades dos agregados familiares mais carenciados.

Só nestes últimos dois anos, aumentámos em 21% o valor deste complemento.

Com esta medida o Governo dos Açores pretende contrariar a tendência nacional de diminuição deste apoio social, a qual configurou uma redução global de 35% do valor atribuído às famílias.

A par da requalificação dos equipamentos sociais é necessário melhorar a qualidade dos serviços prestados. Para o efeito, estamos a elaborar novos manuais de procedimentos para avaliar a qualidade e a eficiência da rede de apoio social.

Neste âmbito vamos reforçar o acompanhamento às instituições, o que significa um incremento no número de técnicos próximos das famílias.

Orgulhamo-nos da obra realizada, mas queremos serviços com maior qualidade, maior proximidade para salvaguarda do bem-estar das pessoas.

Importa realçar que, em matéria de violência doméstica, alargámos, a todas as ilhas da Região, o programa CONTIGO – programa de reabilitação de agressores em contexto de violência doméstica, em parceria com outras entidades.

Desenvolvemos, igualmente, em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa, o serviço de Teleassistência destinado às vítimas de violência doméstica e implementámos cinco pólos para a prevenção e combate a este flagelo nas ilhas Graciosa, S. Jorge, Pico, Santa Maria e Flores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Entre 2009 e 2011, o Governo resolveu os problemas habitacionais de 1.117 famílias açorianas, sem contabilizar os 273 imóveis adquiridos pela SPRHI e as 46 moradias em construção no Bairro da Terra Chã.

Na actual legislatura, realojámos as 73 famílias do Bairro Joaquim Alves, encontrando-se em desenvolvimento o projecto referente à 2ª fase, o qual permitirá realojar outros 130 agregados familiares.

Em 2011, concluímos os realojamentos da Avenida D. Paulo José Tavares, em Rabo de Peixe, encontrando-se em fase de conclusão os trabalhos de demolição das ruínas habitacionais ali edificadas. Toda a zona será alvo de uma acção de requalificação urbanística.

No decorrer da presente legislatura, temos vindo a apostar fortemente na reabilitação do edificado nos Açores, em detrimento de apoios destinados à construção de novas habitações.

Só nos últimos dois anos, o Governo dos Açores já aprovou 916 processos de habitação degradada, correspondendo a um aumento de cerca de 66%.

Apesar da actual conjuntura, tem sido visível o conjunto de medidas de apoio às famílias, com intuito de ajudar aquelas que mais necessitam. Aliás, antecipando a crise no sector imobiliário, o Governo criou o Programa Famílias com Futuro que prevê o incentivo ao arrendamento e o arrendamento de habitações disponíveis no mercado, por parte da Região, e posterior subarrendamento aos agregados familiares com maiores carências sociais, económicas e habitacionais.

Este Programa veio permitir já a resolução de cerca de 650 processos, através do pagamento de uma renda social.

Do total de processos aprovados, cerca de 55% correspondem a agregados jovens, 33% a agregados monoparentais e 15% a famílias monoparentais jovens.

Até ao final da legislatura, o Governo prevê, através desta medida, apoiar cerca de 1.100 famílias, ou seja, com o equivalente esforço de investimento,...

Deputado João Costa (PSD): Esforço de investimento!

A Oradora: ...vamos abranger mais agregados familiares e reforçar a dinamização e formalização do mercado de arrendamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano de 2012, no âmbito do emprego e qualificação profissional prevê o incremento dos programas de qualificação dos desempregados, reforçando desta forma a intervenção social para a empregabilidade.

Refira-se que, desde 2010 e ainda com maior intensidade em 2011, reforçámos o acompanhamento dos que se dirigem aos serviços públicos de emprego. Orientando mais de 80% dos nossos desempregados para soluções ou programas ocupacionais de carácter transitório, como é o caso do Prosa e dos

CTTS, e aumentámos a capacidade de empregabilidade através do programa Reactivar. Procedemos ainda, em colaboração com a Universidade dos Açores, à reconversão de jovens licenciados para áreas que permitam maior sucesso no emprego.

Merece, igualmente, destaque a certificação de competências adquiridas durante a vida profissional, tendo já beneficiado desta medida mais de 3.500 açorianos.

A Rede Valorizar vai agora acompanhar mais de 400 beneficiários do Rendimento Social de Inserção, que estão a frequentar o Programa Fios, permitindo assim certificar as suas competências.

A situação do desemprego na Região poderá agravar-se nos últimos meses do ano e, eventualmente, durante o primeiro semestre de 2012.

Deputado João Costa (PSD): E a senhora não disse nada ao Sr. Vice-Presidente?

A Oradora: Na realidade, para esta situação tem contribuído a falta de financiamento bancário às nossas empresas e famílias, a perda do poder de compra registada nos últimos meses pelas medidas implementadas pelo Governo da República, entre as quais a retenção dos subsídios de Natal e de Férias, factores que poderão, através da retracção do consumo, conduzir ao aumento do desemprego nos sectores do comércio e serviços.

Concomitantemente a facilitação dos despedimentos na legislação laboral, permitindo às empresas despedir trabalhadores mais antigos para recrutar, através de contratos precários, jovens a metade do preço, poderá ter efeitos negativos no desemprego.

É nesta conjuntura que o Governo continuará a dar especial atenção ao acompanhamento dos desempregados, accionando, através do Fundo de Compensação Social, mecanismos de ajuda às famílias mais carenciadas, minimizando desta forma os efeitos da crise.

Com vista ao combate à economia não registada, que se reveste como uma das prioridades para o Governo dos Açores, constituímos uma Equipa Multidisciplinar com objectivo de combater a fraude e a evasão fiscal.

De igual modo, temos intensificado a actuação da Inspeção Regional do Trabalho no combate ao trabalho precário e ilegal, registando-se um aumento significativo do número de processos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sabemos que vivemos momentos muito incertos e difíceis. Ainda ontem a OCDE traçou um quadro negro para Portugal prevendo um agravamento da recessão e o aumento do desemprego, atingindo, já em 2012, 13.8%, e, em 2013, 14.2%, tudo isto provocado também pela crise económica e financeira da zona euro.

Contudo, nos Açores, estamos a trabalhar com muita perseverança, com muita determinação e rigor...

Deputado João Costa (PSD): Não é para ultrapassar esses números?

A Oradora: ...para minimizar os efeitos decorrentes da actual conjuntura e apoiar sempre e cada vez mais as nossas famílias.

É preciso ter esperança!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto o período de esclarecimento, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, um dos principais problemas sociais do Faial é a carência de creches.

A lista de espera, no Faial, para creches é de cerca de 150 crianças. Uma lista de espera que cresce de ano para ano e que persiste, à qual o Governo Regional não tem conseguido e não tem sabido dar resposta.

Hoje, no Faial, é um verdadeiro drama para os pais arranjam um local para deixarem as suas crianças.

O Plano para 2012, neste domínio, é omissivo quanto a investimentos para o Faial. É bom recordar que o Governo não vai concretizar, nesta legislatura, nenhum dos três investimentos que prometeu para o Faial.

Aliás, a este nível a actuação do Governo Regional no Faial, nesta legislatura, foi um autêntico falhanço.

Senão vejamos: não vai concretizar a ampliação da creche na cidade da Horta; não vai construir a creche nos Flamengos e além disso, ainda nesta legislatura, indeferiu o projecto para a construção de uma creche da APADIF e não deu apoio à intenção da instituição Núcleo Sol, instituição associada Piaget, de construir uma creche na freguesia dos Cedros.

Neste momento da discussão do debate do Governo, entendo que é importante deixar aqui esta denúncia porque ela é grave e tem muitas implicações no nosso presente e, sobretudo, no nosso futuro.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social, sabemos bem que as finanças não estão regionalizadas, mas também sabemos que desde a simples evasão à fraude fiscal a complexidade do combate a este cancro económico exige cada vez mais especialização e preparação.

Na nossa Região, pelas razões mais diversas, a evasão fiscal é enorme. Todos os especialistas apontam para valores muito acima da média nacional, que já por si é dramática (cerca de 22%), o que na realidade está muito longe, para cima, dos países mais desenvolvidos.

Consideramos por isso estranho que uma matéria desta importância não seja tutelada, de facto, pela área das finanças do Governo Regional.

Por isso lhe perguntamos: não é este facto sintomático da pouca importância que o Governo Regional dá ao combate a este flagelo económico na Região?

Por outro lado, vieram a público recentemente as metas de actos inspectivos colocadas pela Sra. Secretária Regional, as quais de acordo com declarações prestadas por responsáveis dos serviços inspectivos, demonstram a drástica desaceleração deste esforço.

Perguntamos à Sra. Secretária Regional como é que explica este facto.

Finalmente, em paralelo com o desinvestimento da Inspeção Regional do Trabalho assiste-se ao desinvestimento no Plano Regional de Combate ao Trabalho Precário em menos 15% do que estava orçamentado para o corrente ano.

Perguntamos-lhe por isso, Sra. Secretária Regional, se o Governo Regional está a desistir, mesmo antes de ter começado, da fiscalização das condições de trabalho e de precaridade laboral.

Para finalizar, Sra. Secretária Regional, pedimos-lhe que confirme os números que vou avançar.

Os 10% de aumento que o Governo estipula para o complemento do Abono de Família correspondem na realidade, para o 1.º escalão, isto é, para as famílias mais carenciadas, a 1,33€ por mês? Pergunto-lhe se confirma.

A Remuneração Complementar, também com um aumento de 10%, corresponde, de facto, a 1,96€ por mês? E pergunto-lhe também se confirma.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Luís Garcia gostaria de tecer alguns comentários.

Deputado João Costa (PSD): É a Sra. Secretária que está a prestar esclarecimentos! É só para lembrar!

Deputado Berto Messias (PS): Ouça com atenção!

O Orador: Em primeiro lugar, gostaria de lhe dizer que a sua preocupação e a preocupação aqui exposta não é uma preocupação apenas dos Deputados do PSD eleitos pelo círculo do Faial.

É efectivamente também uma preocupação do PS. Com as visitas que nós fizemos a instituições, nomeadamente ao Lar das Criancinhas e ao Colégio de St. António, demonstrámos a nossa preocupação face às dificuldades que as famílias tinham na ilha de colocar as suas crianças em instituições desse género. Fizemos valer a nossa preocupação ao Governo Regional e à tutela no sentido de se poder reavaliar a proposta do Plano e Orçamento para 2012 e a inclusão da construção das creches já anunciadas.

Nesse sentido, anuncio que já está concertado com o Governo Regional o lançamento da creche dos Flamengos, nomeadamente no Centro do Divino Espírito Santo.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Costa Pereira (PSD): Um bom anúncio devia ser feito pelo executivo!

Presidente: Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra.

(*) Deputada Nélia Amaral (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sem prejuízo do anúncio que o meu colega acabou de fazer e também sem prejuízo do reconhecimento de algumas carências que continuam pontualmente a existir em algumas localidades da nossa Região, tenho de considerar, no mínimo caricato da bancada do PSD, a política de solidariedade social dos governos do Partido Socialista um fracasso.

Deputado João Costa (PSD): E é!

A Oradora: As políticas do Governo do Partido Socialista em matéria de solidariedade social (já o disse e volto a reafirmar) mudaram a face dos Açores. Puseram em primeiro lugar a preocupação com as pessoas, com a promoção da dignidade humana dos mais desfavorecidos,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ...com a promoção de qualidade de vida para todos os açorianos, independentemente dos seus recursos económicos, das suas características pessoais e sociais e fizeram isso de forma descentralizada. Não fizeram numa ilha, não fizeram num concelho. Fizeram em toda a Região, em todos os concelhos da Região, de forma descentralizada, em articulação com as comunidades, em articulação com as entidades locais.

As valências de apoio à infância mais que duplicaram, quer em número de valências, quer em capacidade, quer em frequência.

As valências de apoio à família cresceram 21 vezes mais com o Partido Socialista.

As valências de apoio a idosos duplicaram com os governos do Partido Socialista e as valências de apoio às pessoas com deficiência cresceram quase 6 vezes mais.

Vir aqui, a esta Câmara, considerar esta política um fracasso...

Deputado João Costa (PSD): Tem que se olhar é para os resultados, não é para as realizações.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não há resultados sem políticas sociais!

A Oradora: ... – repito – é no mínimo, ou por desconhecimento, ou por falta de congruência, caricato, sobretudo vindo de uma bancada que persistentemente diz, propõe fazer mais do que já se está a fazer.

Quando se cria um complemento regional ao Abono de Família, propõe-se que se aumente mais; quando se cria um complemento regional de pensão, propõe-se que esse aumento seja maior...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... quando se articula com as IPSS's, propõe-se que essa articulação com as IPSS's seja reforçada, mas seja reforçada (repetindo a

análise que foi feita aqui há bocadinho por um dos meus colegas) como, com que meios, de que forma?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Ficamos sempre na incerteza do que é que o PSD pretende e de como é que o PSD faria diferente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Para reafirmar: a política do Partido Socialista em matéria de solidariedade social é um sucesso na Região...

Deputado João Costa (PSD): Um em cada três!

A Oradora: ...e tem permitido a muitos açorianos viver de forma digna e responsável, contribuindo para o sucesso da Região e para o sucesso dos seus percursos sociais e familiares.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer aqui uma questão e vou falar sobretudo do desemprego.

Este é efectivamente o vosso legado. Um desemprego que no primeiro trimestre de 2003 atingia a cifra de 2%...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Comece para trás!

O Orador: Já lá vamos! Com calma!

Espero que seja descontado esse tempo.

Presidente: Está a referir-se ao gráfico, Sr. Deputado.

O Orador: Com o desemprego de 2% em 2003, estávamos em pleno emprego. Tudo isso resultava das boas políticas, do rigor, da contenção e da aplicação de estratégias inovadoras. Tudo isso acontecia.

A determinada altura...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): O senhor tem a folha ao contrário!

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Costa (*PS*): Não está! Dava jeito! É uma vergonha brincar com isto!

O Orador: Não se riam, porque isto é muito grave.

Hoje em dia, em cada família açoriana há pelo menos um desempregado e isso deve-nos preocupar a todos. Não deve ser motivo de riso, Srs. Deputados.

A partir de determinada altura o desemprego começa a subir. Foram feitas alertas, nomeadamente do PSD e de outros partidos da oposição, no sentido de que se verificava uma tendência crescente. Isto para alertar o Governo, em tempo certo, para tomar medidas que de algum modo pudessem evitar isto que está aqui.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Quais eram as medidas?

O Orador: Calma, Sr. Secretário!

Lembro ainda que em 2008, no final da campanha, que nos elegeram a nós todos, o Sr. Presidente do Governo dizia em Santa Maria que a Região estava a passar à margem da crise internacional que afectava os países mais poderosos do mundo. Só faltou dizer que viessem esses presidentes desses países mais poderosos do mundo aprender como é que se geriam as coisas.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Durão Barroso já disse para eles virem.

O Orador: Sem dúvida, Sr. Presidente!

O que é um facto é que a crise internacional agravou uma crise que já existia há muito e que há muito, muitos partidos da oposição, desde logo o PSD, fizeram alertas suficientes.

A questão que queria esclarecer aqui é esta: quando o desemprego é baixo, rapidamente o Partido Socialista e o Governo vêm dizer na comunicação social

que isso é obra das suas políticas, mas quando sobe, por incrível que pareça, já não têm culpa nenhuma, já não têm nada a ver com o assunto. É a crise internacional e agora até é a banca!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Quais são as medidas?

O Orador: Meus senhores, isso não vos credibiliza.

Se é verdade que as vossas políticas tiveram efeito quando o desemprego era baixo, também é verdade que as vossas políticas têm algum efeito quando o desemprego é alto.

Voltemos ao Plano.

Um Plano, um Orçamento necessariamente tem que fazer uma análise rigorosa da realidade presente, mas tem também, e sobretudo, que analisar o que é que vai acontecer de futuro e – pasme-se! – o Sr. Vice-Presidente do Governo, o homem do rigor, da contenção...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Outra vez!

O Orador: ...e dos orçamentos disse isto a 18 de Outubro (o mês passado)...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Esse papel está amarrotado!

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Amarrotado está o Governo!

O Orador: ...que em 2012 o desemprego ia mudar, ia baixar.

À pergunta que faço, parece-me que a Sra. Secretária já respondeu e desmentiu claramente o Sr. Vice-Presidente do Governo dizendo que se antevê e que este Plano e Orçamento foi feito na prossecução e na antecipação de que o desemprego em 2012 será pior.

A questão que vos faço e que queria uma resposta cabal é esta: em 2012 o que é que se espera?

Como a Sra. Secretária disse que este Plano e Orçamento foi feito com base numa previsão do aumento do desemprego ou será como o Sr. Vice-Presidente do Governo disse que em 2012 o desemprego iria baixar?

Era esse o esclarecimento que gostaria e que todos os açorianos têm o direito de saber.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José do Rego tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rui Ramos, começava por fazer uma pergunta que fiz ontem ao Sr. Deputado António Marinho, que não me deu resposta.

Queria saber se o desnorte europeu da Sra. Merkel e do Sr. Sarkozy têm ou não têm influência na Região Autónoma dos Açores?

Deputado Rui Ramos (PSD): Eu já respondi! Tem! O discurso é outro!

Deputado João Costa (PSD): O que é que os senhores fizeram à famosa almofada que tinham nos Açores?

Deputado José San-Bento (PS): Não era almofada, era tapete!

O Orador: Sr. Deputado Rui Ramos, o desaparecimento da banca nos Açores tem ou não tem influência nos Açores?

Sr. Deputado Rui Ramos, o desinvestimento das autarquias têm ou não têm influência nos Açores?

Portanto, Sr. Deputado, ontem falei naquela tribuna. Este Governo tem feito um esforço por manter o investimento público, que é motivador de políticas de emprego na Região Autónoma dos Açores e isto é graças ao rigor das finanças públicas dos Açores, que permite que esta Região continue a ter investimento público, quando nós vemos muitas vezes outras áreas...

Deputado João Costa (PSD): “Os Açores estão a passar ao lado da crise graças ao PS.”

O Orador: ...do poder a reduzir o investimento ou ter um investimento quase nulo.

O Governo está a fazer o seu papel ao nível do investimento. Está a fazer um papel árduo na Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional.

Deputado Rui Ramos (PSD): Os resultados estão aqui.

O Orador: Estes números estão a ser acompanhados directamente pela Direcção Regional de Emprego e Qualificação Profissional no empenho, como muitas famílias desta Região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E por nós também!

O Orador: No Reactivar, no Fios, no Valorizar, um conjunto de programas que acompanham no dia-a-dia o desemprego e minimiza esse desemprego nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Os senhores nos Açores estão a passar ao lado da crise graças ao PS. Quem será que disse isto?

Deputado Rui Ramos (PSD): E os resultados?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): A prova está ali.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho estado atento a todas as intervenções e tenho ouvido com muita atenção e com uma pontinha de orgulho também às abordagens e às intervenções muito pertinentes e muito bem conseguidas dos Deputados do Partido Socialista, mas não posso deixar de participar neste debate, tendo em conta que estamos a discutir a importante questão do desemprego, para constatar um facto político que me parece de grande relevância política e que se verifica não só na área do emprego, mas que tem sido recorrente ao longo de todo o debate do Plano e Orçamento a que temos assistido.

Nós discutimos este Plano, discutimos também as questões relacionadas com o emprego, num momento de grande dificuldade, numa conjuntura difícil.

Realço e recordo o exemplo que o Sr. Vice-Presidente deu ontem, aqui, na apresentação do Plano e Orçamento, quando se referiu ao contributo que a banca deu à economia regional e quando se referiu àquilo que aconteceu...

Deputados João Costa e Cláudio Almeida (PSD): Explique aquele graficozinho!

O Orador: ...passado pouco tempo depois. Ou seja, num período de pouco mais de 3 anos...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O desemprego disparou!

O Orador: ...a evolução da contribuição da banca para a economia regional passou de 620 milhões em 2007, para uma contribuição negativa de 67 milhões de euros agora.

Isto naturalmente tem um fortíssimo impacto na economia regional...

Deputado Rui Ramos (PSD): Até o Governo ir buscar dinheiro à banca também tem impacto!

O Orador: ...e também naturalmente no desemprego.

Por outro lado, também é preciso realçar o contributo profundamente negativo que dá aos índices de desemprego o plano de austeridade nacional que o Governo da República está a implementar...

Deputado Rui Ramos (PSD): Para pagar as dívidas que os senhores deixaram.

Deputado João Costa (PSD): Isso está a dar resultados no passado recente!

O Orador: ...e está a impor aos portugueses.

Já o referi noutros espaços e faço aqui também, os cortes de subsídio de Natal e a aplicação da sobretaxa nos Açores, tendo em conta os 110 mil trabalhadores que temos hoje, implica a retirada de cerca de 20 milhões de euros à economia regional com um fortíssimo impacto natural também no pequeno comércio.

Deputado João Costa (PSD): Quando? São dados do passado!

Deputado Rui Ramos (PSD): Não tivessem gastado onde não deviam e tínhamos dinheiro.

O Orador: É preciso dizer também, abordando a importante questão do desemprego com seriedade e com razoabilidade, que o crescimento dos índices de desemprego não são um problema exclusivo dos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Pois não!

O Orador: Pelo contrário!

Esta é uma questão e um problema à escala global.

E também é preciso dizer o seguinte: os Açores são hoje a segunda região com mais baixa taxa de desemprego no país.

Deputado João Costa (PSD): O senhor leia esta declaração do Presidente do Governo em 2008!

O Orador: A desgraça dos outros naturalmente que não nos satisfaz, mas estes indicadores mostram que estamos a conseguir resistir com mais eficácia, apesar das contrariedades, aos problemas do desemprego e a esta conjuntura externa.

Deputado João Costa (PSD): Não diga isso!

O Orador: Dou-vos outro exemplo, temos hoje regiões com especificidades semelhantes às dos Açores que têm taxas de desemprego na ordem dos 30%. O exemplo das Canárias onde o desemprego é, hoje, um grande flagelo social.

Deputado João Costa (PSD): E a Espanha quantos são? São 20%.

O Orador: Portanto, é importante dizer (e para abordarmos com seriedade esta questão) que este não é de todo um problema exclusivo dos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Agora compare o ordenado mínimo!

O Orador: Mas a constatação que tenho que fazer e que acho que é muito pertinente e importante é a seguinte: ouvimos o Sr. Deputado Rui Ramos, temos ouvido os principais interlocutores do PSD sobre esta matéria constantemente a diagnosticar problemas, mas não apresentam uma única solução, uma única ideia, uma única orientação para as políticas públicas de emprego nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nada! Absolutamente nada!

E pior do que isso! Pergunta-se aos dirigentes do PSD, pergunta-se à presidente do PSD o que é que tem a dizer sobre os problemas do desemprego e responde: “É preciso mais emprego!”.

O que é que tem a dizer sobre os problemas das empresas: “É preciso mais trabalho para as empresas.”

Deputado João Costa (PSD): O senhor experimente ir ao Diário das Sessões ver as ideias de Carlos César!

O Orador: É este exercício de superficialidade, é este exercício de banalidades que nos oferece o maior partido da oposição dos Açores. É só isto que tem para oferecer ao futuro dos Açores e à importância do sector do desemprego.

Deputado João Costa (PSD): Boca santa!

Deputado Rui Ramos (PSD): Bateu no sítio certo!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas pior do que isso, (e digo também com total honestidade política) todos os partidos desta casa, com toda a legitimidade no âmbito das suas competências, já apresentaram propostas concretas para o aumento do emprego, para a defesa do emprego, com excepção, infelizmente, do maior partido da oposição, ...

Deputado João Costa (PSD): É falso!

O Orador: ...que se diz preparado para governar os Açores, mas que nada tem mais a oferecer aos açorianos do que um diagnóstico de problemas sem apresentar uma única solução.

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso não é sério!

O Orador: Mas pior do que isso foi aquilo que nos disse a presidente do PSD/Açores quando lhe perguntaram que medidas, estratégias e que políticas teria para o combate ao desemprego.

Deputado João Costa (PSD): Vamos fazer uma proposta aos açorianos: troquem de Governo!

Deputado Rui Ramos (PSD): Não lhe fica bem!

O Orador: Pior do que tudo aquilo que já disse, disse o seguinte: “Nós temos propostas, mas vamos guardá-las para 2013.”

Isto é um profundo desrespeito aos desempregados dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista, este Grupo Parlamentar, aqui estará, assumindo o compromisso com os açorianos que o combate ao desemprego é a prioridade máxima para este Grupo Parlamentar, com a lucidez e a responsabilidade que os tempos exigem, ...

Deputado João Costa (PSD): O senhor diz isso desde que está na JS! Todos os anos diz isso!

O Orador: ...mas com o inconformismo, a ambição e a determinação que os desafios, que o mundo de hoje apresenta, merecem.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, estimado amigo e líder parlamentar do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não lhe fica bem dizer que o PSD nunca propôs nada que de algum modo minimizasse o desemprego.

Deputado Francisco César (PS): Diga lá!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor sabe isso!

O Orador: Nós já apresentámos aqui, nesta casa, uma proposta para o faseamento de obras, precisamente para dar possibilidade – oiçam! – aos empresários da Região de concorrerem e fazerem obras como nós sabemos.

Mas dou-lhe outro exemplo...

Deputado Francisco César (PS): Mas agora a sério!

O Orador:... - a sério! – privilegiem tanto quanto possível as aquisições de bens e serviços às empresas da Região e ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor está a brincar connosco!

O Orador: Não estou, Sr. Deputado.

Quantas e quantas adjudicações são feitas para fora? São resmas!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Mas isso foi há quanto tempo?

Deputado Rogério Veiros (PS): Olhe o Secretário de Estado e os estaleiros!

O Orador: Privilegiem tanto quanto possível as empresas regionais.

Deputado Rogério Veiros (PS): Quem é que beneficia os Açores?

O Orador: Estarão a dar um enorme contributo e sobretudo se é verdade que a banca tem um peso, se é verdade que a crise internacional também tem um peso no desemprego (estou assumindo isso com toda a integridade intelectual), agora os senhores também têm o dever de intelectualmente serem conscientes e honestos e reconhecerem também que as vossas políticas tiveram uma participação nesta questão. É isso que está causa.

Deputados João Costa e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: É apenas isso. Não vos fica bem. Os senhores são muito rápidos em atirar a culpa para os outros, mas são verdadeiramente incapazes de reconhecerem a vossa própria culpa.

Não vos fica bem.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade tem a palavra.

(*) Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para responder muito brevemente às questões que me foram colocadas.

Em primeiro lugar, já foi esclarecida a questão da creche e nós cumprimos, Sr. Deputado, todos os nossos compromissos na ilha do Faial, inclusivamente até construimos um centro de dia que nem estava previsto no nosso cronograma de actividades políticas aqui para o Faial.

Portanto, essa questão está resolvida.

Relativamente às questões do desemprego pois nós sabemos o que é que o PSD tem vindo sempre a habituarmo-nos aqui em plenário e em debate com essa visão sempre pessimista...

Deputado Rui Ramos (PSD): Realista!

A Oradora: ...de tudo.

Eu queria só fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Rui Ramos: diga-me, se faz favor Sr. Deputado, qual é o país da Europa onde o desemprego esteja a diminuir? Para sermos realistas e falar verdade aos açorianos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Pergunte ao Sr. Vice-presidente do Governo! Tem de esclarecer o Sr. Vice-Presidente do Governo. É mais abaixo.

Deputado João Costa (PSD): Onde é que subiu 6 vezes?

A Oradora: É essa resposta que eu gostava que o senhor desse aqui.

Agora não tem tempo! Não lhe dá é jeito!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Estamos a indicar que tem que perguntar ao Sr. Vice-presidente do Governo!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Sra. Deputada Zuraida Soares...

Deputado Rui Ramos (PSD): As políticas do Governo não têm reflexo no desemprego, Sra. Deputada.

A Oradora: Sr. Presidente, gostava que me deixassem continuar.

Presidente: Creio que tem razão, Sra. Secretária.

Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar a Sra. Secretária terminar o seu esclarecimento.

Sra. Secretária, faça favor.

A Oradora: Eu fiz a pergunta com muita calma e não quero que o Deputado Rui Ramos tenha aqui um ataque cardíaco.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para lhe responder às questões que me foram colocadas.

A actividade da Inspeção de Actividades Económicas está em sintonia com o plano de actividades. Aumentou 2% em 2011, relativamente a 2010 e aliás, nós fizemos uma profunda reforma, criámos até a queixa electrónica, criámos um gabinete para o empresário e para os consumidores e temos feito um trabalho de adequar a Inspeção de Actividades Económicas à realidade da sociedade, das nossas empresas e dos nossos consumidores.

Acabou o tempo em que os inspectores andavam com o coldre e abriam-no para mostrar a pistola às pessoas. Esse tempo, de facto, acabou, porque nós temos de ter uma actividade pedagógica e devemos de facto ser coercivos quando se trata da segurança alimentar e quando se trata, de facto, disso que é um direito dos nossos consumidores.

Relativamente à actividade da Inspeção do Trabalho também lhe posso dizer que tem aumentado significativamente este ano o combate ao trabalho precário. Até no primeiro semestre nós temos aumentado os apuramentos salariais, temos aumentado mais as visitas e portanto, o número de trabalhadores abrangidos também aumentou.

Portanto, a justiça tem de ser feita e efectivamente nós estamos a cumprir os planos de actividade definidos e a incentivar a nossa inspecção.

Relativamente às questões do Abono de Família. Eu já disse o que é que aconteceu nos dois últimos anos. Repare que em toda a Europa estão a diminuir os apoios sociais. O estado social está a ser posto em causa em todo o mundo.

Deputada Zuraída Soares (BE): Confirma o número?

A Oradora: Nós nos Açores poupámos, todos os nossos recursos estão canalizados para as famílias.

Se aumentámos um euro ou dois na verdade esse dinheiro significa muito para os mais pobres e portanto, enquanto a nível nacional se recuou, nós aqui estamos a canalizar para aumentar.

É o que podemos fazer. Evidente que nós desejaríamos que fosse mais, mas não podemos gastar mais do que aquilo que temos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Eu tenho ainda duas inscrições, Sras. e Srs. Deputados, mas atingimos a nossa hora regimental. Continuamos o debate às 15 horas.

Vamos fazer o nosso intervalo. Bom almoço.

Entretanto, o Sr. Secretário vai anunciar os tempos sobranes de cada um dos intervenientes.

Secretário: O Governo dispõe de 97 minutos; o PS, 122 minutos e 30 segundos; o PSD, 57 minutos e 30 segundos; o CDS/PP, 24 minutos; o BE, 6 minutos; o PCP, 1 minuto e o PPM, 2 minutos e 30 segundos.

(Eram 13 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 07 minutos)

Não tínhamos terminado formalmente o período de esclarecimentos relativamente à intervenção da Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade.

Entretanto, houve aqui quem prescindisse da sua inscrição e portanto, neste momento não tenho ninguém inscrito para pedidos de esclarecimento à intervenção da Sra. Secretária.

Não sei se há mais algum pedido de esclarecimento.

Não havendo, vamos passar então à intervenção seguinte. Para tal dou a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

"O passado recente revela com eloquência como a execução do Plano a Médio Prazo que se esgota este ano, não conduziu à realização de nenhum dos seus objectivos sociais e macro-económicos.

Não se processou qualquer movimento de reestruturação da economia impulsionado pelo governo; as empresas açorianas prosseguem com crescentes dificuldades e progressivamente descapitalizadas, (...) ...

Deputado Hernâni Jorge (PS): O seu mundo não é o mesmo!

O Orador: ...não se operou a dinamização prevista do investimento; estamos muito longe das projecções anunciadas na criação de postos de trabalho; verificou-se um aumento alarmante do desemprego, que continua a crescer (...) diminuíram, drasticamente, os rendimentos das famílias açorianas e expandiram-se as manchas de pobreza; (...)...

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores têm que se actualizar!

O Orador: ...prosegue a desertificação das ilhas mais frágeis e a desocupação do mundo rural.

Deputado Berto Messias (PS): É mais do mesmo!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Tem de mudar o seu discurso.

O Orador: Em suma, não fortalecemos as nossas economias, não ajudámos as empresas regionais, não aproveitámos os nossos recursos humanos, e voltámos, de novo, atrás, na melhoria das nossas condições de vida."

O texto que acabo de citar...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): As pessoas não gostam do seu discurso!

O Orador: As pessoas não gostam deste discurso, não é?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Escutem!

O Orador: ...não foi escrito por ninguém do PSD, nem sequer próximo do PSD, mas é de uma corrosiva actualidade e foi absolutamente premonitório.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quem foi que disse?

O Orador: Na verdade, este texto foi escrito, e lido precisamente desta tribuna, pelo Senhor Presidente do Governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Acabo de citar Carlos César, numa declaração proferida nesta Assembleia a 9 de Fevereiro de 1996.

O Senhor Presidente do Governo conseguiu resumir claramente aquilo que viria a ser o resultado da sua passagem pela governação dos Açores. Foi, de facto, premonitório!

Ao longo dos últimos anos tivemos a oportunidade de confrontar o Governo com a dura realidade que afecta cada vez, mais famílias Açorianas. Uma realidade que se traduz hoje nos Açores em rondarem **o dobro** dos pobres da média nacional,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor não disse o ano.

O Orador: ...com os valores mais altos do país.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso é seu!

O Orador: Também aqui, não é o PSD a dizê-lo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Esse também não é seu!

O Orador: São dados de um estudo recentemente apresentado por especialistas na matéria.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Vai dizer alguma coisa da sua autoria?

O Orador: Neste âmbito os pensionistas merecem especial atenção. Veja-se o que se passa no capítulo do apoio aos idosos que recebem pensões de miséria e que representam mais de 75% dos pensionistas dos Açores:

No passado, o PSD propôs que se melhorasse substancialmente o "cheque pequenino" que teima em não crescer para afastar o estigma da pobreza daqueles de deram uma vida inteira à sociedade.

Este ano, voltamos a propor um aumento mais justo do complemento regional de pensão.

Deputada Nélia Amaral (PS): Justíssimo!

O Orador: Mas o PS entende que não. Mais uma vez o governo fica aquém daquilo que pode e deve fazer, propondo um aumento do complemento regional de pensão que corresponde (imagine-se!) a um esforço de 0,15% do total da despesa para o próximo ano, o que equivale a um gasto por pensionista de 4,5 euros por mês, mais ou menos 17 cêntimos por dia!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): 10%!

O Orador: É pouco, e temos obrigação de melhorar substancialmente este valor!

O PSD propõe assim, um aumento de 10 euros mensais neste apoio social. Um aumento que dá para um pensionista quando vai à farmácia, comprar, por exemplo, uma caixa de "DIOVAN" que é um medicamento para a tensão arterial, e uma caixa de "SINGULAIR" que é um medicamento para a bronquite crónica.

Mas veja-se até onde vai a hipocrisia do Governo:

Para o aumento proposto pelo PSD, que impunha um reforço de 2,4 milhões de euros, o PS e o Governo dizem não, mas são esse mesmo Governo e esse mesmo PS que querem gastar 2,1 milhões de euros com obras nos jardins e nos palácios da Presidência do Governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

15 anos depois de se gastarem mais de 25 mil milhões de euros, a realidade social ultrapassa qualquer anúncio,...

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que são medidas? É isto que o PSD tem para nos dizer de políticas sociais!

O Orador: ...os resultados estão aí: o dobro dos pobres da média nacional, a maior taxa de incidência de rendimento mínimo com 18 mil beneficiários, o maior desemprego de sempre com 14 mil desempregados, os mais baixos salários com 31 mil famílias a viver com menos de 540 euros por mês, e para agravar esta realidade, um aumento substancial de pobres que trabalham e que

têm emprego, o que é também indicador do insucesso das políticas de qualificação dos Açorianos que não podem, assim, ver melhorar os seus rendimentos.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): 10 euros!

E as medidas?

O Orador: É caso para perguntar: Para onde foi tanto dinheiro?

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Muito bem!

O Orador: É que para os bolsos dos Açorianos não foi de certeza! Já para uma empresa espanhola sabemos que irá, e já nem vou lembrar os milhões gastos em discotecas e em cocktails que, pela mão do Senhor Secretário da Economia, Vasco Cordeiro, não resultaram em melhores Açores, nem em mais riqueza para os Açorianos.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

Deputado Berto Messias (*PS*): Isto é que é nível!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Agora vem a proposta!

O Orador: No passado quiseram-nos confundir com a falta de estatísticas sobre a desertificação das ilhas mais frágeis e a que, só por ironia, podem chamar "da coesão", contudo, a realização dos censos de 2011 vieram demonstrar uma triste realidade. As chamadas ilhas da coesão perderam, nos últimos 10 anos, um total de 5,3% da sua população, e é com extrema mágoa que verifico que nelas se destaca a ilha Graciosa, com uma quebra de 8,1% de população residente. Mas se isto impressiona até o Governo Regional, ao ponto de anunciarem (mais um anúncio) o Plano Estratégico para a Coesão dos Açores, o já famoso PECA, qual é a resposta que o Governo dá a esta preocupante realidade?

A resposta é esta: uma quebra de investimento de 14% para 2012!!

Se para a totalidade do Plano há uma contracção de 5,2%, a verdade é que para as ilhas da coesão a redução é três vezes superior.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Muito bem!

O Orador: De repente, o Governo riscou do PECA o "A" de Açores e tornou-o num PEC. Um verdadeiro plano de austeridade para as ilhas da coesão! (Nem quero pensar que seja por haver cada vez menos cidadãos eleitores nessas ilhas!)

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Em ilhas com acelerado processo de desertificação, o Governo apresenta um plano que corta 13% em Santa Maria, 10% na Graciosa, 14% nas Flores e, pasme-se, 22% na ilha de S. Jorge.

Se a coesão económica e social são cada vez mais virtuais, a coesão territorial arrisca-se a nem sequer ser já uma miragem.

Não podemos continuar a fazer de conta que esta realidade de 1 em cada 3 famílias açorianas viverem abaixo do limiar da pobreza não faz parte das responsabilidades de quem nos governa há mais de 15 anos,...

Deputados Pedro Gomes e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ...em que as ilhas mais frágeis vêem fugir os seus jovens, em que cada vez mais Açorianos engrossam as fileiras do desemprego e em que a mobilidade e as acessibilidades teimam em isolar e em separar açorianos.

Os Açores precisam de um novo rumo, de novas políticas e de uma renovada esperança.

Disse.

Deputados Duarte Freitas e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD apresentou aqui uma intervenção que já é habitual. É uma intervenção de quem se recusa a discutir o essencial, de quem se recusa a ver a realidade e de quem faz falta de comparência ao debate.

Deputado Francisco César (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: O PSD prefere a baixa política, prefere a politiquice em vez do debate político que enobrece e enaltece esta casa.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Presidente do Governo é que disse!

O Orador: E vamos ver se nos entendemos, Sr. Deputado, e vou atender-me (por uma questão de tempo que julgo que todos compreendem e também face à intervenção que a minha colega Piedade Lalande tem preparada) a um critério que o PSD aqui utilizou.

Entende o PSD (que o facto dos censos indicarem uma diminuição de população em algumas ilhas dos Açores, uma diminuição que era esperada e previsível) – dizia eu – que isto significa o falhanço das políticas de coesão do Governo?

Deputado João Costa (PSD): A Sra. Deputada Piedade Lalande disse há um ano atrás que a população tinha aumentado!

Deputado Berto Messias (PSD): Ouça!

O Orador: Entende o PSD que esta análise pode ser feita de uma forma superficial, descontextualizada, ignorando que em democracia as pessoas podem ter a mobilidade que entendem?

Omite que a tendência mundial é de concentração nas principais áreas urbanas e muitos outros critérios que o PSD esquece.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas o senhor vive em ilhas.

O Orador: Mas nós temos que nos entender, porque isto está confuso.

A Dra. Berta Cabral ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já cá faltava!

O Orador: ...desmente a presidente da Câmara quando fala como presidente do PSD e agora o Deputado Bruto da Costa vem aqui também baralhar concelhos.

Se as ilhas que perdem população representam um falhanço da governação das políticas de coesão do Governo, então os mesmos critérios significam que a gestão da Câmara Municipal de Ponta Delgada é desastrosa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Essa foi à zandinga!

O Orador: Ponta Delgada está a perder população em metade das suas freguesias.

Deputado Mark Marques (PSD): Há falta de argumentos...

O Orador: O maior concelho dos Açores que tem continuidade territorial, onde é incomparavelmente mais fácil, mais barato, menos honoroso promover políticas de coesão, está a falhar nas políticas de coesão.

Portanto, o PSD não tem boca de abrir nesta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estava à espera de tomar uma notinha, mas a sua intervenção é muito fraquinha.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: A presidente do PSD promete aquilo que a presidente de Câmara nunca fez, nem faz.

Deputado João Costa (PSD): Ainda não respondeu a uma das minhas questões!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E mais, Sr. Deputado, nós já estamos preparados para o que aí vem.

Deputado João Costa (PSD): Não consegue mesmo dizer nada para eu tomar uma notinha?

O Orador: Os senhores venceram eleições enganando as pessoas. Os açorianos já foram iludidos uma vez.

Deputado João Costa (PSD): O senhor é que disse!

O Orador: Os senhores disseram que era preciso cortar nas gorduras e que não era possível pedir mais sacrifícios aos portugueses.

Deputados Benilde Oliveira e Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Os açorianos estão a gostar muito desse discurso!

O Orador: Os senhores agora nos Açores dizem que é preciso cortar nas gorduras e vão dizer daqui a uns dias que não se pode pedir mais sacrifícios aos açorianos.

Nós já ouvimos essa música, Sr. Deputado.

Os senhores já enganaram os portugueses, iludiram os açorianos.

Acabem com isso! Falem a verdade! Falem dos Açores! Prometam para o futuro! Digam qual é o vosso projecto!

Tenham vergonha!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Lindo discurso!

Deputado Costa Pereira (PSD): Nem José Sócrates falava assim!

(Neste momento, o Deputado José Ávila foi substituído na Mesa pelo Deputado Gaspar Lima)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Graciosa foi aflorada um pouco à pressa pelo Sr. Deputado João Costa e eu não queria deixar passar este momento sem referir algumas palavras, se me deixassem falar, como é evidente.

(Aparte inaudível do Deputado Cláudio Almeida)

O Orador: Mas tem algumas coisas a ver com a Graciosa também, porque a Graciosa (talvez o Sr. Deputado Cláudio Almeida não saiba) faz parte do todo regional.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Os senhores é que não sabiam isso!

O Orador: O Partido Socialista e o seu Governo têm feito nesta Região obra em todos os sectores, passando o mesmo na minha ilha, a Graciosa.

Agricultura, pesca, turismo, educação, transportes, apoio social, energia, rede viária, comunicações, inovação, tecnologia, juventude, desporto, etc., etc., são áreas em que muito havia por fazer e em que se apostou forte, também na Graciosa, de uma forma coerente e consequente, nos últimos 15 anos.

Não vale a pena tentar desvalorizar, nem ignorar partes de um todo que é património do PS, porque o povo graciosense é testemunha disso mesmo e sabe muito bem comparar o que é comparável e também sabe separar o trigo do joio.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: Estes investimentos nada têm a ver com o que se passou, ou com o que se passou em algumas autarquias em que se fazem, ou se faziam coisas para causar apenas boa impressão e deslumbramento às populações.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Está a falar da praça?

O Orador: Sr. Deputado João Costa, pedia só que esperasse um bocadinho que depois deixo-o falar.

Os governos do Partido Socialista na Região Autónoma dos Açores e na Graciosa não investiram a pensar em glorificações ou em fotografias de ocasião...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ...apenas nos dias em que isso era falado na comunicação social, mas sim sempre a pensar nas próximas gerações e o Sr. Deputado, se tiver humildade política, reconhece isso na Graciosa.

Dotaram todas as ilhas de condições capazes de impulsionar o desenvolvimento e conta, naturalmente, com o apoio incondicional da iniciativa privada e da sua capacidade empreendedora.

Relativamente a este Plano, o Sr. Deputado João Costa falou nos planos das Ilhas de Coesão e queria-lhe dizer que de facto até este momento estão previstos 29,3 milhões de euros para a Graciosa, o que representa um total de 4,06% do total investido na Região.

Quero-lhe dizer também que só houve um ano em que tivemos uma participação superior, que foi o ano passado (aliás, este ano que está a decorrer ainda).

Queria lembrar, Sr. Deputado, também que – e isto é importante – em 1996 essa percentagem era de 1,9%. Repito: 1,9%, comparando com o que é agora, 4,06%.

Esse investimento previsto para a Graciosa representa um valor *per capita* de 6.950€. É o terceiro mais alto da Região. Só há o do Corvo com 19.252€ e as Flores com 7.377€. A seguir estamos nós.

Também queria lembrar que este valor que o senhor tenta desvalorizar vai permitir fazer algumas coisas como (não sei se para si tem alguma importância): apoiar a habitação degradada; construir novas habitações para famílias carenciadas; vai permitir a construção da creche e jardim-de-infância e o CAO, um investimento de 2,3 milhões de euros (não sei se para si significa muito)...

Deputado João Costa (PSD): Leia o relatório da Comissão de Assuntos Sociais!

O Orador: ...também vai terminar e apetrechar uma estrutura fundamental para a Graciosa que é o Centro de Saúde (não sei se para si isso também terá alguma importância)...

Deputado João Costa (PSD): Está registado.

O Orador: ...vai permitir, entre outras coisas, entre os caminhos de penetração e etc., fazer a rampa *rol-on/rol-off* (também não sei se acha importante esta estrutura para o desenvolvimento da Graciosa)...

Deputado João Costa (PSD): Já disse isso!

O Orador: ...vai por outro lado também permitir reabilitar, o que é uma aspiração muito antiga, a adega e cooperativa da ilha Graciosa para servir como verdadeiro entreposto comercial. Não sei se para si isso é importante ou não.

E por último, Sr. Deputado João Costa, uma das coisas que é tão querida naquela nossa ilha que é a Marina da Barra, que foi prometida durante 20 anos pela autarquia do PSD e que finalmente vai ser lançada a obra no próximo ano.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Eu queria só dizer-lhe Sr. Deputado se o senhor desvaloriza o investimento que vai ser feito para a Graciosa, explique-me o que é que retirava daqui e o que é que punha a mais?

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): E como é costume não disse nada!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho inscrições neste momento para pedidos de esclarecimento.

Assim sendo, passamos à intervenção seguinte.

Vou dar a palavra para tal à Sra. Deputada Piedade Lalanda.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O futuro do nosso país, e dos Açores em particular, não depende apenas do crescimento da economia, mas do modo como, hoje, o Estado cumpre as suas funções sociais. Se queremos garantir justiça e coesão social, então o combate às desigualdades e a defesa dos direitos sociais têm de estar no centro da estratégia política.

Este não é o modelo de governação que o PSD defende na República. Reduzindo aquilo que chama de “gorduras do Estado”, primeiro corta nas prestações sociais, particularmente, pensões, subsídios de desemprego e Rendimento Social de Inserção. Num clima de violenta austeridade, afirma não esquecer os mais fragilizados, mas transforma o Estado numa organização de

beneficência, destinada a apoiar os muito pobres, e não intervém quando ainda é possível evitar a miséria.

O Governo da República, liderado pelo PSD, demitiu-se da sua função social.

Deputado João Costa (PSD): É preciso ter lata!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Olhe quem fala!

A Oradora: Em poucos meses, desmantelou o estado social, apesar do Ministro das Finanças ter afirmado, ser um sucesso, com “muito mais benefícios do que custos”. Seria verdade, se não falhassem nos acordos de cooperação e, não estivessem a recuperar o espírito assistencialista, que restaura velhas dependências pessoais e dá espaço ao clientelismo.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Acredita mesmo nisso, Sra. Deputada?

A Oradora: Querem que os beneficiários se sintam devedores da gratidão das instituições, como se os apoios sociais que recebem, financiados com o dinheiro dos contribuintes, fossem dádivas, esmolas para pobres que merecem e não a concretização de direitos de cidadania, numa aproximação, mesmo que imperfeita, da justiça social.

Deputado João Costa (PSD): A senhora tem de ler as conclusões do relatório do RSI. O que acabou de ler não é o que está no relatório.

Isso que acabou de criticar colocou no relatório da Comissão de Economia?

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O combate às desigualdades sociais é um imperativo de cidadania, que exige a ação de todos, em especial, governos, serviços públicos, IPSS e autarquias. E cabe, particularmente ao poder local, uma intervenção de proximidade junto das famílias mais carenciadas e no apoio às instituições sem fins lucrativos.

A este propósito e, de acordo com a Associação Nacional dos Municípios, as câmaras portuguesas terão investido, nestes domínios, mais de 400 milhões de euros em 2011.

A fazer fé nos resultados referentes a 2009 (com base em dados da Direção Geral da Administração Local), 11 dos 19 municípios dos Açores investiram

dos seus orçamentos no apoio às famílias, mais do que a média nacional (4,8). De destacar a Câmara da Praia da Vitória, que ocupa a segunda posição entre os 308 municípios portugueses, com 14,3%.

Por estranho que pareça, a Câmara de Ponta Delgada ficou abaixo dos 231 municípios que investiram 3% ou mais do seu orçamento no apoio às famílias e instituições sem fins lucrativos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Bela temática para a Assembleia Municipal!

Deputado João Costa (PSD): Ao que isto chega!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): São obras por fazer e por acabar...

A Oradora: É bem um exemplo da importância que a líder do PSD atribui ao apoio às famílias e o peso relativo que as políticas sociais têm no orçamento da autarquia que preside.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Outra vez.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ao que isto chega!

A Oradora: Incomoda?

Deputado Mark Marques (PSD): Não incomoda! É penoso ver o vosso estado!

A Oradora: Não bastam palavras ocas. É pelas ações que se vê a coerência do PSD (até rima!), tanto na República como nos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com os governos do Partido Socialista, a dignidade das pessoas é a pedra de toque das políticas sociais, por isso a prioridade esteve e está na defesa de um sistema de solidariedade capaz de promover a igualdade, a justiça e a coesão social.

O PS não receia dar visibilidade aos problemas, que o PSD varria para debaixo do tapete social, como acontecia com a deficiência, a toxicodependência, a violência doméstica, o abuso de menores, o repatriamento ou os sem-abrigo.

Estes também são grupos-alvo do sistema de solidariedade vigente nos Açores, cumprindo objetivos que estão consagrados no programa de governo.

Se considerarmos apenas esta Legislatura, as verbas destinadas ao Programa 13, “Desenvolvimento do Sistema de solidariedade social”, somam quase 83 milhões de euros, onde se destaca o apoio às famílias (34,8 milhões).

Particularmente num ano que se avizinha de enormes dificuldades para as famílias açorianas, o Plano para 2012 reforça o Fundo de Compensação Social, assegurando o complemento regional de Abono de Família e uma resposta, oportuna e célere, às famílias, em situações de desemprego, sobre-endividamento ou monoparentalidade.

Não podemos, infelizmente, eliminar as drásticas medidas nacionais mas, com este plano, o Governo Regional tenta minimizar o seu impacto em termos sociais, reforçando os complementos regionais do Abono de Família e de reforma e o salário regional e adiando, mais uma vez, a aplicação da nova tabela de comparticipações das famílias, nas creches e ATL's.

Os açorianos podem continuar a confiar no apoio do PS.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: Em tempos de austeridade, é fundamental humanizar o discurso político e assegurar respostas que minimizem o impacto da crise. Infelizmente, o PSD no governo da república esquece as pessoas, como refere um conhecido cronista.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: E cito “Nem o Ministro das Finanças, nem o Ministro da Economia são capazes de incorporar no seu discurso algo que revele qualquer preocupação social pelos efeitos das medidas que tomam. Bem pelo contrário, aparece desprezo e um certo revanchismo social, seja por ignorância do que é o País, seja por razões ideológicas”. (citei Pacheco Pereira, no seu último artigo na Revista “Sábado” de 23 Novembro 2011)

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Deputado João Costa (*PSD*): Pensei que era alguém do PSD!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O investimento social inscrito neste Plano não se resume ao capítulo 13, vocacionado para as áreas da solidariedade.

Há ainda que considerar os apoios à habitação, com destaque para o pagamento de rendas (no Programa “Famílias com futuro”); as respostas alternativas na educação e formação, ao nível da formação profissional (Cursos “Reativar”); a generalização dos cuidados de saúde; os incentivos à criação de emprego, através do microcrédito e do empreendedorismo; ou ainda os programas de promoção da qualificação dos trabalhadores, promovidos pela Rede Valorizar. Infelizmente o PSD tem uma enorme dificuldade em reconhecer o impacto social de todas estas medidas estruturantes do desenvolvimento dos Açores que somos hoje.

Deputado João Costa (PSD): Parece que estamos a discutir o nosso plano!

A Oradora: Segundo o líder do Grupo parlamentar do PSD as políticas sociais nos Açores falharam, porque, de um lado há 18000 beneficiários do RSI, 12 mil desempregados...

Deputado Luís Garcia (PSD): 14 mil!

Deputado João Costa (PSD): 14 mil! A senhora perdeu 2 mil desempregados de ontem para hoje!

A Oradora: ...e 30 mil famílias a viver com 540 euros e, do outro, 25 mil milhões de euros, de 15 anos de fundos estruturais que, divididos pelos atuais 245.000 residentes na Região, daria 100.000 euros a cada açoriano.

Deputado Luís Garcia (PSD): É muito dinheiro!

A Oradora: Sr. Deputado Duarte Freitas, a inteligência dos açorianos devia-lhe merecer mais consideração.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Para além de fazer uma conta absurda, porque se soma 15 anos de proveitos, então devia ter dividido, pelo menos, pela população que durante esse tempo viveu nos Açores, o PSD esqueceu-se de considerar na sua

contabilidade os Açores que eramos em 1996 e o que somos hoje, passados esses 15 anos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Desde logo, em 1996 não havia uma qualquer medida estruturada de apoio direto às pessoas mais carenciadas, que retirasse as famílias da pobreza extrema, como tem conseguido ser o Rendimento Social de Inserção (é bom notar a taxa de pobreza nos Açores baixou mais de dez pontos percentuais numa década, conforme referem os estudos da Prof. Isabel Guerra).

Deputado João Costa (PSD): É o maior desemprego de sempre!

Um em cada 3 açorianos são pobres!

A Oradora: ...e para o PSD uma família que beneficia do RSI é apenas um problema social, para o PS é a prova de que essa família é ajudada e de como a sociedade pode e deve redistribuir a riqueza por aqueles que mais precisam, assumindo esse apoio como um compromisso de mudança e um investimento na promoção social.

Deputado João Costa (PSD): Este jornal é da semana passada!

São estes os Açores de hoje!

A Oradora: O PSD que clama por uma “autonomia de resultados” devia considerar os resultados que foram concretizados no domínio das políticas sociais.

Destaco a rede integrada de apoio às vítimas de violência doméstica, que antes de 1996 ficavam na sombra,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ...sujeitas ao tabu da família como domínio privado, incapazes de denunciar os agressores, na maioria dos casos maridos ou pais.

Outro resultado é a rede regional de instituições de apoio às pessoas com deficiência, os Centros de Atividades Ocupacionais, e a criação de transportes adaptados a pessoas com necessidades especiais. Se recuarmos quinze anos, não faltam exemplos de famílias que sentiam vergonha ou até consideravam a deficiência como um castigo que escondiam do olhar dos outros.

Deputado João Costa (PSD): Então o que é que os senhores estão a fazer!

A Oradora: Relembro, ainda, que não havia respostas para a toxicodependência e que, apesar do alcoolismo ser reconhecido como problema e ser também uma dependência, não existia nenhum centro de alcoologia.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nem existe!

A Oradora: Se hoje ainda faltam lugares em creches e ATL's, mas partimos de um número mais do que insuficiente e, sobretudo, de uma visão doméstica das mulheres/mães.

É bom lembrar que em 1995, enquanto a taxa de atividade feminina no continente já ultrapassava os 40%, nos Açores ficava-se pelos 27,5%. Só agora, passados esses quinze anos, onde teimam em não ver resultados, os Açores atingem 40% na taxa de atividade feminina, com destaque para os grupos etários entre os 25 e os 44 anos que quase atinge os 80%.

Deputado João Costa (PSD): Está aqui o resultado: um em cada 3 açorianos.

A Oradora: De referir ainda que, atualmente, 62% dos ativos com o ensino secundário ou superior são mulheres.

Deputado João Costa (PSD): Estão 150 pessoas lá fora na pobreza contra os 57 que estão aqui!

A Oradora: Não existia uma rede de amas, certificada e devidamente acompanhada, porque esse era um negócio privado, não regulamentado, a quem os pais confiavam crianças, nem sempre olhando às condições dessa guarda.

De recordar, ainda, o acolhimento de crianças ou de idosos, que hoje vivem em pequenos lares, que era feito em instituições massificadas onde dificilmente se proporcionava um ambiente de família.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Senhores Deputados do PSD, as evidências desmentem a vossa demagogia,...

Deputado João Costa (PSD): Está aqui a evidência: um em cada 3 na pobreza!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: ...e este orçamento é mais um exemplo do enorme investimento estrutural, feito nestes últimos quinze anos.

Entre 1996 e 2010, a Região passou de um total de 239 equipamentos, nas diversas áreas de intervenção, para um total de 686, o que em termos de utentes significa um aumento de 230%, abrangendo atualmente 27.603 açorianos e açorianas. Destaque-se o domínio da deficiência ou incapacidade, onde se passou de 95 utentes em 1996, para 1017 em 2010.

Os números e, sobretudo, o testemunho vivido dos açorianos desmentem a visão catastrofista dos partidos que, no governo da república ou na oposição nos Açores, clamam do aumento da pobreza, mas não são capazes de reconhecer o direito à autonomia e a cidadania dos que beneficiam dos apoios do estado.

Deputado João Costa (PSD): Não fui eu que disse, nem fui eu que escrevi!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: 2012 será um ano difícil para todos e muitos mais sentirão dificuldades em cumprir com os seus compromissos, face ao corte de rendimentos e ao agravamento do custo de vida.

O Governo dos Açores, consciente dos cenários menos favoráveis que se avizinham, assume com este Plano e Orçamento a sustentabilidade da rede regional de equipamentos sociais, que corresponde a 240 acordos de cooperação estabelecidos com IPSS de todas as ilhas. É evidente que, ao fazê-lo confia que também o Governo da República honrará os seus compromissos com a Região, na adequada transferência de verbas da Segurança social.

Combater as desigualdades sociais não é só um capítulo do programa de governo. É a defesa de um princípio fundador da democracia. Por isso, os Governos do Partido Socialista investiram desde a primeira hora no alargamento e na melhoria da qualidade das respostas sociais.

Termino, com a convicção de que para podermos continuar a construir o futuro dos Açores, com confiança, é preciso acreditarmos no presente. E nesse sentido, o Plano e Orçamento para 2012, em termos do “Desenvolvimento do Sistema de solidariedade social”, dá garantias que, mais uma vez, o Partido Socialista no governo está preparado para continuar a apoiar as famílias e a defender os direitos sociais de todos os açorianos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que é uma intervenção séria sobre políticas sociais!

Deputado João Costa (PSD): Sr. Deputado, tenha decência!

Isto é que é sério: 57 deputados aqui dentro e 150 pessoas lá fora na pobreza!

(Neste momento, o Deputado José Ávila reocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Aceitam-se pedidos de esclarecimentos, Sras. e Srs. Deputados.

Creio não haver pedidos de esclarecimento.

Assim sendo, passamos à intervenção seguinte.

Tem a palavra para tal o Sr. Deputado Paulo Rosa.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

À semelhança de 2011, a ilha das Flores é a oitava receptora de investimento público... Menos só a ilha do Corvo. Uma tendência histórica, só contrariada no início desta Legislatura, com particular ênfase no Plano e Orçamento de 2010.

Esta desaceleração no investimento público corresponde, não só a uma diminuição global das verbas disponíveis para 2012, por razões conjunturais, mas também à conclusão de diversos empreendimentos já executados nesta Legislatura.

Faça-se justiça: A reabilitação da rede viária regional na ilha das Flores arrancou tardiamente, mas prossegue. Porém, não ficará concluída neste mandato, pois o troço Ponta Delgada – Ferros Velhos não poderá arrancar antes da conclusão da reabilitação do troço Recta das Lajes – Alto da Matosa e do processo concursal subsequente.

O parque escolar da ilha foi beneficiado com o novo edifício da EB das Lajes e com o pavilhão da EBS de Santa Cruz, embora o piso do pavilhão

gimnodesportivo esteja a levantar problemas que, para já, inviabilizam a realização de competições desportivas.

O Centro de Processamento de Resíduos é um salto em frente para a qualidade de vida dos Florentinos e para a salvaguarda ambiental da ilha, mas resta saber como decorrerá a sua operacionalização e o processo de selagem das escandalosas lixeiras a céu aberto que teimam em subsistir na ilha mais Ocidental deste arquipélago... e Reserva da Biosfera.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Estes e outros investimentos revestem-se de grande importância para uma ilha em acelerado processo de despovoamento, esvaziamento de massa crítica e definhamento da actividade económica mas, por si só, não podem inverter esta tendência.

Assim, o Plano para 2012 não pode ser um plano de desaceleração abrupta...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não deve ser, nem é!

O Orador: Numa ilha onde a actividade económica é cada vez mais frágil, o investimento público é um catalisador incontornável para potenciá-la e, por esta via, criar emprego e riqueza, fixando população.

A conjuntura aconselha que este investimento não seja aleatório e indiscriminado. Antes ponderado na lógica da sustentabilidade, na criteriosa definição de prioridades alicerçada na potenciação da actividade económica e na criação de emprego e riqueza.

Na linha deste tipo investimento, propusemos, nesta Casa, a construção de uma Pousada da Juventude nas Lajes das Flores – rejeitada pela maioria e por um apêndice! Mas esta foi uma proposta nossa. Não era um compromisso do PS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vamos então, depois do reconhecimento de compromissos cumpridos ou em cumprimento, cingir-nos ao não cumprido dentro da tipologia de investimento público que atrás enunciei.

Denunciámos, há um ano, nesta tribuna, que a requalificação do Porto das Poças e a terceira fase da protecção da orla costeira de Santa Cruz continuava chutada para as Calendas Gregas... E continua. Este era um dos compromissos

mais emblemáticos do Partido Socialista! Um investimento estruturante, estratégico e absolutamente necessário para catapultar a actividade da pesca e as actividades náutico-turísticas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Falha redondamente! Transita da Legislatura anterior directamente para a próxima...

E os Florentinos ficam a ver navios, sem condições de acostagem na parte da ilha onde há mais actividade económica ligada ao mar. Falta de estratégia, de visão e de planeamento que deixa a economia de mar desta ilha a “afogar-se”.

Dos compromissos do PS que serviram de base ao Programa deste Governo, há que destacar outro incumprimento grave do ponto de vista social para o qual também já alertámos em diversas ocasiões: o Posto de Saúde das Lajes das Flores. Continua a funcionar sensivelmente nos mesmos moldes em que funcionava no início da Legislatura. Como em qualquer outra freguesia.

Os utentes desta vila açoriana, sede de Concelho, continuam a ter que deslocar-se ao Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores para algo tão simples como uma recolha para análises clínicas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: E agora até, pasme-se, para efectuar o pagamento de taxas moderadoras de 2 euros!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É lamentável!

O Orador: Além dos constrangimentos óbvios aos utentes, impõem-se a pergunta: se era para deixar tudo mais ou menos na mesma, e nalguns casos ainda pior, por que razão figurava o Posto de Saúde das Lajes no manifesto eleitoral do Partido Socialista? Qual era a “visão” que tinham e por que razão se apagou o cumprimento deste compromisso na prática da governação?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só perante este Plano e Orçamento é possível fazer o balanço dos cumprimentos e incumprimentos desta Legislatura, por ser 2012, o seu último ano. Este balanço é simples de fazer e cada Florentino o fará seguramente no

momento próprio confrontando compromissos e realizações, benefícios e agravamentos das suas condições de vida.

Cumpre-nos, enquanto oposição responsável e intelectualmente honesta, reconhecer e congratularmo-nos com as realizações. Cumpre-nos também propor outras, o que temos feito com convicção, sempre na óptica da melhoria das condições de vida dos Açorianos e, no estrito âmbito desta intervenção, dos Florentinos.

Mas cumpre-nos ainda denunciar os incumprimentos e constatar uma desaceleração no investimento para o último ano da Legislatura, em contraciclo com o definhamento sócio-económico da ilha mais Ocidental do nosso arquipélago que aconselharia exactamente o contrário.

Deputados Artur Lima e Luis Silveira (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento à intervenção do Sr. Deputado Paulo Rosa.

Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Rosa, partilho da opinião do líder parlamentar da sua bancada de que nós vivemos uma conjuntura extremamente difícil e que portanto e conseqüentemente, este é o orçamento mais penoso de que nos recordamos.

Vou registar a seriedade com que V. Exa. abordou a questão, não se esquecendo do copo meio cheio, referindo aquilo que foi feito e bem feito nas Flores e não vou contrariá-lo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já não é mau!

O Orador: ...(obviamente) nas duas referências que deixou relativamente a iniciativas que estavam previstas e que, em função das circunstâncias e da conjuntura, não vão poder ser cumpridas nesta legislatura.

Sempre houve deslizamentos, sempre houve derrapagens em termos temporais relativamente a iniciativas previstas e programadas, quer nas Flores, quer provavelmente em todas as ilhas da Região.

No entanto, também é preciso deixar claro que o PS nunca abandonou aquilo com que se comprometeu. Se não o fez em determinado tempo, acabou por fazer.

V. Exa. referiu algo que nesse aspecto é paradigmático, que tem a ver com a recuperação da rede viária florentina.

Portanto, não vou contrariá-lo, mas vou, Sr. Deputado, deixar-lhe esperança, porque acontece o seguinte: tal como relativamente àquela celebre notícia da morte do Mark Twain, também os prognósticos do fim de ciclo da governação socialista nos Açores, que o PSD tanto apregoa, também esses prognósticos são manifestamente exagerados.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E dentro de um ano certamente teremos aqui um governo do PS, suportado numa maioria do PS, liderado pelo Dr. Vasco Cordeiro, renovado, reforçado no ânimo e na vontade, preparado para as adversidades e a comprometer-se novamente e definitivamente na concretização dessas duas iniciativas e de outras que certamente irão ser incluídas no programa eleitoral do PS para os 4 anos de governação que se vão seguir.

Deputados Berto Messias e Nélia Amaral (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, quero registar, enfim, que V. Exa. teve uma atitude correcta e aliás, deixo também uma única nota relativamente a algo que me é particularmente preocupante e que também marca uma diferença.

Quando digo que o PS vai ser governo na próxima legislatura não é apenas uma questão de fé, é porque olhando para aquilo que o PSD não é, olhando para aquilo que o PSD não diz, olhando para aquilo que o PSD não pensa, olhando para aquilo que o PSD não apresenta, os açorianos...

Deputado Costa Pereira (PSD): Está a falar sozinho.

O Orador: ...que não são doidos, certamente que nunca poderão dar a confiança ao PSD para assumir os destinos desta Região.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Porque o PSD não só não sabe como governar os Açores, como neste momento está de joelhos perante a governação lisboeta.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Rui Ramos (PSD): Quando é que isso aconteceu? Concretize!

O Orador: Se talvez não fosse a intervenção do PP e talvez os atropelos aos direitos da Região, talvez neste momento a obrigação de ir prestar vassalagem ao Terreiro do Paço sempre que se quisesse tomar alguma medida na Região dentro das competências estatutárias,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Rui Ramos (PSD): Concretize!

O Orador: ...talvez isso estivesse (embora ferido de ilegalidade e de inconstitucionalidade) vertido no Orçamento de Estado.

Por isso é que este PSD não é alternativa e a alternativa ao PS é o próprio PS.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A primeira palavra para registar a verticalidade e a honestidade intelectual com que o Sr. Deputado Manuel Herberto se reportou à minha intervenção, que são aliás apanágio, regra geral, das suas intervenções e reconhecer o reconhecimento que faz do copo meio cheio.

De facto, a conjuntura difícil foi também ali enunciada. Nós temos essa convicção. Agora uma coisa tem de ser dita, Sr. Deputado, esta legislatura começou em 2008.

Deputado Mark Marques (PSD): Quando se pede a suspensão no mês seguinte!

O Orador: O argumento de que este Plano é condicionado por uma conjuntura extremamente difícil, esse argumento não pode servir de escape para a não realização das obras a que eu ali me reportei. Este Plano é o culminar de uma legislatura.

Em relação aos ciclos, aos prognósticos de fim de ciclo também não me vou alongar, obviamente, porque quem acaba com ciclos e quem começa com ciclos são os açorianos, é o povo e obviamente não vou conjecturar, nem fazer futurologia aqui.

Há um escândalo que apenas aflorei ali e que obviamente tem de ser desmistificado.

Esta questão do posto de saúde das Lajes das Flores que está sensivelmente na mesma em relação ao início da legislatura, em que a única mudança foi a presença de um médico uma vez por mês e o alargamento do horário de permanência do enfermeiro de 15 minutos para uma hora, sensivelmente, ou seja, não é uma alteração significativa; agora com a questão das taxas moderadoras convenhamos que não faz rigorosamente nenhum sentido. É escandaloso...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É uma vergonha!

O Orador: ...que alguém que seja atendido no posto de saúde nas Lajes das Flores tenha depois de esperar que lhe chegue uma carta a casa para se deslocar a Santa Cruz, percorrendo 18 sinuosos quilómetros...

Deputado Herberto Rosa (PS): Já temos melhores estradas!

O Orador: ...para pagar uma taxa moderadora de 2 euros, ou em viatura própria, ou em transporte público.

Esta situação obviamente tem de ser revista e tinha de ser aqui denunciada a quem de direito para que seja revertida, até porque convenhamos que só para os portes de correio lá se vão praticamente os 2 euros. Isto não faz qualquer tipo de sentido e é um escândalo!

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento vamos passar à intervenção seguinte. Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

Deputado António Marinho (PSD): O homem que traz 600 mil euros às costas!

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianos:

Deputado João Costa (PSD): Vai declamar?

O Orador: A saúde é um sector relevante para todos nós, uma área extremamente sensível e da qual, um dia, todos necessitamos.

Justifica-se assim o investimento que fizemos, nos últimos anos, que potenciou um serviço público de saúde a um nível que não tem paralelo hoje no sector privado.

E é, também, por isso, fundamental o equilíbrio financeiro deste sector, para continuarmos a dar consultas, cada vez em maior número, garantir os internamentos, fazer os tratamentos e os exames de diagnóstico necessários e realizar cada vez mais cirurgias.

Para isso, em primeiro lugar, temos de gastar em função do que realmente dispomos no orçamento – tal como em nossas casas.

Só assim garantiremos o futuro.

Reforçaremos em mais 36,7 Milhões de Euros as receitas dos nossos hospitais, exactamente para que possam ter uma situação financeira mais estável e consigam pagar a tempo aos seus fornecedores.

Mas também exigiremos uma maior contenção nos gastos. As nossas unidades de saúde vão ter de trabalhar mais, poupar mais e gerir melhor.

Com o trabalho desenvolvido nos últimos tempos, insistindo em medidas de poupança – em cujos resultados poucos acreditavam – o facto é que se criou uma nova mentalidade, uma nova cultura nos serviços e podemos agora dar novos passos.

Chegou finalmente o dia em que podemos anunciar que vamos equilibrar o sector da saúde e vamos começar a amortizar o financiamento bancário.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é como os sportinguistas!

O Orador: São boas perspectivas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Agora é que é!

O Orador: Também queremos dar uma melhor resposta na resolução das listas de espera para cirurgia.

Desde 2007, temos apostado em programas de recuperação de cirurgias. Ano após ano, temos investido dinheiro do plano em cirurgias realizadas fora da actividade programada, pagas à peça, e o resultado é que, apesar dos incentivos, continuamos com listas de espera.

Impõe-se que tomemos medidas estruturantes.

Em 2012, serão criadas mais seis salas de cirurgia, mais três no bloco operatório do Hospital de Ponta Delgada, que será remodelado, e mais três salas de cirurgia que existirão no novo Hospital da Ilha Terceira. Com o reforço dos blocos operatórios conseguiremos assim, realizar mais 2.000 cirurgias em 2012 e mais 3.000 em 2013.

Este investimento permitirá não só acabar com a lista de espera cirúrgica dos três hospitais, como ainda diminuir o tempo de espera nas várias especialidades.

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora é que vai ser!

O Orador: Quanto aos cuidados continuados: Vamos apoiar mais os nossos idosos e as suas famílias! Para isso serão disponibilizadas mais 40 camas de cuidados continuados nos Açores, camas essas que resultarão da afectação de 20% da capacidade de internamento existente nos Centros de Saúde.

Com isso possibilitamos que os idosos beneficiem dos cuidados continuados, no seu concelho de residência, mais perto das suas famílias.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Criaremos a primeira unidade de cuidados paliativos que será inaugurada no Novo Hospital da Ilha Terceira e que terá capacidade inicial para 4 doentes em simultâneo. Uma valência onde poderão ser prestados todos os

cuidados paliativos terminais e onde, de forma reservada, os amigos e familiares poderão com dignidade acompanhar e reconfortar os seus doentes.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Mas faremos mais nesta área tão sensível....

Criaremos 10 equipas móveis de enfermeiros com formação em cuidados continuados e paliativos o que nos permitirá dar apoio diário a mais 100 doentes no domicílio.

Quando em 2007, os centros de cuidados geriátricos tinham apenas capacidade para 104 doentes, em 2012 teremos capacidade para internar 259 pessoas e tratar no domicílio mais 100.

Ou seja mais do que triplicaremos a resposta que era dada em 2007.

Por outro lado, ouvimos sugestões das pessoas quanto às deslocações de doentes...

Uma situação que afecta muito os doentes deslocados é o tempo que passam fora da sua ilha em tratamento ou em consulta.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Julguei que era a diária!

O Orador: Pois bem, queremos encurtar esse tempo, reorganizando os serviços de deslocação de doentes e fazendo coincidir, se possível na mesma viagem, todos os actos, quer de diagnóstico, quer de consulta ou cirurgia. Deste modo, as pessoas farão menos deslocações a outras ilhas, ou ao continente, e estarão menos tempo longe de casa e dos seus familiares.

De resto, o valor das diárias de deslocação vai manter-se em 2012, apesar de ser um ano de contenção.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito mal!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quanto à Prevenção das Dependências, consolidaremos todo o trabalho de prevenção implementado em 2011,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso não existe!

O Orador: ... em que equipas multidisciplinares de técnicos contactam na rua, na escola, nos locais de diversão nocturna com os nossos jovens, alertando-os de forma construtiva para os perigos das várias dependências. Falamos de programas como o Xpressa-te, o (In)forma-te, o projeto “Trilhos Saudáveis” que chegam todos os anos a mais de 3000 jovens açorianos, ou o programa “Tu Decides” que envolve todos os anos mais de 2000 jovens, em 49 escolas de toda a Região.

Ou ainda o programa de prevenção para alunos do 6º ano que abrangerá cerca de 3000 crianças no ano de 2012.

Gostaria de conhecer outros exemplos por esse país fora onde se tem investido tanto na prevenção das dependências como aqui nos Açores...

Deputado Costa Pereira (PSD): E os resultados? Os resultados estão à vista!

O Orador: Ao nível de tratamento com opiáceos de substituição, afectaremos mais uma carrinha à ilha de S. Miguel, que passará a ter duas equipas, abrangendo mais concelhos e mais pessoas. Implementaremos também essa terapêutica no Faial e no Pico, com o funcionamento pleno do Centro de Aditologia da Horta.

Deputado Luís Garcia (PSD): Aumentou!

O Orador: Nos últimos anos, mais que duplicámos a capacidade de tratamento com opiáceos de substituição numa estratégia que se tem revelado de grande sucesso no acompanhamento e na reabilitação de muitas pessoas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mal!

O Orador: Quanto à política do medicamento:

Num período em que a despesa com medicamentos se agrava para as famílias, em especial para as mais carenciadas, abriremos ao público já em Janeiro as primeiras farmácias em unidose nos Hospitais de Angra e de Ponta Delgada.

Deste modo, todas as pessoas que forem ao hospital poderão pagar apenas a quantidade de medicamentos que efectivamente precisarem, ou seja, pouparão só por esse facto mais de 10% em todos os medicamentos, além disso estarão sempre disponíveis os medicamentos ao preço mais em conta de modo a diminuir ainda mais a factura aos nossos doentes.

Esta é uma medida arrojada a nível nacional, marcante da política de saúde regional e que trará grande benefício ao povo açoriano.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Além disso, apostaremos em equipamentos médicos de última geração, com especial destaque para o Novo Hospital da Ilha Terceira e para o Centro de Saúde da Graciosa, equipamentos cujo investimento ultrapassa os 3 milhões de euros e que fará diminuir a deslocação de doentes.

Abriremos dois novos gabinetes de medicina dentária,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é positivo!

O Orador: ... um na unidade de saúde da Lagoa, outro no centro de saúde da Horta.

Implementaremos a prescrição electrónica de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, eliminando a redundância de exames desnecessários. Introduziremos novas regras para as convenções de fisioterapia na Região. Daremos início ao rastreio do cancro colo-rectal, entre muitas outras medidas integradas no Plano Regional de Saúde.

Como se vê, em 2012, apostaremos no sector da saúde em medidas estruturantes, não em medidas paliativas, medidas que nos permitam garantir o equilíbrio financeiro do sector, que nos permitam afirmar que o Serviço Regional de Saúde não fechará nem serviços, nem valências e que terá condições, boas condições, para atender todos os açorianos sempre que necessitarem

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Deputado Mário Moniz tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os fóruns economistas consideram as parcerias público-privadas não só mais um buraco, mas sim o grande buraco das nossas finanças.

Os debulhes dos dinheiros públicos transferidos para o sector financeiro e suas grandes empresas é algo perfeitamente criminoso.

O crescente consenso sobre esta perversidade aponta para a sua renegociação e o seu fim.

No relatório do Tribunal de Contas sobre a parceria do Centro de Radioterapia dos Açores conclui-se:

Que o custo de implementação, manutenção e funcionamento é similar, quer seja executado como investimento público, quer como privado, considerando que estes custos não incluem o pagamento ao privado daquilo a que podemos chamar de trabalhos a mais do contratualizado.

Ora, sendo público que o exemplo do Hospital Amadora Sintra em que os tais pagamentos a mais não previstos ascenderam num só ano a 8 milhões de euros, a pergunta, Sr. Secretário, é:

Por que teima o Governo Regional em levar para a frente esta parceria cujos elementos apontam para mais um rombo nas finanças públicas da Região?

Finalmente, a Unidade de Saúde de Ilha do Faial. Para quando a implementação da saúde oral, uma vez que é a única Unidade de Saúde de Ilha nestas condições, ou seja, sem consultas de saúde oral?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à última questão da medicina dentária no Centro de Saúde da Horta, Sr. Deputado, na minha intervenção referi que no próximo ano abriremos um gabinete de medicina dentária precisamente no Centro de Saúde da Horta.

Deputada Zuraida Soares (BE): Antes das próximas eleições?

O Orador: Portanto, a resposta é em 2012.

Relativamente à parceria público-privada e ao caso do Centro de Radioterapia dos Açores, eu gostaria de dizer que esta parceria público-privada é única no contexto nacional e é única porque ficou demonstrado, no mesmo estudo que o

senhor referiu do Tribunal de Contas, que era um negócio vantajoso para a Região e é um negócio vantajoso porque existem riscos que são efectivamente transferidos para a entidade privada que ganhou o concurso...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é o que dizem!

O Orador: ... o risco de contratação de profissionais competentes, que é muito elevado no caso da radioterapia, o risco de procura...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é só esse!

O Orador: Ou seja, nós só pagaremos à peça as quantidades que forem efectivamente necessárias. Portanto, há aqui riscos que foram transferidos e que não estão valorizados de forma monetária a favor da Região, porque se fossem valorizados a vantagem seria muito mais significativa.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é isso o que o tribunal diz!

O Orador: Por outro lado, há o risco de construção que também é transferido para o construtor, ou seja, nós não pagaremos trabalhos a mais pelos trabalhos ou por derrapagens de obras. Se estivéssemos no sector público, provavelmente isso poderia acontecer, poderia dar-se esse caso.

Neste caso, o risco também de construção foi transferido para o construtor.

Deputada Zuraída Soares (BE): E os juros? Também foram transferidos?

Deputado Mário Moniz (BE): Vamos estar atentos!

Deputada Zuraída Soares (BE): Foi tudo transferido!

Presidente: Sra. Deputada Aida Santos, tem a palavra.

Deputada Aida Santos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Saúde em Santa Maria está doente.

O Centro de Saúde de Vila do Porto, independentemente das melhorias que vão acontecendo a passo de caracol, padece de males, que em nada ajudam os marienses que a ele recorrem.

- **Uma dívida a fornecedores na ordem de um milhão de euros;**
- **Médicos especialistas que ameaçam deixar de se deslocar a Santa Maria, porque não são pagos atempadamente;**

- **Empresas a recusarem-se a fornecer material, entre eles, reagentes, porque não há dinheiro para pagar aos fornecedores;**

- **O único aparelho de RX existente na ilha está obsoleto, arriscando-se, assim, os marienses a ficarem sem RX que funcione 24 horas por dia;**

Há necessidade de investimento em **equipamentos** no Centro de Saúde de Vila do Porto.

Com novos equipamentos, tais como para fazer uma simples **ortopantomografia**, podia-se evitar a deslocação de muitos marienses a outras ilhas, para aí serem dignamente atendidos.

Há falta de recursos humanos.

Na **área da fisioterapia**, a lista de espera é enorme porque só há neste momento um único fisioterapeuta a prestar cuidados.

O Conselho de Administração do Centro de Saúde de Vila do Porto **sugeriu** a abertura de candidaturas para o Estagiário L, em áreas como gestão, ação social, técnico ambiental, técnico de farmácia, entre outros. O Secretário Regional da Saúde achou que o aquele Centro de Saúde precisava era de um Estagiário L **em Radiologia**. Qual a explicação?

No serviço de **Farmácia**, os cuidados são prestados por pessoal sem qualificação apropriada. **Será que não faria todo o sentido o Centro de Saúde ter um Técnico de Farmácia ou um Farmacêutico?**

O Laboratório de Análises Clínicas não tem as condições de higiene e segurança no trabalho que a legislação vigente exige. As tecnologias de informação e informática não chegaram ainda ao serviço de Análises Clínicas. Continuam os registos manuscritos, em fichas guardadas em caixas de cartão.

A tutela impõe escolhas que não são as exigidas pelos técnicos e funcionários que prestam os serviços de saúde em Santa Maria.

Na área da **Terapia da Fala**, desloca-se à ilha um técnico apenas uma semana por mês. Esta frequência é insuficiente para as necessidades dos utentes.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os marienses que tenham necessidade de recorrer ao serviço de **Cardiopneumologia** neste momento só têm uma solução: apanhar o avião para São Miguel.

Insiste-se em não se querer aproveitar os jovens licenciados que querem regressar à sua terra, mesmo quando há falta dos serviços que eles poderiam prestar.

Um grande número de marienses não tem médico de família.

Para que pudéssemos ter um serviço de qualidade na prestação dos primeiros cuidados de saúde aos cidadãos de Santa Maria, deveria haver cinco médicos.

Com os três que temos, há que recorrer aos serviços de urgência. Com todos os sobrecustos que isto acarreta para o erário público.

A prestação dos cuidados públicos de Saúde na ilha de Santa Maria espelha a governação socialista ao longo dos últimos quinze anos.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É uma realidade difícil, precária, que não apela ao regresso dos jovens marienses à sua terra.

Deputados João Costa e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os resultados desta governação socialista estão à vista. Deixam aos marienses uma triste herança. Uma doente Saúde e a ideia de que há marienses de primeira e marienses de segunda.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Ouvi-o naturalmente com muita atenção e gostaria de, em primeiro lugar, lhe referir uma expressão que V. Exa. ali utilizou: gastar melhor, poupar mais, gerir melhor!

Há anos que digo isto nesta casa e aquela bancada não concorda e muito menos o senhor, nestes anos de 2008 até agora.

Que credibilidade tem o senhor para vir aqui dizer que vai sanear financeiramente o Serviço Regional de Saúde, que desta é que é? É a mesma credibilidade que o senhor tinha o ano passado quando aqui nos desmentiu sobre os números da saúde.

Vou ler o que senhor dizia, Sr. Secretário Regional da Saúde:

“Em Junho de 2010, Miguel Correia afirma (é V. Exa.):

A dívida do Serviço Regional de Saúde é de 376 milhões de euros – 183 dívidas dos hospitais EPE; 160 milhões SAUDAÇOR médio e longo prazo; 33 milhões SAUDAÇOR curto prazo”.

Em 14 de Novembro de 2011:

“Miguel Correia divulga:

Passivo dos três hospitais e SAUDAÇOR é de 635 milhões de euros – SAUDAÇOR 282; Ponta Delgada 210 milhões; Hospital de Santo Espírito 85 milhões e Hospital da Horta 57 milhões”.

Sr. Secretário, a dívida de 2010 para 2011 duplicou.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não é verdade, Sr. Deputado! Já lhe explico!

O Orador: O senhor é que afirmou, o senhor é que disse.

Agora, qual é a dívida para 2012? O senhor quer que acreditamos que ela vai ser saneada, Sr. Secretário?

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não é nada disso. Ninguém falou em saneamento!

O Orador: Isso é uma falsidade absoluta!

Estão aqui os números e os senhores finalmente reconheceram, em resposta a um requerimento, quando o senhor o ano passado dizia:

“O que estava em causa não era fazer dívida para pagar dívida. O que tem havido são operações de reestruturação em busca das melhores condições financeiras”.

Sr. Secretário, já vamos em 600 milhões. Portanto, o senhor vai explicar como é que vai fazer o milagre de pagar essa dívida de 600 milhões de euros só da saúde.

Depois vamos às dívidas a fornecedores, Sr. Secretário, que é outro escândalo, onde o senhor despudoradamente pediu a alguns fornecedores que aumentem o prazo para 120 dias, porque há outros que estão à espera há meses das dívidas dos centros de saúde a laboratórios de análises clínicas, a serviços externos. Há meses! Não são nem 60, nem 70, nem 90! São mais de 6 meses em alguns casos, Sr. Secretário, como o senhor sabe.

Portanto, dívidas a fornecedores, ainda tem que juntar mais essa dívida.

A dívida da saúde é superior, muito superior a 600 milhões de euros e o senhor vem aqui dizer que os fornecedores aumentem o prazo para 120 dias, quando o senhor devia pagar a tempo e horas como se faz na outra administração pública, como fazem outros departamentos do Governo Regional que pagam a tempo e horas. A sua secretaria não paga a tempo e horas. Isso é uma vergonha.

O senhor não pode vir para aqui dizer que vai sanear porque o senhor não explicou rigorosamente nada. Aguardamos explicações.

O que é facto é que de um ano para o outro a dívida da saúde duplicou. As palavras e os números são seus.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não são!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não são? São comunicados do GaCS!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Aida Santos, do PSD, trouxe aqui a questão da saúde na Ilha de Santa Maria.

Em primeiro lugar, lamento que tenha trazido Santa Maria no debate deste Plano, desta forma.

Deputado António Ventura (PSD): Não pode?

O Orador: Melhor teria sido, para nós debatermos aqui mais amplamente, se tivesse ido àquela tribuna e falasse no Plano na sua globalidade.

Deputados João Costa e Luís Garcia (PSD): É preciso ter lata!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Posso acabar?

De qualquer forma quero aqui referir que a área da saúde é uma área de extrema importância, é uma área pela qual este Grupo Parlamentar tem também muita atenção e obviamente preocupa-se com todas as questões relacionadas com a área da saúde numa ilha como Santa Maria.

No entanto, há aqui a referir o seguinte:

É indesmentível a evolução que a saúde teve por todos os Açores e também na Ilha de Santa Maria.

Hoje em dia temos um Centro de Saúde preparado, com um quadro de enfermagem preparado, com técnicos que há uns anos atrás não tínhamos, como analistas, radiologia, fisioterapia, cardio-pneumologista.

Temos consultas de especialidade, especialistas que se deslocam à ilha. Há uns anos atrás, e no tempo do PSD, também se falava mas nós não tínhamos.

Quero dizer também que relativamente às questões da saúde, na última visita estatutária do Governo Regional a Santa Maria foi decidido, só para avivar a memória, a contratação de mais um médico de família,...

Deputado João Costa (PSD): Na Graciosa temos um médico!

O Orador: ... autorizou a aquisição do equipamento de eletrocardiografia que vai resolver a questão lançada pela Sra. Deputada da deslocação dos doentes de Santa Maria à Ilha de São Miguel quando têm que fazer um exame nesta área.

Deputado João Costa (PSD): Na Graciosa temos um médico a trabalhar 24 sobre 24 horas. Já tivemos 4!

O Orador: Por outro lado também, e isso foi dito pelo Sr. Secretário na reunião do Conselho de Ilha, irão ser iniciadas as diligências necessárias para a ampliação e os melhoramentos necessários no Centro de Saúde de Vila do Porto.

Estamos atentos a essas questões. Hoje em dia a saúde em Santa Maria não tem nada a ver com o que era antigamente e os marienses sabem disso.

Muito obrigado.

Deputados Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Ninguém falou em sanear a dívida do Serviço Regional de Saúde. Ninguém disse isso! Só dissemos que era importante e fundamental garantir o equilíbrio financeiro do sector...

Deputado Luís Garcia (PSD): Ah! É só o equilíbrio!

O Orador: ...isto é, que o sector gaste tanto quanto aquilo que tem à disposição no orçamento, a nível de receitas.

Ninguém disse que era para pagar 600 milhões de euros. Nunca nos ouviu dizer isso. Portanto, é no mínimo abusador da sua parte dizer que dissemos isso. Nunca dissemos isso!

Dissemos, sim, que vai haver um reforço nas contas dos hospitais de 36 milhões de euros que nos vai permitir, entre outras coisas, pagar em menos tempo aos fornecedores. Temos consciência que temos que pagar em mais tempo aos fornecedores, mas devo dizer que o prazo que pedimos aos fornecedores, de 120 dias, aos armazenistas locais de medicamentos, é inferior ao que se verifica no continente...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, é?

O Orador:... que é de 450 dias. É inferior! É menos de metade, Sr. Deputado! Também temos essa consciência, para não falar no pagamento aos convencionados, ou seja, as entidades que estão convencionadas no Serviço Nacional de Saúde ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fale, fale!

O Orador: ... que neste momento recebem nalgumas administrações regionais a 6 meses e noutras a 9 meses.

Nós honramo-nos de não ter esses prazos de pagamento no Serviço Regional de Saúde.

É possível o equilíbrio financeiro, porque para além de aumentarmos as receitas, que foi aquilo que dissemos na tribuna, vamos pedir um esforço de contenção adicional aos hospitais e aos centros de saúde, de maneira a que consigamos uma poupança de 29 milhões de euros.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a dívida é?

O Orador: Estas duas medidas permitirão ter fluxos para amortizar 23 milhões de dívida financeira em 2012. É isso que queremos dizer quando falamos em equilíbrio financeiro do sector.

Sra. Deputada Aida Santos, creio que a Sra. Deputada gostaria de ter um Hospital em Santa Maria, mas isso não é possível.

Temos programado, com todo o rigor, o investimento que é feito nos Centros de Saúde...

Deputado Costa Pereira (PSD): Com todo o rigor é como quem diz!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isso é variável!

O Orador: ... e temos a consciência de que o Centro de Saúde de Vila do Porto não é comparável hoje com o que o era em 1995, quer a nível de todos os técnicos de diagnóstico, quer até aos equipamentos de diagnóstico que possui actualmente.

Deputado João Costa (PSD): Era o que mais faltava!

O Orador: Cada vez que vamos a Santa Maria anunciamos mais equipamentos, mais investimento em equipamentos. É o que queremos fazer para diminuir precisamente a deslocação de doentes de Santa Maria para São Miguel, mas também não hesitamos em deslocar os doentes, quando é necessário, para resolver algum problema da saúde.

O Centro de Saúde de Vila do Porto é um centro de saúde que actualmente tem um problema em 2012, que foi o decréscimo do pagamento dos subsistemas ao Centro de Saúde. De facto, foi uma situação que aconteceu, que não estava prevista e que trouxe constrangimentos financeiros adicionais a esta unidade de saúde, mas o Orçamento de 2012 garante que todos estes atrasos serão resolvidos.

Presidente: Sra. Deputada Aida Santos tem a palavra.

(*) **Deputada Aida Santos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, Sr. Deputado Duarte Moreira, quero dizer-lhe que o modo como faço a minha intervenção, se é de bancada ou se é de tribuna, não lhe diz respeito.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Tem de respeitar é o debate!

A Oradora: Diz respeito simplesmente à bancada e ao Grupo Parlamentar do PSD...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... que gerimos o nosso tempo como entendemos e queremos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Outra questão que gostaria de dizer ao Sr. Deputado Duarte Moreira, é a seguinte:

O Sr. Deputado Duarte Moreira gosta de ser o porta-voz do Governo.

Eu, ao contrário, gosto e escolhi trazer a este debate os verdadeiros problemas dos marienses.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Os problemas das pessoas não têm cor política.

Sr. Secretário, eu não quero um hospital para Santa Maria. O que eu desejo, e só, é igualdade em algumas áreas.

O senhor deve estar a tentar iludir ou passar algum atestado a algumas pessoas.

Está a iludir-se a si próprio e não está a iludir os marienses.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em 26 de Novembro de 2008, dizia V. Exa.:

“Relativamente ao pagamento a fornecedores do Serviço Regional de Saúde não são conhecidos atrasos de pagamento superiores a 30 dias” – Novembro de 2008.

Eram inferiores a 30 dias.

Sr. Secretário, o que acontece é que hoje são superiores a 120 dias, no final da legislatura.

Explique-me lá como é essa gestão que o senhor fez nestes 3 anos. É isso que o senhor tem que explicar.

Piorou na sua gestão a dívida a fornecedores. O prazo dilatou quatro vezes.

Ao arrepio da Administração Regional o senhor piorou o pagamento a fornecedores, Sr. Secretário. Isso prova que o senhor, cada vez mais, é uma carta fora do baralho deste Governo.

O senhor vai ao arrepio dos outros que estão aí. Enquanto que uns se esforçam para pagar a tempo e horas o senhor esforça-se para aumentar o prazo de pagamento. É isto que se prova, Sr. Secretário.

Mas se quer comparar com o continente, vamos comparar tudo, Sr. Secretário.

Vamos comparar os tempos de espera para as cirurgias aqui e no continente.

Diga-me lá qual é o tempo de espera Sr. Secretário, nos Açores, para ortopedia?

Diga-me lá qual é o tempo de espera nos Açores para cirurgia vascular?

Diga-me lá desde quanto tempo existem doentes inscritos para cirurgia vascular e ortopedia nos hospitais da Região?

Sr. Secretário, desde 2007! Cinco anos!

Não são dezoito meses!

Há cinco anos existem doentes inscritos à espera de uma cirurgia ortopédica e à espera de uma cirurgia vascular.

Diga-me lá quais são os tempos de espera no continente nessas especialidades, já que quer comparar Sr. Secretário.

O senhor – e já o acusei uma vez – tem que governar aqui e esquecer o que se faz no continente.

Apenas faço esta comparação, mas o senhor vai ter que comparar tudo. Então diga-me os tempos de espera nestas especialidades, nos Açores e no Continente.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário da Saúde, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Miguel Correia*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado ainda bem que fez essa pergunta, porque tenho todo o gosto em dizer-lhe qual é o tempo médio de espera de cirurgia nos Açores para as áreas que referiu.

Passo a dizer de forma muito transparente:

O tempo médio de espera para cirurgia é de 4,2 meses.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): De qual?

O Orador: De todas as cirurgias, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Diga de todas as especialidades! Especificamente de cirurgia vascular e ortopedia!

O Orador: De ortopedia é de 2,6 meses; de cirurgia vascular é de 5,6 meses. São estes os tempos médios de espera que estão no sistema do Hospital do Divino Espírito Santo e nos outros hospitais da Região. É este o tempo que, em média, um açoriano demora até ter uma cirurgia.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não corresponde à verdade, Sr. Secretário!

O Orador: O nosso objectivo é, com a criação de mais seis salas de cirurgia, poder não só resolver as cirurgias que não são urgentes e que estão em lista de espera, como ainda encurtar mais estes tempos de espera por especialidade.

Por outro lado, o Sr. Deputado também me perguntou, ou pelo menos disse o que eu disse e depois disse outra coisa diferente.

Sr. Deputado, quando falamos em dívida é em contextos diferentes. Quando me referi primeiro, referi-me à dívida financeira.

Por último referi-me ao passivo...

Deputado João Costa (PSD): Esqueceu-se foi de dizer isso!

O Orador: ... e àquilo que de facto constituía dívida não só financeira como também comercial, daí a diferença.

De resto, os números não mentem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não mentem, não!

O Orador: Podemos é olhar para eles de forma diferente e classificar essas rúbricas de forma diferente.

É esse o esclarecimento.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qual é a dívida da saúde?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Conhece isto?

São as listas retiradas da Direcção Regional de Saúde: doentes inscritos para cirurgia.

Vou ler-lhe aqui uma coisa: *stripping de safena interna*. Sabe o que é? Cirurgia vascular.

Tem todos estes doentes por aqui abaixo. O primeiro está inscrito no Hospital de Santo Espírito desde 2007. O número é seu, não é meu.

Ortopedia – Hospital da Horta: 10-03-2008. O número é seu, não é meu.

E por aqui abaixo. Até para cirurgia geral o senhor tem, para varizes, desde 2007.

2009 - olhe por aqui abaixo.

Sr. Secretário, como é que o senhor tem o descaramento de vir dizer ...

Estes doentes, inscritos há cinco anos para serem operados, o que é lhes vão dizer?

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Ninguém está a discutir isso, Sr. Secretário!

O Orador: Como é que o senhor me vem dizer que a média é de 2 ou 3 meses?

O que é que o senhor vai dizer a este doente de ortopedia, que está inscrito há 5 anos para ser operado, e ainda não foi? O que é isto?

Não vale a pena, Sr. Secretário, estar aqui a enganar as pessoas.

Esta gente sofre.

Os números são oficiais. Estão aqui. São dezenas deles em 2007, são dezenas em 2008, são dezenas em 2009, Sr. Secretário. Está aqui!

O que quero que o senhor resolva são estes casos, porque se quiser, eu também vou buscar a lista de antiguidades de inscritos nos diversos hospitais do Continente (tenho aqui).

Sabe qual é? Já que está tão informado.

Nenhum caso anterior a 2010. Nenhum caso, Sr. Secretário!

Portanto, compare com o continente.

Era essa autonomia, com os instrumentos que temos, que devia fazer a diferença.

Já o ano passado, aqui, chamei a atenção ao senhor e ao Sr. Deputado Viveiros Cabral, que o programa de recuperação de listas de espera tinha que ser controlado, porque não estava a ser eficaz.

Os senhores não acreditaram. Agora já acreditam.

Sr. Secretário, não vale a pena fazer mais blocos operatórios, porque eles não operam, infelizmente.

O que o senhor tem que aumentar é os tempos dos blocos operatórios e o senhor sabe que os blocos operatórios dos hospitais, dos três que temos, estão fechados à tarde. É isso que o senhor não consegue fazer.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não é verdade!

O Orador: É verdade, Sr. Secretário. Tenho queixas de médicos que querem operar, em diversas áreas, e não têm tempos operatórios...

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): No programa de recuperação, provavelmente!

O Orador: ... porque fecham o bloco operatório à tarde, nomeadamente em Angra do Heroísmo. É essa a realidade e é isso que o senhor não consegue resolver e vem aqui dizer “eu vou fazer mais três salas”.

Não resolve nada, Sr. Secretário!

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Vamos ver, Sr. Deputado!

O Orador: Não resolve nada!

Já agora eu agradecia que o senhor me dissesse quanto é a dívida da Saúde, Sr. Secretário? Quanto? Quantifique-a! Diga aqui quanto se deve no Serviço Regional de Saúde, Sr. Secretário.

Já agora, porque já deve ter tido tempo de estudar a perguntinha que lhe fiz há meses atrás: quanto custou a implementação do Cartão de Utente no Serviço Regional de Saúde?

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Serviço Regional de Saúde que está ao serviço dos açorianos é um bom serviço regional de saúde. Ainda bem que temos autonomia e que os açorianos podem recorrer ao actual Serviço Regional de Saúde.

Se nós compararmos aquilo que é o incomparável, não podemos comparar o Serviço Regional de Saúde com o Serviço Nacional de Saúde...

Deputado João Costa (PSD): O senhor leu o papelinho aí, do seu colega do lado?

O Orador: O senhor ouça-me até ao fim.

Neste momento temos um Serviço Regional de Saúde em que o Sr. Secretário acabou de garantir a manutenção dos serviços que temos ao serviço dos açorianos, ao contrário daquilo que acontece a nível nacional, onde se encerram urgências,...

Deputado Rui Ramos (PSD): E encerram-se escolas!

O Orador: ... onde se encerram serviços e onde as populações reclamam pela existência desses serviços.

Nos Açores estamos a manter esses serviços com um esforço muito grande de gestão ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Deputado tem uma boa experiência sobre a gestão do serviço de saúde!

O Orador: ... por parte do Governo Regional, das administrações hospitalares e por parte das administrações das Unidades de Saúde de Ilha.

O que temos que fazer nos Açores é gerir melhor para continuar a prestar serviços de qualidade. É isso que o Sr. Secretário anunciou hoje aqui e é isso que o Serviço Regional de Saúde tem feito ao longo destes anos e tem melhorado a sua eficiência.

Gostaria de lhe dizer mais, Sr. Deputado. É que o Serviço Regional de Saúde precisa, por um lado, de aumentos de receitas e o Governo Regional dos Açores, num ano de crise, num de contracção económica, num ano de grande dificuldade está a aumentar o investimento na saúde dos açorianos...

Deputado João Costa (PSD): Pensava que eram as taxas moderadoras!

O Orador: ... e é isso que nós temos que dizer aqui e temos que reconhecer.

Por outro lado, Sr. Deputado, o que temos que fazer além desse aumento é melhorar a sua eficiência e vamos fazê-lo ao longo de 2012, conforme o Sr. Secretário aqui anunciou em muitas medidas.

Quero aqui, como jorgense, felicitar o Sr. Secretário por uma medida de uma melhor gestão nas deslocações, porque efectivamente é uma área onde se pode poupar e onde se pode melhorar o serviço a bem dos açorianos.

Sr. Deputado, a questão da dívida da saúde é clara.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é clara, não!

O Orador: E já foi transmitida.

O senhor está a fazer uma pergunta ao Sr. Secretário que o Governo Regional já respondeu.

Nós temos uma dívida financeira, como disse o Sr. Secretário. Numa parte são 239 milhões de dívida. Temos 140 milhões nos hospitais e temos uma dívida a fornecedores que, no global da dívida, no somatório de tudo, ultrapassa os 600 milhões de euros, ou seja, anda na ordem dos 600 milhões de euros.

Sr. Deputado essa é a dívida financeira mais dívida a fornecedores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não!

O Orador: Quer mais transparência do que esta?

O que é que temos que fazer? Temos que gerir o Serviço Regional de Saúde financiando-o, como vamos financiar este ano com mais recursos para, de uma vez por todas, resolver um problema que é o défice que temos na saúde.

Se temos défice na saúde temos que o pagar e temos que começar a pagar.

É isso que o Sr. Secretário apontou como caminho e é este o caminho que o Governo Regional está a apresentar, ao contrário daquilo que disse, por exemplo, o PSD nas suas jornadas, em que a sua líder anunciou o saneamento

do Serviço Regional de Saúde mas não traduziu como é que ia fazer esse saneamento nesta altura do campeonato.

É preciso sanear o Serviço Regional de Saúde. Agora, como é que se saneia? Explicou o Governo Regional através dos números deste Orçamento: aumento da dotação, melhoria na eficiência para conseguirmos ter um financiamento no Serviço Regional de Saúde equilibrado.

É assim que chegamos lá.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor é o tal que defendeu aqui há 2 anos a prevenção da dermatologia!

Presidente: Sr. Secretário da Saúde, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Não é novidade nenhuma as listas de espera. Nós próprios assumimos que as medidas que tomámos aqui, de pagar as cirurgias à peça fora da actividade programada, não surtiram nem tiveram o efeito desejável.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Hoje!

O Orador: Não foram capazes. Por mais dinheiro que pagámos a mais aos médicos para fazerem cirurgias nos blocos operatórios, não foi suficiente para reduzir o número de açorianos que está em listas de espera.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Então falhou!

O Orador: É por isso que queremos potenciar os nossos blocos operatórios.

Deputado Luís Garcia (PSD): Como é que vai fazer se eles estão fechados à tarde?

O Orador: É preciso disponibilizar mais salas de cirurgia, cirurgia de ambulatório para trazer mais rapidez à resolução dos problemas dos açorianos. É isso que temos que fazer, Sr. Deputado. É esse o caminho e o investimento tem que ser estruturante. Não pode ser um investimento paliativo.

Sr. Deputado, devo dizer-lhe que em relação ao Vale Saúde, não há uma grande adesão por parte das pessoas.

30% das pessoas que contactámos da lista de espera cirúrgica não reúne as condições, ou porque já não está interessada, ou porque não pode submeter-se a uma cirurgia. 30% recusam o Vale Saúde, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já vou explicar por que é!

O Orador: Dos 40% que aceitam, 40% desistem e não querem utilizar o Vale Saúde. A realidade é esta!

Foi mais um instrumento que esta casa criou, é um instrumento que temos utilizado, que temos mandado para casa dos açorianos. Também interessa fazer uma avaliação sobre este investimento.

Creio que temos que investir em mais áreas e em mais médicos a fazer cirurgias nos tempos normais, aos açorianos. Essa é a maneira de resolver as listas de espera, porque os valores que lhe referi do tempo que um açoriano espera até ter uma cirurgia é o valor real, porque em actividade programada damos mais de 15 mil cirurgias, quando apenas temos pouco mais de 1000 açorianos em lista de espera.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Pouco mais de 1000? Não é verdade!

O Orador: É essa a diferença, é a proporção que está aqui.

Relativamente à dívida, Sr. Deputado, a dívida já foi falada 500 vezes, quer nesta casa, quer fora dela.

Foi respondida em requerimentos; foi ontem dita pelo Sr. Vice-Presidente, integrada na dívida de todo o sector público empresarial.

O que é que há mais a discutir sobre dívida, Sr. Deputado?

O que queremos é amortizar essa dívida em 2012.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Quem nunca quis (e é uma acusação que lhe faço!) que o Vale Saúde funcionasse foi o senhor.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Porquê?

O Orador: O senhor é o responsável por isso, porque o senhor sabe que nos tais tempos de espera, de diminuir as esperas, o senhor não manda as pessoas para instituições do continente...

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não havia no continente!

O Orador: ... que querem operar e colaborar com o Vale Saúde.

Só no mês passado, ou há dois meses, é que o senhor deu uma abertura.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): O concurso foi publicado!

Isso é falso!

O Orador: Este tempo todo o senhor nunca quis utilizar o Vale Saúde. Culpa sua!

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Só agora apareceu um interessado. Isso é falso!

O Orador: O senhor preferiu, ao invés disso, apostar no tal sistema que já falhou e ainda bem que o senhor o reconhece.

Mas tenho mais uma pergunta para lhe fazer, Sr. Secretário.

Relativamente à deslocação de doentes, que o Sr. Deputado Rogério Veiros acha que é um desperdício, estamos no fim da legislatura. O senhor disse dali de cima que se ia manter.

Sr. Secretário, vou ler uma frase sua, que diz tudo o que o senhor disse.

No fim da legislatura, como prometido e votado por unanimidade nesta casa, a diária dos doentes chegaria aos 70 euros – era uma pergunta minha. E o senhor responde:

“Está dito que os 70 euros, no último escalão, é no fim da legislatura. Este é o compromisso do Governo”.

Sr. Secretário, nem no primeiro, nem no segundo, nem no terceiro, nem no quarto, nem no quinto, nem no último. Portanto, o senhor falha aqui redondamente mais um compromisso.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Isso é o último escalão, Sr. Deputado?

O Orador: O senhor explique aos açorianos por que é que não chega a esse número.

Este é mais um falhanço da sua política. A sua política desde 2008 até agora é um recheio de falhanços financeiros de gestão dos doentes, etc., etc.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não apoiado!

O Orador: Por falar em fechar serviços, etc., etc., eu recomendo que vão ver as medidas de António Correia de Campos, por sinal um bom Ministro da Saúde.

Presidente: Sr. Secretário da Saúde, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, é profundamente falso aquilo que afirmou aqui...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O quê?

O Orador: ... ao dizer que eu travei a entrada de entidades do Continente à recuperação de listas de espera.

O concurso foi publicado em jornais nacionais e só há dois meses é que apareceu uma clínica no Continente interessada em recuperar as listas de espera através do Vale Saúde.

Já foram emitidos Vales Saúde a açorianos para se deslocarem ao Continente e fazerem lá a sua cirurgia.

Deputados Ricardo Cabral e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Travou sim senhor!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Travou sim senhor!

Andou um ano ou mais de um ano para introduzir uma palavrinha que se chamava *Privados*.

Naquele ano não houve uma única cirurgia pelo Vale Saúde, Sr. Secretário.

Portanto, o responsável é o senhor!

Uma única cirurgia durante um ano!

Começaram este ano de 2011. É verdade ou mentira, Sr. Secretário?

Deputados António Ventura e Cláudio Almeida (PSD): E agora?

Presidente: Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Miguel Correia*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado, a regulamentação que foi deixada pelo CDS/PP para o Governo fazer, aliás como é habitual,...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Não se meta por esse caminho!

O Orador: ... demora o tempo que demora.

É muito fácil propor medidas, mas depois é preciso gastar tempo a implementá-las e a criar os diplomas legislativos.

Foi isso que estivemos a fazer, Sr. Deputado. Tão simplesmente isso.

Em relação aos privados foi necessário introduzir porque havia empresários açorianos com interesse em entrar no mercado de recuperação de listas de espera.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): O senhor está a contradizer-se!

O Orador: Neste momento não existem, mas existiam esses interesses e eram bem explícitos.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Mais um falhanço na saúde!

Não havia privados, agora já há. Está a contradizer-se!

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Não estou. Havia interesses de empresários açorianos.

Presidente: Tenho a esperança que os esclarecimentos estão pedidos e prestados.

Assim sendo, passamos para a intervenção seguinte.

Dou a palavra para tal ao Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): A sua intervenção está esvaziada pela intervenção do Deputado Rogério Veiros!

Deputado Mark Marques (*PSD*): É o que faz estar sentado ao lado!

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A **Região Autónoma dos Açores** procura ter sempre um planeamento singular, uma implementação minuciosa das medidas recomendadas e uma permanente

avaliação dos objectivos propostos, em todas as áreas de intervenção do Governo Regional.

O desenvolvimento de infraestruturas e do sistema de Saúde da Região Autónoma dos Açores é uma prioridade nas políticas da governação socialista,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É falso!

O Orador: ... bem expressas do Plano e Orçamento para 2012, com um aumento significativo de mais de dez (10) milhões no seu investimento.

A **Região Autónoma dos Açores** possui três (3) hospitais, sete (7) Unidades de Saúde de Ilha já instituídas, dezasseis (16) Centros de Saúde, com as suas cem (100) extensões e um (1) Centro de Oncologia, que exigem uma elevada despesa e um dispêndio económico muito considerável no Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, para o ano de 2012.

A multiplicidade dos equipamentos, a sua constante modernização, o permanente apoio aos utentes do Serviço Regional de Saúde na acessibilidade aos cuidados de saúde, nos meios de diagnóstico e terapêuticos, nas consultas, nas cirurgias e nos atendimentos urgentes e ainda o importante apoio nos medicamentos aos utentes, requerem um esforço financeiro avultado.

A despesa total da Secretaria Regional de Saúde, para 2012, será de duzentos e oitenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil e setecentos e oitenta e oito euros (€ 281 552 788), representando vinte e seis vírgula quatro por cento (26,4%) do orçamento global da Região Autónoma dos Açores.

Desta despesa da Secretaria Regional da Saúde, oitenta e quatro vírgula nove por cento (84,9%) é diretamente afectada ao **Serviço Regional de Saúde**.

O **investimento público no Plano e Orçamento**, para o ano de 2012, no desenvolvimento das infraestruturas e do Sistema de Saúde, preconiza uma verba de quarenta milhões, cinquenta e dois mil e setecentos cinquenta e um euros (€ 40 052 751), por modo a permitir a viabilização de muitas ações, de

diversos projetos e identificados programas com impacto na população de todas as ilhas dos Açores.

O **fortalecimento financeiro no Plano de Investimentos**, para 2012, no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas e do sistema de saúde, é da ordem dos trinta e quatro vírgula um por cento (34,1%), mais dez milhões, cento e setenta e sete mil e quinhentos e quarenta e dois euros (€ 10 177 542), quando comparado com o ano de 2011.

A estratégia política é continuar a investir no Sistema de Saúde da Região Autónoma dos Açores com eficácia e rigor e ao mesmo tempo, economizar e poupar, melhorando a gestão em todos os procedimentos.

O Governo dos Açores tem implementado e vai continuar a implementar um conjunto de medidas para combater insistentemente o desperdício e racionalizar os custos nos serviços de saúde, num esforço acrescido e prioritário de **contenção da despesa**.

Continuar a aumentar a **eficiência e a produtividade** dos recursos humanos no sector da Saúde é um vetor fundamental para a melhoria da Saúde.

A **reorganização dos serviços** de modo a existir maior racionalização dos recursos humanos é uma medida necessária para aumentar a eficácia.

O processo de **aquisição centralizada** de material de consumo clínico e farmacêutico, em cooperação com a SAUDAÇOR, já gerou e produzirá, certamente, no futuro, ainda mais, uma considerável poupança.

A obrigatoriedade dos hospitais utilizarem genéricos autorizados pela INFARMED é mais uma medida em curso, para continuar a manter a sustentabilidade do funcionamento da Saúde.

Não podemos continuar a melhorar sem combater com determinação os desperdícios existentes na Saúde.

E, todos os profissionais de saúde e todos os funcionários das instituições de saúde da Região devem ser intervenientes ativos no processo de contenção de custos, ninguém pode ficar de fora no processo de eliminação dos gastos desnecessários.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista sabe que existem ainda **problemas**,

os responsáveis pela Saúde do Governo Regional dos Açores já identificaram muitas deficiências e estão determinados em resolver com políticas direcionadas e equilibradas para o melhoramento da prestação de serviços de saúde a todos as pessoas que vivem e optaram por viver nos Açores, sem diminuir a qualidade do acesso e prestação de cuidados de saúde nas instituições públicas de saúde.

Sabemos que não podemos contar, muitas vezes, com a **oposição** porque quando há intenção de implementar medidas no sentido de racionalizar, diminuir as despesas e aumentar a produtividade há sempre um aproveitamento **demagógico** para travar as políticas necessárias e indispensáveis para a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Todavia, nós socialistas estamos determinados em continuar a identificar e a implementar medidas que melhorem os procedimentos, sem nunca reduzir a qualidade dos serviços prestados de saúde na Região Autónoma dos Açores.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem a certeza que é ainda possível, **fazer mais** com o mesmo financiamento.

Temos a certeza que é ainda possível **fazer mais** com menos despesa.

É necessário uma rentabilização de todos os recursos e uma potenciação das imensas qualidades que o Serviço Regional Saúde possui.

Em suma, é preciso administrar **ainda melhor** os dinheiros públicos, aumentar, **ainda mais**, o rigor na gestão, evitar, **ainda mais**, os desperdícios e aproveitar, **ainda mais**, a capacidade instalada das instituições públicas de saúde.

Sabendo sempre, que os custos da saúde nunca podem ser **perdas**, mas sim um alto e um importante investimento para a manutenção e para o progressivo aumento da qualidade de vida dos habitantes dos Açores.

O Estado Social é a base do Estado de Direito.

Não há Estado Social sem o Serviço Regional de Saúde.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: E, os Governos do Partido Socialista têm sempre como

prioridade a Saúde de todos os açorianos e os que optaram por viver nos Açores.

Para o Partido Socialista o Estado Social não são palavras vazias, nem esquecidas.

No **Plano de Investimentos da Região Autónoma dos Açores** verifica-se um aumento significativo para a Saúde.

Este **aumento do investimento na área da Saúde** no Plano e Orçamento, para o ano de 2012, na Região Autónoma dos Açores, em tempo de contenção a todos os níveis, é um sinal evidente de uma atenção especial e permanente do Governo Regional, para bem servir os açorianos e os que optaram por viver nos Açores, com a máxima qualidade, com a devida segurança e com a necessária eficácia.

Na construção de novas infraestruturas existe um acréscimo de cento e trinta e cinco vírgula sete por cento (135,7%) em relação ao ano anterior. Este avultado aumento deve-se às importantes construções dos Centros de Saúde da Madalena da ilha do Pico, do Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa e do Centro de Saúde Ponta Delgada.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Sabe qual a taxa de execução do plano do ano passado?

O Orador: Serão obras novas de grande mais-valia para a Saúde da Região Autónoma dos Açores que vão melhorar consideravelmente a prestação de serviços aos utentes do Serviço Regional de Saúde.

É, naturalmente justo realçar, também, o aumento significativo na **remodelação e ampliação das outras Unidades de Saúde**, que é da ordem dos quarenta e quatro vírgula um por cento (44,1%) e no **apetrechamento e modernização**, onde o reforço do investimento previsto é de cento e vinte e quatro vírgula três por cento (124,3%).

A importante construção do novo **Hospital da Terceira** já em fase de conclusão, a empreitada do **Bloco C do Hospital da Horta** e o início da construção do **Centro de Radioterapia dos Açores** são infraestruturas estruturantes, da maior importância para o desenvolvimento dos Açores.

Quem não concorda e não valoriza estas grandes mais-valias é quem está distraído ou pretende continuar a atuar superficialmente na política de Saúde da Região Autónoma dos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Todos estes aumentos no investimento para a Saúde resultam das preocupações permanentes do Governo Regional dos Açores em acompanhar as constantes mudanças e as respetivas atualizações técnicas e científicas, assim como, permitir o contínuo progresso na prestação dos cuidados de Saúde nos Açores.

A formação e iniciativas em saúde são uma contínua aposta do Governo do Partido Socialista. Várias ações e projetos em relação à Saúde são prioridade, em 2012.

O incremento e a consolidação do **Plano Regional da Saúde** com todos os Programas Regionais na sua fase de implementação com objectivos e metas bem definidas vão, certamente, dar consistência aos sucessivos aumentos e consideráveis ganhos em saúde na Região Autónoma dos Açores.

Os Programas Regionais de Prevenção e Controlo das Doenças Cérebro-Cardiovasculares, das Doenças Oncológicas, das Doenças Respiratórias, da Diabetes e Luta contra a Obesidade, de Saúde Mental, de Saúde Escolar e Saúde Infanto-Juvenil, de Saúde Materna e Planeamento Familiar, de Controlo da Dor, de Saúde Oral e de Prevenção e Controlo da Infecção HIV-SIDA, têm tido um impacto muito positivo na saúde dos açorianos.

Os importantes rastreios do cancro da mama e do colo do útero.

A Via Verde Coronária que salva vidas.

A rede de nutricionistas nos Centros de Saúde da Região.

A gratuitidade dos testes da doença HIV-SIDA na Região.

A consistência da Saúde Oral pública.

A diminuição da Taxa de Mortalidade Infantil.

O Hospital de Ponta Delgada ser a instituição de saúde de referência para os EUA para o Atlântico Norte, com a sua importante acreditação.

A positividade do grau de satisfação dos utentes do Serviço Regional de Saúde.

São potencialidades do Sistema Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores que todos os açorianos têm de saber.

Todos estes programas regionais foram planeados com o máximo rigor e, após a implementação das suas ações, deverão ser devidamente avaliados, o que, seguramente, vão originar resultados positivos que irão, certamente, traduzir-se em ganhos em saúde muito influentes para a Saúde da Região Autónoma dos Açores.

Na **prevenção e no tratamento dos comportamentos de risco**, o reforço das estratégias já implementadas como a redução da procura, a dissuasão, a redução do risco, a minimização dos danos e a reinserção serão metas determinantes no combate às dependências, continuam a ser uma preocupação prioritária nas políticas de saúde do Governo Regional dos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É tão prioritário que deixaram de apoiar a clínica da Lagoa!

O Orador: Reforçar os acordos de cooperação com as instituições com responsabilidade na prevenção, no tratamento dos comportamentos de risco e na reinserção são também grandes prioridades da atuação dos responsáveis.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É tão prioritário que reduziram em 24%, em relação ao ano passado, a verba relativa ao tratamento às dependências!

O Orador: Consolidar a descentralização do tratamento da substituição opiácea para aproximar e melhorar a qualidade dos tratamentos são, igualmente, objectivos com prioridade, para o próximo ano de 2012.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Mas para gastar dinheiro em telemóveis, em deslocações, não falta dinheiro!

O Orador: Na **operacionalização da melhoria da acessibilidade ao Serviço Regional de Saúde** está previsto uma quantia de setecentos e oitenta e seis mil, cento e quarenta e seis euros (€ 786 146).

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Melhorar o acesso é uma preocupação permanente dos governos do Partido Socialista, mesmo sabendo do convincente aumento do número de

consultas e dos meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, ao longo dos últimos anos, como o aumento apreciável do número de deslocações de especialistas às ilhas sem hospital, na última década.

A prestação de cuidados de saúde a estrangeiros, o Enfermeiro de Família, o programa de recuperação de Listas de Espera, a Linha de Saúde Açores são projetos de elevada importância para a Saúde de todos os açorianos e das pessoas que optaram por viverem nos Açores.

O esforço para a diminuição das listas de espera cirúrgicas com o investimento da rubrica do **Vale de Saúde**, que prevê uma verba de duzentos e setenta e oito mil e vinte euros (€ 278 020), é mais um sinal claro da preocupação do Governo Regional dos Açores em melhorar os cuidados prestados aos utentes, contribuindo para uma maior celeridade na resolução dos problemas no âmbito do Serviço Regional de Saúde.

Na **deslocação de doentes** o Governo Regional dos Açores contempla quatro milhões duzentos e vinte e nove mil novecentos e trinta e dois euros (€ 4 229 932), uma verba significativa e importante para atender os utentes do Serviço Regional de Saúde que necessitam de tratamentos mais diferenciados fora da sua área geográfica de residência.

O **Plano Regional de Vacinação** tem sido um relevante investimento para a Região Autónoma dos Açores, com uma verba de quinhentos e sessenta mil, oitocentos e cinquenta e quatro euros (€ 560 854), é um plano muito consistente, de grande qualidade, ultrapassando mesmo as metas preconizadas pelas instituições europeias e mundiais. É justo realçar e enaltecer o trabalho exemplar de todos os profissionais de saúde envolvidos na concretização deste Plano.

O nosso Serviço Regional de Saúde detém um registo inquestionável de ganhos em saúde.

Os **indicadores em saúde** nos Açores, número de consultas, número de cirurgias, meios complementares de diagnóstico e terapêutica têm melhorado sempre com a governação socialista.

Isto é o resultado de um trabalho profícuo de todos os profissionais de saúde mas, também, das acertadas políticas de saúde do Governo dos Açores, sustentadas pelo Partido Socialista.

O Serviço Regional de Saúde é, e será sempre universal, geral e tendencialmente gratuito, enquanto o Partido Socialista estiver a coordenar as políticas de Saúde na Região Autónoma dos Açores.

A Saúde na Região Autónoma dos Açores será sempre igual para todos, sem diferenciação, enquanto o Partido Socialista dirigir as políticas dos Açores.

Não existirá Saúde para pessoas mais favorecidas e outra Saúde Pública para pessoas mais desfavorecidas.

As políticas de saúde da Região Autónoma dos Açores são reconhecidas por muitas individualidades e inúmeras instituições com responsabilidade a nível nacional e internacional.

A Secretaria Regional da Saúde dos Açores e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vão continuar com objectivos bem definidos, assegurar os bons cuidados de saúde a todos, acompanhar a modernidade e dar continuidade ao progresso.

Temos todos de poupar em todos os procedimentos na Saúde.

Todos os euros têm que ser rigorosamente bem aplicados.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Temos todos que aumentar a eficiência dos serviços de Saúde.

Todos os profissionais de saúde têm que produzir ainda mais.

Os açorianos e as açorianas sabem que a Saúde na Região Autónoma dos Açores é boa, é segura e é de qualidade.

O Serviço Regional de Saúde é um Direito de Todos e um Dever da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Deputado João Costa (PSD): Falou o Sr. Provedor!

(Aplausos da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Creio não existir pedidos de esclarecimento.

Assim sendo passamos à intervenção seguinte. Dou a palavra para tal ao Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Assembleia Legislativa debate as propostas de plano e orçamento para 2012 que expressam as opções económicas do X Governo Regional e encerrarão um prolongado ciclo de governação socialista.

Ao longo de quinze anos repetiram-se as escolhas perante novos problemas, confundindo sempre teimosia com persistência e rotina com capacidade de decisão.

O novo ciclo que o PS propõe para o futuro dos Açores não tem nada de novo.

Deputado Francisco César (PS): Não?

O Orador: Ou melhor: tem tudo de velho. O anunciado “novo” protagonista principal é um decantado governante, responsável na governação dos últimos quinze anos.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: O seu discurso político confunde-se com a prática governativa.

A sua confessada ausência do debate político regional - desaparecido em longas viagens pelo estrangeiro - transforma-o num equívoco actor duma encenação política, em que desempenha um papel secundário.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A conclusão impõe-se: o Partido Socialista e o seu Governo nada mais podem oferecer aos açorianos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Não vá por aí!

Deputado José Rego (PS): Vindo do PSD é uma piada!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há quinze anos, Álamo de Menezes, então Secretário Regional dos Assuntos Sociais, do primeiro Governo da responsabilidade do PS, no debate do plano e orçamento para 1997 (o primeiro ano de governação do Partido Socialista), afirmava o seguinte, cito: “na área da saúde temos como objectivo fundamental garantir a todos os açorianos um atendimento humanizado e com as condições de qualidade e de igualdade de acesso (...) Queremos reformular o funcionamento do Serviço Regional de Saúde, redefinindo o seu modelo orgânico e funcional, aumentando a interligação entre as unidades de saúde que o integram.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E é verdade! O Estatuto Regional da Saúde!

Deputado José Rego (PS): E fez!

O Orador: Queremos, (dizia) com isto, racionalizar o sistema e melhorar a sua capacidade de resposta, reduzindo os custos através do aumento da produtividade”.

Deputado José San-Bento (PS): E melhorou!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Tudo isso é correcto!

O Orador: Fim de citação.

Deputado José Rego (PS): Tudo foi feito!

O Orador: Os pressupostos então enunciados – com os quais o PSD concorda – não se concretizaram, vítimas da hesitação política, das sucessivas mudanças de titular da pasta da saúde e duma permanente incapacidade de aplicar uma política coerente, centrada nas pessoas e numa criteriosa gestão dos recursos públicos.

O PSD, com a legitimidade conferida pelos açorianos ao maior partido da oposição e com a legitimidade acrescida de ter viabilizado com o seu voto ou o seu apoio, instrumentos essenciais para a boa gestão do Serviço Regional da Saúde, como o estatuto do Serviço Regional de Saúde, a criação dos hospitais-empresa ou a introdução de taxas moderadoras, avalia as políticas e os resultados da governação na área da saúde, com particular exigência.

Ao Governo Regional não faltou apoio parlamentar da maioria que o suporta - e também em alguns momentos do PSD - para aprovar as opções legislativas essenciais na área da saúde.

Ao longo dos últimos trinta e seis anos, obtiveram-se, em muitos indicadores de saúde, assinaláveis ganhos, sem que se possa afastar a marca do insucesso na governação socialista.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Com a obrigação de obterem bons resultados, ao disporem de apoio político e de condições financeiras, os sucessivos governos do Partido Socialista falharam.

Falharam na promoção dos cuidados primários de saúde.

Falharam no acesso justo, rápido e equitativo aos cuidados de saúde.

Deputado Francisco César (PS): O senhor é que diz que falharam!

O Orador: Falharam na humanização dos cuidados de saúde e no diálogo com os doentes.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Falharam na aplicação do modelo de organização que definiram para as unidades do Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Falharam na gestão do Serviço Regional de Saúde.

Em resumo: erraram nas prioridades e nas escolhas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em quinze anos de governação - desde 1996 - a dívida do Serviço Regional de Saúde aumentou trinta vezes, atingindo 600 milhões de euros, como o PSD vinha, aliás, afirmando há muito tempo.

A esta dívida acrescem as responsabilidades futuras, nomeadamente com parcerias público-privadas, que o orçamento estima em 139 milhões de euros.

A pergunta que todos fazemos, a pergunta que os açorianos fazem é esta: os ganhos em saúde justificam este nível de responsabilidades futuras e de endividamento?

Ao contrário do que foi afirmado já pelo Senhor Secretário Regional da Saúde e reafirmado ontem, na abertura deste debate, pelo Senhor Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, em 2012, infelizmente, não se atingirá, e cito, o “equilíbrio económico do sector da saúde”.

As medidas financeiras constantes do plano e orçamento para 2012 – e que merecem o apoio do PSD – são insuficientes para equilibrar o Serviço Regional de Saúde e estancar o seu crónico-subfinanciamento.

Para 2012, o PSD estima que o subfinanciamento se agravará, em pelo menos, em 60 milhões de euros, considerando o nível de despesa de funcionamento do Serviço Regional de Saúde e a última auditoria realizada pelo Tribunal de Contas ao financiamento da saúde nos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Uma saúde de qualidade para todos, impõe uma reforma cuidadosa e exigente do Serviço Regional de Saúde, assegurando o acesso de todos às prestações de saúde, dum modo humanizado e tendencialmente gratuito.

Para se atingir este objectivo, especialmente num tempo em que os gastos de dinheiros públicos devem ser especialmente criteriosos, há três grandes prioridades para o PSD.

A primeira é sanear financeiramente o Serviço Regional de Saúde, com a aplicação duma política de racionalização de despesa e de contenção de gastos, de combate ao desperdício e ao despesismo generalizado, com a efectiva responsabilização dos gestores das unidades de saúde, ao mesmo tempo que deve ser garantida transparência, certeza e previsibilidade na relação financeira da Região com as unidades de saúde.

A segunda prioridade é aumentar a cobertura dos cuidados primários de saúde, assegurando um médico de família para todos, por recurso a novas contratualizações com médicos do sector público que aceitem aumentar as suas listas de utentes ou do sector privado que aceitem utentes do Serviço Regional de Saúde, mediante um preço de consulta convencionado.

Obter-se-ão, ainda, ganhos de eficiência e de prestação de cuidados de saúde com a reforma do funcionamento e gestão dos centros de saúde, segundo um novo modelo, mais moderno e mais próximo das pessoas, otimizando o papel dos médicos, enfermeiros e técnicos de saúde.

A terceira prioridade é informatizar mesmo o Serviço Regional de Saúde, fazendo da informática uma poderosa ferramenta de gestão, pondo fim ao descalabro em que o processo de informatização se transformou até agora e no qual foram gastos mais de seis milhões de euros.

Os açorianos merecem uma melhor saúde. Para isso é preciso adoptar novas políticas, com novos protagonistas.

Termino com o verso singular de Manuel Alegre, “já de esperar se desespera. E o tempo foge/ e mais do que a esperança leva o puro ardor”.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Aguardam-se inscrições para pedidos de esclarecimento.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(*) Deputado Ricardo Cabral (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Sras. e Srs. Membros do Governo Regional, Exmo. Sr. Deputado Pedro Gomes:

Quando fala em indicadores gostava de lhe dar alguns números para perceber o sucesso da governação socialista ao longo da última década.

Deputado João Costa (PSD): Lá vem o papelinho!

O Orador: Os indicadores, nos recursos humanos, no ano 2000 havia 3.764; neste momento, em 2010, há 4.500. Há um grande aumento.

De médicos no ano de 2000, havia 384; neste momento, somos 541 médicos.

Enfermeiros, no ano 2000, havia 924 no Serviço Regional de Saúde; neste momento, são 1.388.

Mas queria dar-lhe outros números para perceber a evolução e o aumento significativo dos indicadores de saúde da Região, que são ganhos em saúde muito importantes para a nossa Região.

Consultas: 446.178, em 2000.

Sabe quantas foram em 2010? 56 mil.

Consultas de clínica geral e familiar:...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Medicina geral e familiar!

O Orador: Medicina geral e familiar! Muito bem!

...no ano de 2000 eram 168; neste momento, são 183 mil.

Consultas de especialidade: no ano 2000 havia 181.550; no ano 2010, faça as contas, 323.558 consultas de especialidade.

Mas quanto à dívida, Sr. Deputado.

Quanto à dívida da saúde admitimos que é um problema real.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Ah! Finalmente! Bem-vindo, Sr. Deputado!

O Orador: Aliás, é nos Açores, é no país, é na Europa, é nos Estados Unidos da América, é em todo o mundo civilizado.

As pessoas vivem mais, tratam-se mais, existem mais tratamentos e meios de serviços dos cidadãos. Isso é obviamente bom, mas custa dinheiro.

Não há outra forma senão racionalizar, cortar no indispensável para investir no essencial.

O essencial são os utentes e assim sendo esta parte é intocável. Tudo o resto pode e deve ser cortado e é isso mesmo que deve ser feito.

Soluções para a saúde todos eles têm, principalmente quando estão na oposição (mas o que resulta do aumento da despesa?, o que é irónico, não resolvem absolutamente nada, porque esbarram em preconceitos e em montantes e prioridades erradas.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Pode-se criticar tudo, mas não a determinação deste Governo Regional dos Açores em cortar nas despesas supérfluas na saúde. Todos os

cortes e medidas necessárias foram alvo de grandes críticas dos mais variados quadrantes, inclusivamente dos políticos.

Agora já começaram a aparecer os resultados, Sr. Deputado. Já começou! Este ano o défice previsto nos 3 hospitais será de 43 milhões de euros. Será uma melhoria de 8.6 milhões em relação a 2010.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Já sabemos que para o PSD será pouco.

Em 2012 será possível amortizar a dívida dos hospitais em 23 milhões de euros.

Já sabemos, claro, que para o PSD não é suficiente.

Prevê-se ainda uma poupança de quase 30 milhões de euros nos hospitais com a redução das horas extraordinárias, redução de vencimentos, aquisição centralizada de medicamentos, material clínico e de refeições.

Já sabemos que, obviamente, para o PSD não bastará.

Deputado Rui Ramos (PSD): O senhor tem uma bola de cristal!

O Orador: Esta estratégia tem sido desenvolvida tanto pelo lado da receita, como da despesa, mas sem nunca fechar qualquer serviço ou diminuir o acesso aos açorianos do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não criticamos, Sr. Deputado!

O Orador: Isto é o que tem sido feito. São números claros e resultados objectivos e quantificados.

Esperamos sinceramente que outros finalmente apresentem as suas propostas quantificadas ao cêntimo, com prazos definidos, metas objectivas e estratégias concertadas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Se assim não for feito é legítimo que se continue a pensar que não fazem ideia sobre o que se deve fazer neste sector.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral:

Começo pela sua última frase e os senhores são o exemplo vivo, e o senhor particularmente, do que não sabe do que se deve fazer neste sector, porque planeia e não cumpre.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Faça política!

(Neste momento o Deputado Ricardo Cabral levantou-se do seu lugar)

O Orador: E vai-se embora!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Faça política! Vou para aqui para ficar mais longe de si. Fico aqui.

Presidente: Vamos continuar.

O Orador: Sr. Presidente, perante esta atitude despropositada acho que adjectiva e classifica quem a toma. É só o que tenho a dizer a esse respeito.

Deputado Rogério Veiros (PS): Ó Sr Deputado o senhor é um exemplo dessas situações!

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado Artur Lima continuar a sua intervenção. Faça favor.

O Orador: O Sr. Deputado Viveiros Cabral dizia, aquando do Plano e Orçamento de 2009, o seguinte sobre o investimento das tecnologias em saúde: “O sistema de informatização em saúde que muito necessitamos para o progresso, para a modernidade, para a eficiência dos recursos, para a qualidade dos serviços, para o rigor dos custos e para a consequente e contínua elevação da qualidade de prestação dos cuidados de saúde à população residente dos Açores.” Onde é que está o SIS-ARD, Sr. Deputado?

O senhor planeou e não executou, Sr. Deputado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): E continuo a dizer a mesma coisa. Continuo a pensar da mesma maneira.

O Orador: Aqui é que está a sua questão. O senhor planeia e não executa. Portanto, está aqui aquilo que o senhor faz e diz: o senhor planeou e o SIS-ARD é um fracasso...

Deputado Ricardo Cabral (PS): E continuo a defender da mesma maneira!

O Orador: ...onde foram gastos milhões e milhões de euros, onde o senhor defendeu e não conseguiu fazer.

Outra questão que o Sr. Deputado Viveiros Cabral também aqui nesta casa, há um ano apenas, dizia (ouçam com atenção): “Nos Açores temos um serviço de saúde com um modelo de organização de acordo com a nossa dispersão geográfica. Nos Açores não se cobram taxas moderadoras, nem outras taxas, como as cirurgias de ambulatório. Todos estão isentos. Todas as pessoas são tratadas com igualdade e com a mesma dignidade.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Nessa altura era verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Cumpre-se integralmente a Constituição.”

E então e hoje? Já não cumpre a Constituição, Sr. Deputado?

“O serviço de saúde dos Açores é e será universal, geral e tendencialmente gratuito...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Tendencialmente!

O Orador: ...enquanto o Partido Socialista estiver a coordenar as políticas de saúde do Governo”, Sr. Deputado. Enquanto o Partido Socialista estiver no Governo.

Deputado Rui Ramos (PSD): E agora?

Deputado António Ventura (PSD): Já saiu e já voltou!

O Orador: E agora, Sr. Deputado? Já saiu do Governo o Partido Socialista, Sr. Deputado?

Portanto, tudo o que o senhor disse nesta casa falhou e o senhor tem de reconhecer aqui o seu fracasso. O Partido Socialista continua no Governo e está a aplicar taxas moderadoras ao contrário do que o senhor aqui disse, que

enquanto o PS estivesse no Governo não havia taxas moderadoras nos Açores, Sr. Deputado.

Que vergonha, Sr. Deputado Viveiros Cabral!

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como o Grupo Parlamentar do PSD não dispõe de muito tempo terei que ser muito sintético.

Queria dizer o seguinte: Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, 1.398 utentes estão em espera há mais de 12 meses para uma cirurgia; 368 utentes estão em espera para uma cirurgia há mais de 24 meses; 44% dos utentes do Hospital do Divino Espírito Santo estão à espera há mais de um ano por uma cirurgia.

Estes são os números verdadeiros.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isso é uma vergonha!

O Orador: Porque não tenho muito tempo citarei o seguinte: “Durante o ano de 2010 persistem alguns estrangulamentos: insuficiência de resposta dos cuidados primários, com a conseqüente procura inapropriada do serviço de urgência; a persistência do problema do subfinanciamento, com recurso excessivo ao crédito bancário e a acumulação de saldos em dívida a fornecedores. Os valores absolutos da actividade do serviço de urgência são elevados, a procura inapropriada da urgência é muito significativa.”

Acabei de citar o Relatório e Conta de 2010 do Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada.

Não são palavras do PSD. É o diagnóstico feito pelos gestores que o governo socialista nomeou.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente para ressaltar duas questões.

Primeiro registar os pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Artur Lima não há intervenção que o antecedeu, mas sim ao meu colega Ricardo Cabral.

Depois para ressaltar aqui...

Deputado João Costa (PSD): Não é inédito na sua bancada, como o senhor sabe!

O Orador: Não, não! Quem tinha feito a intervenção tinha sido o Sr. Deputado Pedro Gomes.

...que tive uma grande desilusão. Eu esperava que o Sr. Deputado Pedro Gomes, o homem que fala sobre saúde na bancada do PSD, viesse a este Plenário explicar aos açorianos como é que o saneamento financeiro anunciado pela Dra. Berta Cabral,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Grande mulher!

O Orador: ...nas jornadas de saúde aqui na Horta, ia ser feito.

Sinceramente, continuo na mesma. Fazem-se anúncios, não se explica como.

Depois, para lhe dizer Sr. Deputado que ouvi 3 questões que considera prioritárias para o Serviço Regional de Saúde. O senhor enumerou-as aqui, escuso de voltar a enumerar, mas tive o cuidado porque me recordava um pouco também da intervenção da Dra. Berta Cabral e ela apresenta 3 grandes tarefas. As 3 tarefas da Dra. Berta Cabral são diferentes das tarefas do Dr. Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Está enganado, ouviu mal!

O Orador: Ainda não percebi. Talvez as suas sejam suas e as da Dra. Berta Cabral do bendito gabinete de estudos do PSD.

Deputado Jorge Macedo (PSD): 43 vezes que os senhores já falaram na Dra. Berta Cabral neste Plenário!

O Orador: Para terminar, Sr. Deputado Pedro Gomes, o senhor começou por falar em decantar. Queria dizer que realmente os bons vinhos guardam-se e

decantam-se em ocasiões especiais e solenes; os maus vinhos guardam-se e transformam-se em vinagre e deitam-se fora.

Essa é que é a grande diferença.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero dizer a todos que estou aqui para servir, fazer política, somente.

Insultos não fazem em mim uma alteração do meu humor, porque eu estou aqui para servir os açorianos, servir as açorianas, fazer política, ter ideias para melhorar a qualidade de vida ...

Deputados Berto Messias e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ...de toda a região dos Açores e dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem faltou ao respeito?

O Orador: Este é o meu objectivo, esta é a minha meta e este é o meu objectivo principal quando tomei essa responsabilidade de estar aqui neste Plenário.

Fazer-se política e só política.

Quem não se aguenta com as ideias fortes refletidas, implementadas e avaliadas depois pode ter alguns dissabores e resvala para o insulto e para a demagogia.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está a referir-se a quem?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e para o Governo Regional a saúde é uma matéria prioritária, razão do aumento do plano de investimentos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que o Serviço Regional de Saúde é um direito de todos os açorianos e das pessoas que optaram por viver nos Açores.

O que nos motiva são os Açores e os açorianos, sobretudo aqueles mais carenciados.

As estratégias do Governo Regional dos Açores e de todos os socialistas são: continuar o esforço de diminuir o desperdício; aumentar a produtividade de todos os profissionais de saúde; reorganizar todos os serviços de saúde; potenciar as mais-valias que o Serviço Regional de Saúde oferece.

Deputado Luís Garcia (PSD): Por que é que já não fizeram isso?!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): La Palice não diria melhor!

O Orador: Srs. Deputados, a estratégia política de catástrofe já não é valorizada pelos açorianos. A teoria do caos já não faz sentido.

As ideias falsas, inúteis podem destruir o que anos levámos a construir.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem a certeza que ainda é possível fazer mais com o mesmo financiamento, como disse há pouco, temos a certeza que ainda é possível fazer mais com menos despesa.

Pode-se criticar tudo, mas não a determinação do Governo Regional dos Açores em cortar nas despesas supérfluas da saúde sem fechar qualquer serviço...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...ou diminuir o acesso ao Serviço Regional de Saúde.

Nós sabemos que não agradamos a todos, mas temos a certeza de agradar à grande maioria do povo açoriano.

Deputado Luís Garcia (PSD): O papel aceita tudo o que se escreve!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais pedidos de esclarecimento.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O que disse há pouco é para mim?

Deputado Ricardo Cabral (PS): Faça política! Eu por mim estou aqui para fazer política!

Presidente: Assim sendo, vou dar por encerrada a parte relativa à intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes.

Vamos fazer um intervalo de meia hora. Regressamos às 17 horas e 55 minutos. Muito obrigado. Até já.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é cobardia!

Deputado Ricardo Cabral (PS): És um parvalhão!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O quê? Está a ameaçar-me?

Registe aí menina.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Parvalhão!

(Eram 17 horas e 26 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 18 horas 04 minutos)

Vamos prosseguir no nosso debate na generalidade. De acordo com a lista presente na Mesa dou agora a palavra para uma intervenção ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Anual Regional para 2012 propõe para o sector agro-florestal, um valor global de investimento na ordem dos 153,6 milhões de euros, o que representa, na atual conjuntura, uma continuada aposta do Governo Regional na nossa base produtiva agrícola dos Açores.

Como sucessivamente tem acontecido, trata-se de reconhecer a importância do sector, como um sector estratégico no qual assenta grande parte da nossa dinâmica social e da nossa capacidade de gerar riqueza e crescimento.

Tendo presente o clima de dificuldades económicas e financeiras que a todos tocam, com este plano optamos claramente por manter as intervenções que promovem o investimento e a competitividade do sector agro-florestal alocando prioridade na disponibilização dos recursos necessários ao acompanhamento dos investimentos privados dos agentes do sector, em particular na área produtiva, aprofundando o poder de exportação das fileiras do leite e da carne e fomentando a redução, ainda mais acentuada, de algumas importações, pela substituição progressiva de produções locais.

Esta é também uma boa forma de continuarmos a valorizar o mundo rural, que a par do apoio às suas gentes e agentes, continuará a receber todo o possível investimento na melhoria das infraestruturas de apoio à atividade agrícola, nomeadamente no âmbito do ordenamento agrário, porque estes investimentos têm uma importância muito grande e dão um enorme contributo para a melhoria das condições do trabalho agrícola, para a redução de custos de contexto, para a melhoria da qualidade dos produtos e para o reforço dos rendimentos das várias atividades agrícolas, possuindo, ainda, um efeito benéfico noutros sectores da atividade económica regional.

Simultaneamente, este plano assegura a execução das melhorias nas infraestruturas de base, que sendo transversais a todo o sector, como os laboratórios regionais (veterinária, sanidade vegetal, enologia) ou os parques de exposição agro-comerciais, representam bons instrumentos de apoio aos nossos empresários agrícolas e ótimos instrumentos de qualificação das suas produções e dos produtos agroalimentares dos Açores.

A produção de leite e de carne, segmentos que até parecem esquecidos das habituais investidas de alguma oposição, geram muita receita direta nas explorações, induzem muita atividade nas unidades industriais e de transformação ou nas empresas comerciais ou de prestação de serviços, para além de solicitarem muito apoio comunitário ao rendimento. Estas continuam a ser, por tudo isso, as atividades estratégicas no seio da nossa agricultura e das nossas opções de política.

Estes dois subsectores são claramente o motor da nossa economia agrária, quer pelo que representam do ponto de vista social, quer pela riqueza direta e indireta que geram, quer ainda pela ocupação e gestão que fazem do nosso território.

O dinamismo, dimensão e capacidades empreendedora destas duas fileiras de produção (leite e carne) guardam testemunho nos mais de 1130 projetos de investimento submetidos ao PRORURAL, ascendendo a cerca de 50 M€ o investimento proposto, valores que dão uma boa ideia da importância da nossa produção animal.

Apesar desta definição de orientação estratégica, as produções das áreas da diversificação agrícola, respondendo aos estímulos que foram criados, têm vindo a fazer um percurso de crescimento muito significativo.

Este crescimento vai prosseguir e acentuar-se, dando disso inequívoco testemunho o número de projetos submetidos ao PRORURAL nestas áreas (68) e o volume de investimento neles previstos, que ascendendo a cerca de 8 milhões de euros, representa quase 4 vezes mais do que todo o investimento realizado nestas áreas no quadro comunitário anterior (que apenas solicitou 2,2 milhões de euros).

Da análise dos projetos de investimento nas áreas da diversificação agrícola, releva-se a faixa etária dos seus promotores com 32% abaixo dos 40 anos, e o valor médio do investimento por projeto superior a 110 mil euros.

Esta dinâmica, que faz do nosso Programa de Desenvolvimento Rural o que tem a melhor execução nacional, quer nas taxas de compromissos assumidos (68%), quer nas taxas de execução material e financeira que no final deste ano já deve ter atingido os 50%, esta dinâmica, dizia, revela a confiança dos nossos empresários agrícolas, que acreditam e que por isso continuam a investir na agricultura dos Açores.

Importa, por isso, manter este rumo.

Prosseguir e melhorar a cada possível momento, as estratégias de apoio ao investimento e ao rendimento dos nossos agricultores, apoiando também a sua organização e as organizações do mundo rural.

Prosseguir e melhorar a cada possível momento, as estratégias de apoio às organizações empresariais do sector, em especial às que direcionam as suas apostas para a exportação, produção de produtos de qualidade ou para a diversificação de produtos, porque estas são as melhores formas de estarmos num mercado massificado e de valorizarmos o nosso trabalho.

Manter e a cada necessário momento adequar, de forma persistente, os planos integrados de vigilância e controlo da sanidade e bem estar animal ou os planos de controlo da sanidade vegetal.

Manter e a cada possível momento melhorar, o investimento na informação, na qualificação profissional e na formação dos nossos agricultores e prosseguir o esforço de desenvolvimento da experimentação agrária em novas áreas ou produtos, em parceria com as organizações dos produtores, vulgarizando metodologias e procedimentos.

Aprofundar as estratégias de promoção dos produtos agroflorestais e a sua divulgação no mercado nacional e em mercados externos, apoiando as empresas regionais do sector e mantendo uma presença institucional que garanta a divulgação e promoção de produções de reduzida expressão de escala.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A proposta de Plano de investimentos para 2012 tem, como principal eixo estratégico, a afetação das verbas necessárias para responder e corresponder à capacidade de investimento da iniciativa privada, em particular no que respeita ao investimento na modernização das explorações agrícolas, razão pela qual nesta ação o investimento cresce 48%, quando comparado com o ano anterior.

As ilhas de menor dimensão apresentam no atual quadro comunitário uma carteira considerável de projetos de investimento, bastante superior ao verificado no anterior quadro de apoio, que são potenciadores de novas sinergias e dinâmicas económicas que ultrapassam o próprio sector e a sua dimensão.

A título de exemplo refere-se que a Ilha do Corvo, que no anterior quadro não apresentou qualquer projeto de investimento neste apresenta 10 projetos de investimento; da ilha das Flores, que no quadro anterior apresentara apenas 9

projetos agora já foram submetidos 26; ou o Faial, que passou dos 22 para os 109 projetos de investimento; ou mesmo (para não falarmos apenas das ilhas com menos dimensão) aqui a vizinha ilha do Pico, que de 39 passa para os 195 projetos apresentados.

Na horticultura, fruticultura, floricultura ou viticultura, cuja dotação orçamental aumenta 140% face ao ano anterior, visamos corresponder a todos os projetos apresentados, muitos já aprovados, muitos já em execução ou executados e que na sua grande maioria serão, todavia, executados e pagos pelo plano que está agora em análise.

Nunca no passado se investiu tanto nas áreas da diversificação. E isso é que é falar verdade aos açorianos e aos agricultores açorianos.

Somos adversos à demagogia, ao trivialismos e às propostas avulsas, sem planeamento e sem avaliação.

Deputados José San-Bento e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Pugnamos pela articulação e integração dos investimentos nas áreas produtivas com iniciativas organizacionais dirigidas ao mercado, pelo que continuaremos a promover o encontro entre produtores e superfícies comerciais, especialmente nas áreas da horticultura e da fruticultura, para reforço e solidez das relações comerciais, que sejam rentáveis, sustentáveis e duradouras.

É assim que se contribui para o crescimento das produções locais e para substituir produtos de outras origens por produtos regionais de melhor qualidade.

Importa continuar a reforçar a capacidade organizacional destas produções, melhorando o seu acesso aos mercados e de neles afirmar a sua singularidade e qualidade.

Os agentes do sector agro-florestal açoriano têm reagido muito bem aos estímulos que com eles desenhamos e executamos, e este plano responde, mais uma vez, às expectativas de um sector que se tem afirmado e que tem verificado uma evolução global muito positiva, evolução que é reconhecida e aplaudida por entidades e instituições insuspeitas, e que vai continuar a merecer não só a

atenção do Governo como o acompanhamento e o apoio do investimento público regional.

Todos os indicadores da agricultura açoriana melhoraram desde que o Partido Socialista assumiu funções governativas na Região.

Basta ler a análise dos principais resultados dos censos realizados à agricultura portuguesa no último decénio e recentemente publicados, e compará-los com os anteriores.

Na utilização dos solos, na dimensão média das explorações, na melhoria dos prados e pastagens, na instrução e juventude dos ativos agrícolas os Açores destacam-se pela positiva, como também acontece na produtividade e no rendimento por Unidade de Trabalho Anual.

Deputado João Costa (PSD): Como diria a Deputada Benilde *ashamed* !

O Orador: A evolução destes indicadores expressa muito bem a confiança dos empresários e dos operadores do sector agrícola, confiança que resulta do acerto das estratégias e medidas executadas e do estímulo que as mesmas lhes induziram.

Este plano cumpre, mais uma vez, este desígnio, cumprindo deste modo o nosso compromisso para com os agricultores dos Açores.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, aceitam-se inscrições para pedidos de esclarecimento.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2012 no que à agricultura diz respeito acompanha a tendência natural do plano de investimentos para o ano de 2012 e representa também um grande investimento no sector agro-florestal da Região, aliás como tem vindo a

acontecer desde que o PS é governo na Região e deu um salto muito significativo, em termos de investimentos, desde a última legislatura para esta.

Deputado António Ventura (PSD): Antes não havia agricultura!

O Orador: Por outro lado, verifica-se que os programas de execução, nomeadamente a execução do PRORURAL, apresentam valores muito significativos e valores crescentes, em particular nos eixos 1 (onde estão incluídas as medidas relativas aos investimentos dos agricultores, nomeadamente e particularmente a medida 1.5) e também ao nível do eixo 2 (onde estão nomeadamente as medidas relacionadas com as agro-ambientais e com as MAA's, as antigas indemnizações compensatórias).

Deputado António Ventura (PSD): Continuamos sem uma resposta.

O Orador: Atendendo às taxas de execução, atendendo à procura e ao número de candidaturas crescente e também à preocupação que tem sido manifestada, a pergunta que se compete fazer é: neste plano de investimentos se estão garantidas,...

Deputado António Ventura (PSD): Essa pergunta já foi feita há muito tempo.

O Orador: ...da parte regional, as participações necessárias para os projectos dos agricultores, nomeadamente da medida 1.5 da modernização das explorações agrícolas?

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, gostaria de parafrasear um ilustre poeta já hoje citado nesta Câmara, Manuel Alegre, e dizer-lhe assim: “Pergunto ao vento que passa notícias da Fajã do Calhau...

(Risos do Deputado Artur Lima)

...e o vento cala a desgraça e o vento nada me diz.”

Talvez o Sr. Secretário nos possa dar algumas notícias, a nós, e por via disso...

(Aparte inaudível do Presidente do Governo Regional)

A Oradora: Posso continuar, Sr. Presidente.

Se quer falar eu não me importo...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Pode, mas não devia!

A Oradora: Devia falar, posso falar e vou continuar a falar por muito que possa incomodar o Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor de continuar, Sra. Deputada.

A Oradora: Talvez o Sr. Secretário nos possa dar algumas notícias e por via disso aos açorianos e açorianas.

Talvez nos possa explicar como é que um caminho agrícola, feito a pedido de meia dúzia de amigos já custou aos bolsos dos açorianos e açorianas cerca de 2 milhões de euros.

E mesmo assim, Sr. Secretário, 2 milhões de euros é capaz de ser um custo calculado por baixo, se atendermos a que é uma obra que dura desde 2006 e que começou por deitar ao mar uma parte considerável de uma falésia da ilha de S. Miguel.

Mais uma vez, Sr. Secretário da Agricultura e Florestas, que notícias nos dá da Fajã do Calhau.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Todos os dias caem falésias ao mar.

Presidente: Não tenho neste momento mais inscrições para pedidos de esclarecimento.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não poderia deixar passar em claro esta intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, especialmente na parte em que refere que a obra foi feita a pedido de um pequeno grupo de amigos.

A senhora esteve nas audições que a Comissão realizou...

Deputada Zuraída Soares (BE): Exactamente por isso!

A Oradora: ...ouviu os habitantes de Água Retorta...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não ouvi! Ouvi juntas de freguesia.

A Oradora: ...ouviu a junta de freguesia, ouviu todas as pessoas que lá estavam e ouviu como ouviram todos os deputados que eram membros da Comissão que aquela estrada responde a um anseio de muitas décadas daquela população.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

A Oradora: Porque não foi a senhora, Sra. Deputada, que teve que fazer aquela estrada a pé, carregando bens às costas e a senhora ouviu isso lá.

O que a senhora aqui veio fazer é pura demagogia e isso não posso deixar passar em claro.

Deputada Zuraída Soares (BE): Nem vão fazer isso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho neste momento nenhuma inscrição para esclarecimentos.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Aníbal Pires (PCP): Qual é o poeta que vai citar?

O Orador: Sra. Deputada Zuraída Soares, não necessita de perguntar ao vento que passa. V. Exa. perguntou ao Governo e o Governo respondeu a tudo o que pediu ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não perguntei. A pergunta é outra!

O Orador: ...de informação sobre a Fajã do Calhau.

Não vale a pena pois perguntar nem ao vento que passa, nem vir fazer nesta Câmara, no dia em que estamos a discutir o Plano para 2012, este cenário de rebuscar um assunto,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não faz parte do Plano? Não posso perguntar? Era o que mais faltava.

O Orador: ...que penso, que já está perfeitamente discutido, aplaudido e debatido nesta casa.

Deputada Zuraída Soares (BE): A resposta foi outra. Muito obrigada pelo esclarecimento.

O Orador: Ao Sr. Deputado Duarte Moreira que nos fez a pergunta de saber se este Plano contém um investimento e contém as dotações e as participações necessárias para garantir o apoio, a participação e o pagamento da parte pública das medidas de apoio aos projectos centrais, a medida 1.5, o que lhe respondo é: o crescimento verificado nas dotações referentes à medida 1.5 são exactamente para cumprirmos com todas as obrigações decorrentes da aprovação dos projectos entrados para esta medida.

Portanto, os agricultores que as apresentaram, os projectos que foram apresentados contarão com o apoio dos fundos comunitários e com o correspondente acompanhamento dos fundos públicos regionais.

Obrigado.

Presidente: Não tenho neste momento mais nenhum pedido de esclarecimento.

Não havendo mais nenhum pedido de esclarecimento passamos para a intervenção seguinte, para tal dou a palavra ao Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Falar em Agricultura é falar no futuro dos Açores e nós acreditamos que os Açores têm futuro mas não é com este Plano.

O Plano Regional para 2012 para o sector da Agricultura mantêm a mesma filosofia dos seus precedentes e, como tal, não apresenta inovação agrícola e está preso a “velhas atitudes” de orientação que não conseguem satisfazer a exigência e a especificidade agrícola deste Arquipélago.

Uma primeira conclusão demonstra o crescente desinteresse do Governo Regional para a Agricultura, já que o esforço regional, relativamente a 2011, diminui no principal sector de exportação.

Por exemplo, com tantos problemas de abastecimento de água à agricultura, agravados pelas alterações climáticas, observa-se um decréscimo financeiro nesta área. Em relação a 2010 decresce cerca de 20% a dotação financeira.

Mais uma vez as cinco bandeiras assinaladas em 2004 pelo PS não vão ser cumpridas. Refiro-me à criação do Centro do Leite e Lacticínios, na implementação da Extensão Rural, no impulso ao Emparcelamento, aos seguros agrícolas e ao aumento das exportações.

Estamos a falar de um sector que contribui decisivamente para contrariar a tendente desertificação humana, produz alimentos e proporciona efeitos multiplicativos importantes para a economia da Região. Por isso a Agricultura há muito que deixou de ser um tema só dos Agricultores, pelo contrário, diz respeito a todos os Açorianos, pois a agricultura tornou-se numa solução para os nossos problemas.

Neste sentido importa dar a conhecer os dados que o recente recenseamento agrícola veio trazer a público sobre a triste verdade das vossas políticas. E não são os dados do PSD, são os dados do Instituto Nacional de Estatística.

Apesar de sermos uma Região com muitos atributos naturais, os Açores ocupam, entre as regiões analisadas, o último lugar no que concerne à agricultura biológica.

Apesar de sermos a Região com a média de idades mais baixa na agricultura, temos uma População Agrícola Familiar com a menor qualificação no ensino superior e sem destaque no ensino secundário e pós-secundário. Como prémio a rubrica Valorização E Qualificação Profissional Agrária desce 34% para 2012.

Apesar de sermos uma Região que precisa de aumentar a sua produção agrícola por Ilha, nos últimos dez anos verificou-se um crescimento de 151% de área agrícola não utilizada.

Deputado Duarte Moreira (PS): Aonde?

O Orador: Neste mesmo espaço de tempo a Superfície das Culturas Temporárias (sem as forrageiras) sofreu um abaixamento de 47,8% e as Culturas Permanentes de 44,8%.

Apesar de sermos uma Região com condições propícias para a cultura do milho forragem - que representa a nossa principal energia alimentar local para a bovinicultura - a sua produção diminuiu 26% entre 1998 e 2011. Ou seja, estamos mais dependentes da importação.

Em Portugal Continental o grau de autoaprovisionamento alimentar é de 71,5%, na União Europeia é de 99,4% e nos Açores... bom nos Açores não se sabe, porque o Governo julga que não é importante.

Apesar dos milhões anunciados, o peso do VAB da atividade agrícola e agropecuária entre 1996 e 2008 diminuiu 49,7%. A evolução deste indicador permite vislumbrar a tendência de queda deste sector. Estamos a empobrecer.

Mas interessa dizer que o Governo não teve um problema de dinheiro é mais um problema de política. Isto é, o Governo não faz não é porque não quer é porque não sabe.

Deputado Francisco César (PS): Também é culpa nossa?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já se sabe!

O Orador: O Governo não tem resultados não é por falta de condições é por falta de competência.

Deputados Luís Garcia e Jorge Macedo (PS): Muito bem!

O Orador: O Plano é também um faz de conta, cria a ideia que se faz tudo o que ali está.

Faz de conta que existe vulgarização.

Faz de conta que existe investigação.

Faz de conta que existem estudos.

É do tipo: sorria, está a ser engando.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

A diversificação agrícola volta a ser só mais do mesmo e a este propósito importa explicar que o Governo fechou as candidaturas dos Agricultores aos Fundos Comunitários depois de ter dado a perceber, publicamente, o seu contrário.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Demorou apenas menos de um mês entre as declarações e a publicação da Portaria que fecha as candidaturas. O Governo não disse a verdade aos Açorianos.

Deputados Luís Garcia e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: A investigação científica aplicada à Agricultura recebe, novamente, uma nota negativa, porque simplesmente não existe. Nota-se uma ausência de sensibilidade do Governo Regional para o vínculo que deve haver entre Agricultura e o conhecimento científico.

Este é também, um Plano que não cria sustentabilidade alimentar na Região. Os Açores vão continuar a estar muito prisioneiros das importações alimentares.

O Governo ainda não compreendeu que a riqueza de um país ou de uma região também se mede pela sua capacidade de produzir alimentos de forma diversificada, segura e durável, para consumo interno e para exportação.

O trunfo e as oportunidades estão aqui. Apostar nas produções locais, na criação de um mercado Regional e numa verdadeira promoção dos nossos produtos são ações que trazem emprego, riqueza e fixam pessoas.

Deputados Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: O Plano não faz referência a aspectos agrícolas de nova geração decisivos para economia desta Região, como a promoção de novas tecnologias, o incentivo e a valorização dos produtos da pecuária extensiva, a associação da Agricultura com saúde pública,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não há umas palminhas?

O Orador: ...o contributo da Agro-pecuária para as energias alternativas, entre outros e outros aspetos.

A ausência de novas abordagens políticas nestes documentos implica um pensamento desajustado e muito limitativo. Até porque não se visualiza neste Plano as medidas para amortecer o impacto de um eventual fim das quotas leiteiras, dos acordos com o MERCOSUL ou da nova reforma da PAC.

As medidas são as mesmas. Aliás, o Governo soluciona todos os problemas na Agricultura, utilizando a mesma receita durante 15 anos:...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sempre a crescer a agricultura!

O Orador: ...Reduz o número de Agricultores. Porém ao mesmo tempo está a eliminar postos de trabalho.

O Governo continua a não querer dar a compreender a formação dos preços aos Produtores mas principalmente aos consumidores. Trata-se de uma transparência que a democracia, na atualidade exige.

O Governo tem de entender que uma política Regional para a Agricultura não pode ser atirar dinheiro aos problemas e tem de ser mais do que a comparticipação financeira da Região às ideias de Bruxelas. É preciso construir programas próprios, ...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sempre a crescer!

O Orador: ...principalmente, de previsibilidade, de competitividade e de reconhecimento.

Chegados aqui a conclusão é simples,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estamos quase no fim!

O Orador: ...o Governo não consegue solucionar os problemas dos Agricultores e assim tornou-se em mais um problema que os Agricultores têm de resolver.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso precisamos urgentemente de uma mudança política.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): O entusiasmo é tanto, que nem repararam que tinha chegado ao fim!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, aceitam-se pedidos de esclarecimento.

Creio não haver pedidos de esclarecimento para esta intervenção. Assim sendo, vamos passar para a intervenção seguinte, para tanto dou a palavra ao Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com a discussão do Plano Regional para o ano 2012 damos início ao último ano do período de programação do X Governo dos Açores e da IX legislatura.

Em termos macroeconómicos, esta é uma legislatura marcada por uma crise internacional que, desde 2008, tem levado a dificuldades ao nível financeiro, económico e social, que nem os mais reputados especialistas previram.

Neste cenário, o sector agro-pecuário regional, permanece como a mais importante fonte de riqueza dos Açores, contribuindo, de forma significativa, para o Valor Acrescentado Bruto gerado nas nossas ilhas.

A este facto, não é alheio o forte investimento promovido, ao longo das últimas legislaturas, por parte do Governo dos Açores, suportado pelo Partido Socialista, investimento que se reforçou nos últimos 3 anos, e que no final da atual legislatura ultrapassará os 635 ME, sendo que destes, mais de 279 ME constituem uma responsabilidade direta da Região.

Sendo certo que o investimento no sector agro-florestal para o ano de 2012 acompanha a evolução geral do Plano, motivada pela atual conjuntura económica e financeira mundial e pela redução das transferências do Estado para os Açores, a verdade é que de 2008 para 2011 verificou-se um aumento de 21,7% no investimento total e de 14,5% das verbas do Plano, uma tendência sempre crescente, apenas interrompida no plano em discussão.

Assim, para o ano de 2012, continuam previstos fortes investimentos no sector agropecuário Regional, no montante global de 153,6 ME repartido por dois programas, a saber, o programa 7 – Melhoria da competitividade dos sectores

Agrícola e Florestal, com um montante de investimento previsto de 125,1 ME e o programa 8 – Valorização do Mundo Rural, com um investimento previsto de 28,5 ME.

Com estes montantes, garante-se a continuidade dos investimentos em áreas tão importantes como o ordenamento agrário, através dos investimentos na melhoria e desenvolvimento de infra estruturas, bem como os fundos necessários para a modernização das explorações agrícolas e florestais, através da comparticipação dos investimentos dos agricultores, reforçando-se ainda a promoção e a conquista dos mercados dando maior notoriedade aos produtos regionais, e investindo-se também na valorização do mundo rural, através da melhoria da qualidade de vida e da diversificação da economia rural e pela preservação e valorização do ambiente e paisagem rural.

Pela importância que o mesmo se reveste, destaco aqui, a título de exemplo, a construção do laboratório regional de veterinária que trará aos produtos regionais um aporte de controlo de qualidade e segurança alimentar que em muito potenciará a possibilidade de crescimento e a conquista de novos mercados, sendo também importante no desenvolvimento de novos produtos, potenciando assim os rendimentos dos agricultores.

Desde o início que os governos regionais da responsabilidade PS têm bem presente o caminho a seguir e a estratégia necessária para desenvolver o sector agrícola e pecuário Regional.

Um caminho de modernização das explorações e das indústrias.

Um caminho que levou a uma melhoria das condições de trabalho dos agricultores, através dos investimentos no ordenamento agrário, traduzidos em mais e melhores caminhos rurais e florestais, mais captação, armazenamento e distribuição de água, mais explorações eletrificadas;

Um caminho que levou ao melhor estatuto de sanidade animal do país e a um dos melhores da Europa, a novos matadouros e salas de desmancha, novas centrais de concentração de hortícolas e novas adegas o que levou e levará ainda a maior produção e qualidade em todas as áreas produtivas;

Um caminho que exigiu e exige perseverança, lucidez e visão, e que perante as dificuldades, soube resistir, porque sabe que este é o caminho correto.

Outros, provavelmente, teriam mudado ao sabor do vento, andariam à deriva, porque pura e simplesmente não têm projeto, não têm uma estratégia, uma visão, é o que se pode concluir das declarações desgarradas e muitas vezes contraditórias, de alguns partidos, designadamente dos líderes do PSD, que na ansia de procura de protagonismo, e do desespero perante o bom trabalho que está a ser realizado, afirmam uma coisa hoje e o seu contrário amanhã,...

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Muito bem!

O Orador: ...como foi no caso das quotas leiteiras em que uns afirmam que o fim é inevitável e outros afirmam haver janelas de oportunidade, não mantendo uma linha de rumo e a mínima coerência política.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo,

Sras. e Srs. Membros do Governo:

A principal função da agricultura é a produção de alimentos e bens alimentares.

A reestruturação verificada na fileira do leite, levou ao aumento da produção e da comercialização de leite, que passou dos 490 milhões de litros comercializados em 2004, para os 535,1 milhões de litros em 2010, o que se traduz num aumento da competitividade de toda a fileira;

Deputado António Ventura (*PSD*): Isso é sinal de riqueza ou de dificuldades?

O Orador: Foi ainda graças à reestruturação levada a cabo pelos governos regionais do PS, que se verificou o aumento da produção média por exploração, que passou de 94 mil litros em 2004 para os 155 mil litros em 2010; ao aumento de quase 200% da produção de queijo, produzindo-se hoje, nos Açores, mais de 28000 Ton; ao aumento, entre 1996 e 2010, de 500% do leite UHT e triplicado a produção de iogurte nesse mesmo período, tendo-se produzido 313 T em 2010.

Deve também salientar-se que atualmente o preço médio pago ao produtor, para o mesmo tipo de leite, é idêntico ao praticado no Continente, indicador da competitividade do sector leiteiro Regional.

Deputado António Ventura (*PSD*): Não senhor!

O Orador: O trabalho que está a ser levado a efeito na reestruturação e modernização do sector leiteiro Regional, é a melhor forma, a única forma, que a Região tem de se preparar e defender contra o provável desmantelamento do regime de quotas, pois só um sector moderno, que aposta na qualidade, que aposta na redução de custos, poderá contrariar o desmantelamento do atual sistema, sendo certo que o PS – Açores, este grupo parlamentar e o Governo, defenderão, junto do Governo da República e as instancias europeias a sua manutenção, sem contudo tirar os olhos do dia seguinte, preparando todos os cenários e não enganando os produtores com as eventuais janelas de oportunidade.

Também na fileira da carne de bovino a evolução positiva ocorrida nos últimos anos é, a todos os níveis, evidente.

Pela primeira vez, na história dos Açores, foi alterado o paradigma da comercialização de gado bovino na Região.

De uma Região tradicionalmente exportadora de gado vivo, passou-se para uma região exportadora de carne.

Das 46691 cabeças de gado vivo expedido em 2004, passou-se para as 19544 em 2010, uma redução de mais de 58%.

Deputado António Ventura (PSD): Aí estamos de acordo!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): É riqueza!

O Orador: Ao inverso, o abate de bovinos passou de 29929 cabeças, aprovadas para consumo em 2004, para as 50028 em 2010, um aumento de 67%, na sua grande maioria destinada aos mercados exteriores à Região.

Deputado António Ventura (PSD): As carcaças estão mais magras! Mais produção significa diminuir os custos.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Ouça, ouça!

O Orador: Nas áreas da diversificação agrícola, começa agora a ver-se os resultados do trabalho que tem vindo a ser realizado pelo Governo dos Açores. Fruto de dois programas bem negociados e bem adaptados à realidade, nomeadamente o POSEI – na vertente dos apoios às produções locais, e o

PRORURAL – na vertente do apoio ao investimento, foi possível criar uma nova dinâmica, que levou à entrada de jovens agricultores, muitos deles com formação académica ou formação adequada a essa atividade.

Deputado António Ventura (PSD): E os menos qualificados?

O Orador: Em áreas como a floricultura, a fruticultura a horticultura e a vinha, os investimentos efetuados permitiram, em pouco tempo, que nas grandes superfícies os produtos hortícolas locais passassem dos 30% em 2008, para os atuais 70%.

Esse investimento permitiu ainda que se passasse à exportação e expedição para novos mercados, de flores, de vinho e de outros produtos que começam a se afirmar em mercados cada vez mais competitivos, o que é demonstrativo do trabalho que tem sido concretizado nestas áreas.

A aposta dos produtores nas áreas da diversificação, como comprova o elevado numero de projetos de investimento que deram entrada nos serviços da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, designadamente na medida 1.5 – Modernização das explorações agrícolas e pecuárias- num valor de compromisso publico de aproximadamente de 8 ME, montante quatro vezes superior ao investimento efetuado nos últimos quatro quadros comunitários de apoio (QCA), faz prever, no curto prazo, um aumento ainda mais significativo quer da diversidade de produtos quer na sua quantidade e qualidade, o que reflete a aposta do Governo dos Açores em diversificar a base produtiva Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo,

Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores são a Região do país com a mais elevada taxa de jovens agricultores. De acordo com os dados do recenseamento geral da agricultura de 2009, cerca de 25% dos agricultores dos Açores têm menos de 45 anos, enquanto no Continente essa taxa é de apenas 9%.

Deputado António Ventura (PSD): Estamos de acordo! Mas os menos qualificados?

O Orador: Nos Açores apenas 24% dos agricultores têm mais de 65 anos, enquanto no continente a taxa de agricultores com mais de 65 anos é de quase 50%.

Para além da juventude, os Açores possuem também uma taxa de população agrícola familiar com o 2º e 3º ciclos de 34% enquanto no Continente essa mesma taxa é apenas de 23%.

Deputado António Ventura (PSD): Página 8. Menos formados! Está aqui. Está em destaque.

O Orador: Ainda de acordo com o Recenseamento Geral de Agricultura de 2009, a taxa de produtores que declara a viabilidade económica como o principal motivo para a continuidade da exploração é de 16% na Região, enquanto no Continente essa mesma taxa é de apenas 6%.

Os Açores destacam-se ainda por uma produtividade de 34,4 mil euros por unidade de trabalho ano (UTA), quase duas vezes e meia superior à média nacional e cerca de seis vezes superior ao verificado na Madeira, indicadores que o PSD tudo faz para esconder.

Ao contrário do que afirma o PSD, os dados do RGA de 2009 confirma que nos Açores a ocupação da terra com potencialidade agropecuária é quase total.

Estes são dados objetivos, concretos, que demonstram claramente que na região o sector agrícola continua a ser apetecido por muitos dos nossos jovens e que nos dá a certeza que o caminho traçado é o caminho correto,...

Deputado António Ventura (PSD): Áreas permanentes de cultura diminuíram. Temos menos fruta, menos hortaliças!

O Orador: ...dando animo para continuar a desenvolver o sector agrícola Regional e a apoiar o rendimento dos agricultores e a qualidade de vida das suas famílias.

Este é o caminho, reafirmando aqui que os agricultores dos Açores podem continuar a contar com o PS na defesa dos interesses regionais e na modernização da agricultura da Região.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Creio não existirem pedidos de esclarecimento.

Assim sendo, passamos para a intervenção seguinte.

Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, para tal.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As propostas que constam do Plano Anual para 2012, na área afectada à Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, são propostas que visam dar continuação ao conjunto de investimentos que foram feitos ao longo dos anos desta legislatura e consolidar aqueles que são os grandes eixos de intervenção em matéria ambiental, em matéria das políticas do mar e em matéria de energia na nossa Região.

Na área ambiental os principais investimentos são voltados para a continuação daquele que é o grande esforço que o Governo Regional tem vindo a fazer nos últimos anos no sentido de dotar os Açores de um sistema de processamento de resíduos que permite eliminar aquele que continua a ser o nosso maior problema ambiental.

De facto, as nossas ilhas precisam de uma forma adequada de encaminhar e de valorizar aqueles que são os resíduos que diariamente são gerados em todas elas, permitindo por um lado salvaguardar a qualidade do nosso ambiente, salvaguardar a qualidade das nossas águas (já que há uma relação directa entre a má gestão dos resíduos, o mau encaminhamento dos resíduos e a qualidade das águas) e também transformar esta área dos resíduos num sector económico.

De facto, os resíduos são cada vez mais um recurso e é como recurso que têm de ser geridos. Há espaço para que a economia absorva uma parte importante dos nossos resíduos, que os valorize, que os transforme em outras matérias, que os reutilize ou, nos casos em que tal não é possível, que se lhes dê um adequado

destino final do ponto de vista do seu aproveitamento energético, já que uma quantidade muito grande dos resíduos são ricos em energia.

Este processo que é, no fim de contas, a materialização daquilo que está consagrado no PEGRA (Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores) é a área que tem absorvido maiores investimentos e nesta altura nós estamos numa fase em que as 7 ilhas em que o Governo Regional assumiu o compromisso de fazer a gestão dos resíduos estão numa fase muito avançada de investimento.

Em duas delas estão concluídas as obras de construção dos centros de processamento de resíduos, noutra está numa fase final o investimento e nas restantes ilhas os investimentos estão em fases diferentes de avanço, mas já com uma substancial parte da obra feita.

Apenas a ilha do Faial ainda não iniciou a obra, mas o concurso para a empreitada está, neste momento, na sua fase final e estamos em condições de a breve trecho, também na ilha do Faial, iniciar a construção do Centro de Processamento de Resíduos.

Todo este investimento que está a ser feito em processamento de resíduos é complementar e foi, neste momento, já complementado por esta Câmara com a aprovação de um conjunto de medidas políticas de gestão de resíduos que permitem dar o necessário enquadramento jurídico a toda a área de resíduos e criar, de facto, um mercado de resíduos nos Açores, permitindo a valorização desses resíduos.

Falta agora dar continuidade à outra parte, uma parte que é feita em parceria entre o Governo Regional e as autarquias, construindo os destinos finais na ilha de S. Miguel e na ilha Terceira. Em ambas estas ilhas já se encontra também a parte mais difícil do planeamento feito. Na ilha de S. Miguel o licenciamento já está concluído, ou seja, nesta altura quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista de licenciamento ambiental já estamos em condições de avançar para a construção do Centro de Processamento de Resíduos e no caso da Terceira está, neste momento, em apreciação o estudo de impacto ambiental que levará também ao licenciamento, estando também já concluída a parte técnica.

Ou seja, ao longo destes últimos anos conseguiu-se, de facto, criar e consubstanciar uma sólida política de gestão de resíduos que permitirá livrar dos problemas que ainda temos e iniciar a fase seguinte de selagem das lixeiras, de recuperação dos espaços que serviram de aterro e de requalificação ambiental dessas zonas.

Outra área de grande importância para o desenvolvimento sustentado dos Açores é a área da conservação da natureza.

Nesta legislatura foram concluídos os processos de estruturação dos parques naturais com a criação de um parque natural em cada uma das ilhas e com a criação do Parque Marinho dos Açores, agora interessa passar à sua operacionalização.

Essa operacionalização é, do ponto de vista do investimento, logo a seguir aos resíduos, o segundo maior investimento e no fim de contas aquilo que se pretende é fazer em cada uma das nossas ilhas, por um lado as operações de manutenção da biodiversidade e de melhoria de algumas áreas que precisam de recuperação, mas particularmente investir na consolidação e na operacionalização dos parques naturais de ilha.

Outra área importante do ponto de vista da política ambiental tem a ver com a promoção ambiental: o funcionamento dos Centros de Interpretação Ambiental, das Ecotecas e todas as políticas de educação ambiental que são, no fim de contas, o complemento dos investimentos que estão a ser feitos, quer nos resíduos, quer na área da conservação da natureza, que precisam de uma adesão das pessoas.

Não é possível ter políticas de sucesso nestas áreas se não houver uma adesão individual e um empenho pessoal de cada um de nós e para que isso aconteça vamos continuar a investir na promoção ambiental.

Outra área importante tem a ver com os recursos hídricos, os recursos hídricos quer do ponto de vista do fornecimento da água para consumo humano e para a actividade agro-pecuária e industrial e a manutenção da qualidade da água, quer do ponto de vista da recuperação da qualidade das águas, em particular de algumas das nossas lagoas. É outra área em que vamos continuar a investir, em

que o investimento vai continuar a ser não tanto sobre as massas de água, mas sim sobre as causas da degradação das massas de água, em particular sobre a requalificação das bacias hidrográficas e na mudança do uso das terras, de forma a garantir a qualidade das águas a jusante.

Essa garantia da qualidade tem uma grande importância do ponto de vista da sustentabilidade do desenvolvimento económico, já que a água é, de facto, uma das bases do crescimento e do desenvolvimento económico.

Vamos continuar a investir nessas áreas e vamos continuar, quer na área da monitorização e da prevenção de cheias, quer na área da qualidade da água.

Outra área importante tem a ver com as políticas relacionadas com o mar. As questões de ordenamento do espaço marítimo e da exploração do mar profundo são áreas importantes, mas em particular (porque essa é a área que nós mais temos vindo a investir) as questões da protecção costeira e da gestão das águas balneares e das águas costeiras.

Há, de facto, um conjunto de áreas na Região em que o avanço das águas do mar e as questões de abrasão e erosão costeira são extremamente relevantes, em que é preciso continuar a investir na segurança de pessoas e bens.

Há um conjunto de intervenções em curso. Há outras que se estão a iniciar e há particularmente a necessidade de fazer pequenas intervenções pontuais. Não são tanto as grandes intervenções, os grandes projectos, são essencialmente aquelas intervenções que têm a ver com a resolução pontual de questões que todos os invernos, todos os anos, acontecem na nossa costa, em que é preciso fazer essas pequenas intervenções para evitar que elas se transformem em grandes intervenções e, em particular, para evitar que haja perigo para as pessoas e para os bens.

Na área da energia o principal investimento vai continuar a ser na melhoria da eficiência energética, uma das áreas fundamentais já que na nossa Região ainda temos um longo caminho a fazer na utilização racional da energia. É uma das áreas em que há, de facto, necessidade de investirmos de forma a melhorar a forma como utilizamos a energia, retirando uma maior contrapartida do investimento que é feito na melhoria também da produção e na melhoria da

distribuição. Áreas em que é necessário também continuar a investir, em que a EDA tem um plano de investimento na ordem dos 40 milhões de euros, em que o investimento principal está na qualidade do abastecimento energético e uma outra área extremamente importante que é a substituição do uso de combustíveis fósseis, em particular a substituição do uso do gás butano, já que o seu custo e a subsídio pública que acontece são, de facto, um dos grandes consumos do ponto de vista dos recursos públicos que podem melhor ser colocados através da substituição.

Os programas de substituição do uso de combustíveis fósseis e em particular de substituição do uso do gás vão manter-se e vão ser acentuados.

Portanto, estamos perante um Plano que visa essencialmente dar corpo a um conjunto de políticas que têm como objectivo último a sustentabilidade do nosso desenvolvimento, a melhoria da qualidade ambiental e também a melhoria do uso-fruto do ambiente.

De facto, o ambiente não pode ser encarado como algo de estático, como um conjunto de impedimentos; tem de ser sim encarado como, de facto, um recurso que está a montante de praticamente todas as actividades económicas, um recurso que precisa também de ser aproveitado, quer para o desenvolvimento do turismo, para o desenvolvimento agro-pecuário, para o desenvolvimento, enfim, das diversas actividades económicas, mas também como garantia da qualidade de vida de quem vive nestas ilhas.

Essa questão, a questão da qualidade de vida e da melhoria da qualidade de vida através do investimento ambiental, é, no fim de contas, aquilo que serviu de filosofia a este Plano de Investimentos.

Estamos a investir naquelas áreas em que de facto é possível de imediato e rapidamente retirar benefícios do investimento ambiental e integrar um melhor ambiente ao uso-fruto de todos nós.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Aceitam-se inscrições para pedidos de esclarecimento, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Do programa do Plano para 2012 destinado às questões do ambiente e do ordenamento do território, destaca-se do global do Plano como sendo aquele que sofre um maior corte relativamente ao ano que corre: 37,7%, qualquer coisa como 16 milhões de euros.

Pese embora esta redução, registamos de bom grado o aumento de forma significativa de algumas das acções previstas, como sejam as referentes aos parques naturais, que triplica, ou a monitorização de áreas ambientais, uma acção que vê a sua dotação duplicada.

No entanto, e fugindo à lógica dos milhões que se tem falado durante estes dias, quero destacar um outro valor, um valor que nem chega tão pouco à dezena de milhar, refiro-me a 9.700 euros destinados à inspecção e fiscalização ambiental. Ou melhor, de acordo com aquilo que o Sr. Secretário disse em sede de audição 9.700 euros para aquisição de equipamento para a Inspeção Regional de Ambiente.

Apesar de ser, como disse, um valor residual este é um investimento que consideramos ser de grande significado, até porque a Inspeção Regional do Ambiente não tem, neste momento, nem sequer um tubo de ensaio para colheita de amostras ou um aparelho que permita medir ruído, limitando-se a exercer as suas acções fiscalizadoras ao nível administrativo.

Quero colocar-lhe uma questão, Sr. Secretário: o que é que faz ou como faz a Inspeção Regional do Ambiente para elaborar autos de contra-ordenação sem que tenha meios para verificar níveis de poluição, níveis de PH, sem que consiga medir ruído ou sem que consiga recolher uma única amostra para fazer uma única análise a águas ou quaisquer outros afluentes, efluentes ou resíduos?

Já agora, Sr. Secretário, é para 2012 que a Inspeção Regional do Ambiente celebrará um protocolo com um laboratório credenciado para poder fazer estas análises?

Deputados Jorge Macedo e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como todos sabem os Açores dispõem de um Plano Regional da Água, que tem sido ao longo dos anos implementado de um modo crescente e positivo por parte das entidades com responsabilidades ao nível da gestão dos recursos hídricos dos Açores.

Esta foi, aliás, uma das considerações emanadas do relatório de acompanhamento do Plano Regional da Água.

De facto, a maior parte dos objectivos do Plano foram classificados como positivos, tendo sido investidos mais de 85 milhões de euros na gestão dos recursos hídricos na região hidrográfica dos Açores.

Entre os objectivos implementados gostaria de destacar alguns: os investimentos na monitorização das águas das bacias hidrográficas, ribeiras, grotas, lagoas, margens e zonas envolventes; assoreamento, regularização e correcção de cursos de água e açudes em todas as ilhas de forma a minimizar e prevenir possíveis danos sobre as populações que vivem junto a ribeiras; actualização de cadastros de infra-estruturas hidráulicas e de saneamento básico, geo-referenciando a titularidade dos recursos hídricos; investimentos na prevenção e redução de risco de cheia e deslizamento através da instalação de estações hidro-morfológicas automáticas que permitirão um maior conhecimento hidrológico dessas áreas, de modo a prevenir-se riscos de cheias; a monitorização dos movimentos de massa nos lugares da Maia e Praia Formosa em Santa Maria, que decorre desde 2010 e continuará durante todos os próximos anos como forma de prevenção.

Incluem-se ainda, no âmbito da implementação do Plano Regional da Água, a monitorização da qualidade das águas balneares, que têm permitido a atribuição de muitas zonas balneares com bandeira azul da Europa, aspecto que considera este Grupo Parlamentar muito importante em termos ambientais e muito relevante ao nível do turismo. É um galardão que alguns municípios não valorizam, encarando como custos excessivos sobre os quais não vale a pena investir e penso que a Deputada Aida Santos deve saber do que é que estou a falar.

Estes são alguns dos investimentos realizados pelo Governo Regional que vejo com muito bom grado, que serão continuados no próximo ano de 2012.

Por último, não poderia terminar esta intervenção sem lamentar que o maior partido da oposição, que se considera alternativa para governar...

Deputado João Costa (PSD): E é!

A Oradora: ...os Açores, não tenha ainda conseguido emitir uma visão estratégica sobre a gestão da água na Região, não dando qualquer contributo válido e inovador para os recursos hídricos dos Açores, tal como facilmente se verifica ao analisarmos as últimas declarações da líder do PSD...

Deputado Luís Garcia (PSD): Já sabíamos que ia chegar aí!

Deputado Mark Marques (PSD): As coisas que vos mandam dizer!

A Oradora: ...no âmbito do gabinete de estudos do seu partido.

Parece-me que o PSD tem de estudar mais qualquer coisa...

Deputado Luís Garcia (PSD): Esse parágrafo está muito bem enquadrado!

A Oradora: ...tem de analisar melhor os problemas do ambiente, porque actualmente, Srs. Deputados, a vossa nota é negativa.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Mark Marques (PSD): As coisas que vos mandam dizer!

Deputado João Costa (PSD): Sra. Deputada o pessimismo é uma coisa que não nos assiste!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, assistimos no plenário de Setembro à sua obstinação na defesa da construção de uma incineradora em S. Miguel.

Todos os seus antecessores nessa Secretaria foram contrários à implementação da incineradora, não sendo este aspecto do ponto de vista técnico e científico relevante, já o mesmo não podemos dizer do ponto de vista político.

Coloca-se a pergunta: o que mudou entretanto?

Como bem colocam as associações ambientalistas, as metas apontadas pelo Governo para reciclagem em linha com as directivas europeias inviabilizam a instalação da incineradora.

Se juntarmos a isto as dificuldades de financiamento do projecto, não seria prudente o estudo e a implementação de alternativas?

Mas para além de outros factores, uma nota sobre um outro vector de análise desta questão.

Como sabe o Sr. Secretário o método de incineração é no mínimo algo de controvérsia séria em todo o mundo e, em particular, na Europa. Ora colocar no mapa europeu mais um ponto de incineração, particularmente nos Açores onde a oferta turística é assente na natureza intacta, não é no mínimo um contra censo?

Continua o Sr. Secretário Regional e o Governo de que faz parte obstinados ainda neste projecto que, ao que tudo indica, será mais um elefante branco na nossa economia e uma mácula na nossa natureza e no nosso bem-estar?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando pela questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Paulo Ribeiro gostava de lhe dizer que de facto a Inspeção do Ambiente é uma inspeção relativamente jovem, não tem todo o equipamento que gostaríamos que tivesse, mas tem o equipamento necessário para cumprir as suas funções.

É preciso não esquecer que a Inspeção do Ambiente não pode, nem deve ser uma estrutura tipo aquelas polícias sofisticadas que faz análises no campo, até porque do ponto de vista legal as análises (particularmente numa situação inspectiva) para serem válidas só podem ser feitas quando feitas por um laboratório devidamente certificado, em condições que estão legalmente estabelecidas.

Nós não podemos, nem devemos ter uma Inspeção do Ambiente que vai de tubo de ensaio para o campo e que faz inspeções analíticas.

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): O relatório não existe!

O Orador: Não é assim que as coisas funcionam. As coisas funcionam sim do ponto de vista de uma actividade, que é do levantamento de situações, de recolha de amostras quando isso é necessário,...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Como?

O Orador: ...mas essas análises são feitas por uma entidade que esteja devidamente credenciada para isso e não pela Inspeção.

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Não há!

Deputado Luís Garcia (PSD): Qual é a entidade?

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado não espere encontrar uma Inspeção, nem aqui, nem em lado nenhum, com equipamentos científicos que vá para o campo fazer isto ou aquilo.

Aquilo que nós fazemos e que devemos continuar a fazer é contratualizar com entidades que estão devidamente acreditadas, para cada tipo de análises, as análises que precisamos. É isso que tem sido feito e é isso que será feito e portanto, o investimento de que aqui falámos, estamos a falar em pequenos equipamentos que são necessários para o trabalho da Inspeção, coisas que não são sofisticadas, nem nada que se pareça, e que têm os custos que são

compagináveis com aquilo que é a disponibilidade financeira que é demonstrada no Plano.

Passando às questões que foram colocadas pela Sra. Deputada Bárbara Chaves, para lhe dizer que obviamente vamos continuar a executar o Plano Regional da Água.

O Plano Regional da Água, a par do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos, é um dos planos fundamentais, é um dos pilares da política de ambiente da Região e continuará necessariamente a ser executado e tem as dotações necessárias para isso.

Passando finalmente à questão que foi colocada pela Sra. Deputada Zuraida Soares.

A Sra. Deputada faz um conjunto de observações em torno da sua questão que assentam em aspectos que estão claramente ultrapassados.

A Sra. Deputada está a ter uma visão muito conservadora daquilo que são as questões ...

Deputada Zuraida Soares (BE): A sério!

O Orador: Muito conservadora! Aliás, tão conservadora que já nem está em linha com aquilo que é o pensamento da generalidade dos técnicos, da generalidade das entidades que lidam com o ambiente ou que estudam o ambiente.

Quando a Sra. Deputada fala em reciclagem e em incineração, a Sra. Deputada está a confundir aqui dois conceitos que não deviam ser vistos de forma isolada.

A Sra. Deputada ao dizer quer não à incineração, necessariamente está a dizer que devíamos reciclar ou reutilizar tudo, porque caso contrário, obviamente, as coisas continuariam a acumular-se num sítio qualquer. Pressuponho que seja assim!

Deputada Zuraida Soares (BE): Há alternativas.

O Orador: A alternativa só pode ser ou esta, ou aquela. Não pode ser outra coisa qualquer.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não há mais nenhuma se não a incineradora?

O Orador: Das duas, uma: ou eu reciclo, ou vou fazer o aproveitamento daqueles materiais de uma forma que não é exactamente a recuperação do material na mesma forma.

A Sra. Deputada ao fazer este ataque à incineração está a confundir o aproveitamento energético que actualmente se faz com a incineração que se fazia nos anos 60 e 70, que era pura e simplesmente queimar, ou seja, era no fim de contas pegar nos resíduos e - uma forma de nos vermos livres deles - queimávamos, não aproveitávamos nada daquilo.

Hoje não! Hoje aquilo que nós estamos a falar aqui nos Açores é na valorização energética dos resíduos.

O que é que isso quer dizer? Quer dizer que estou a utilizar os resíduos como um recurso e estou a aproveitar a energia que seria desperdiçada, deitada num aterro qualquer, em que lentamente seria libertada para a atmosfera, sob a forma de dióxido de carbono (ou pior ainda de metano, que tem um efeito sobre o clima muito superior ao dióxido de carbono), e estou a dizer que vou aproveitá-lo e transformá-lo em dióxido de carbono, mas vou aproveitar em energia e ao fazer isso eu poupo recursos. Não preciso de queimar a mesma quantidade de petróleo e se a Sra. Deputada se lembrar da química elementar vai ter a certeza de que as equações de conservação de massa se mantêm. Portanto, tanto faz eu queimar os resíduos ou queimar petróleo, porque a quantidade de dióxido de carbono que vou produzir é a mesma, portanto, escuso de produzir duas vezes esse dióxido de carbono.

Do ponto de vista climático, do ponto de vista do investimento, do ponto de vista da boa gestão dos recursos, o aproveitamento energético é uma boa solução.

O que é que mudou, Sra. Deputada? Mudou exactamente isso. A tecnologia evoluiu. Nós hoje temos condições para ter operações de valorização energética que são simultaneamente seguras do ponto de vista ambiental e rentáveis do ponto de vista da produção energética. É isso que mudou.

Há umas décadas atrás não era possível fazer isso. Não existia essa tecnologia. Havia problemas sérios com as incineradoras e particularmente havia uma

questão: não era possível utilizar a energia produzida, não era possível produzir energia, não era possível valorizar aqueles recursos. Foi isso que mudou.

Também gostava de lhe dizer, Sra. Deputada, que entretanto nós felizmente já temos o financiamento garantido para estes projectos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Infelizmente!

O Orador: Já temos esta questão resolvida. A nível da União Europeia esta questão já foi resolvida e portanto, nós temos a certeza que podemos com este investimento, melhorar a qualidade do ambiente nos Açores, melhorar a qualidade do ambiente a nível global. Não se esqueça a Sra. Deputada que quando se fala em reciclagem estamos a falar numa operação que é tudo menos limpa.

A Sra. Deputada, como pode imaginar, quando nós pegamos no nosso lixo e o enviamos para um lugar qualquer ele não se transforma em coisa limpa. O que nós fazemos é vermo-nos livres dele aqui (ficou limpo) mas noutra sítio, se calhar num país qualquer que não tem o mesmo rigor de normas ambientais e de segurança no trabalho como tem a União Europeia alguém vai ter de limpar o seu lixo e ao limpá-lo vai produzir um importantíssimo impacto sobre o ambiente, sobre a saúde das pessoas.

A Sra. Deputada provavelmente já viu as tristes fotografias de países africanos que importam lixo europeu, em que se vêem crianças em situações que são...

Deputada Zuraida Soares (BE): E nós não vamos ter de importar, Sr. Secretário?

O Orador: ...enfim, tudo menos dignas e que no fim de contas estão a morrer para limpar a consciência de uns tantos europeus que julgam que estão a fazer uma grande coisa ao ambiente, mandando o lixo para fora, dizendo que estão a reciclar.

Sra. Deputada, as coisas não são aquilo que parecem e é preciso olhar para elas na sua inteireza. Se a Sra. Deputada quer ter uma abordagem ética em relação à questão dos resíduos tem de olhar para todo o percurso do resíduo, desde que ele sai da nossa casa, até que ele se transformou noutra material qualquer e vai ver, Sra. Deputada, que deste ponto de vista a valorização energética é

incomparavelmente melhor e mais segura, porque é feita no nosso próprio território, somos nós que nos responsabilizamos pelos nossos resíduos até ao fim, porque somos nós que impomos as regras da recuperação, somos nós que garantimos que não há impacto ambiental. Isso é muito mais sério do que dizer “vamos reciclar tudo, vamos meter em contentores e vamos enviar para a reciclagem”.

Quando enviamos para reciclagem, enviamos para a Nigéria, enviamos para o Gabão, enviamos para a Índia, enviamos muitas vezes veneno que vai matar outras pessoas como nós, que vivem nesses países.

É isso que acontece numa abordagem perfeitamente hipócrita. Aquilo que nós dizemos é: “nós somos a favor da reciclagem, somos a favor do bom ambiente, não queremos poluir”, mas a seguir queimamos petróleo que produz exactamente a mesma quantidade de dióxido de carbono, pomos as coisas numa lixeira que produz metano, muito pior que o dióxido de carbono na atmosfera e, particularmente, fazemos esta operação hipócrita de esconder aquilo que devia ser uma responsabilidade nossa.

Somos nós que produzimos os resíduos, somos nós que devemos olhar para eles. O que nós temos de fazer é reduzir, reduzir, reduzir e ter uma política séria e consistente nessa matéria.

Deputada Zuraída Soares (BE): Então para quê a incineradora se reduzimos, reduzimos?

O Orador: Quanto às questões daquilo que são as opiniões desta ou daquela instituição, eu respeito-as muito com certeza, mas posso dizer-lhe que o estudo que está feito para a valorização energética nos Açores teve em conta as mais exigentes directivas europeias e aquilo que o Governo fez ao propor a esta Câmara a transposição da directiva foi exactamente assumir que nos Açores vamos até ao limite do aproveitamento dos materiais, tudo o que seja seguro aproveitar aqui, será aproveitado; aquilo que não for vamos com clareza, transparência e dentro de regras seguras de protecção do ambiente e de segurança no trabalho fazer o aproveitamento desses materiais para produzir

energia, evitando assim importar mais materiais, exportar capital, valorizar a nossa própria terra e melhorar a nossa economia.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero associar-me a este debate, embora o Sr. Secretário Regional tenha acabado de prestar um esclarecimento muito completo sobre a questão da valorização energética, para dizer desde logo que para a bancada do Partido Socialista a valorização energética de resíduos é uma decisão inteligente e, como tal, apoiada por esta bancada.

Quero também lembrar à Sra. Deputada que nós, membros desta Assembleia, somos pessoas de bem e aprovámos muito recentemente o Regime Jurídico da Gestão da Prevenção e Gestão de Resíduos. Esse Regime tem regras muito restritas quanto à hierarquia das operações de gestão e tem também um conjunto de metas que tem a ver com a reciclagem, as quais nós estamos obrigados cumprir.

Por outro lado, Sra. Deputada, vender a reciclagem como uma actividade limpa não é honesto...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não vendi nada!

A Oradora: ...porque sabemos que não é uma actividade limpa.

A concluir esta minha curta intervenção eu queria colocar uma questão à Sra. Deputada.

Todos nós sabemos que há resíduos, que pelas suas características, por exemplo, a dimensão, não são susceptíveis de serem reutilizados, nem de serem reciclados e a pergunta que gostaria de lhe fazer é: o que é que a senhora prefere? É enterrá-los num aterro ou exportá-los para que outros tratem dos resíduos que a senhora produziu?

É que é também desta questão que aqui se trata.

Portanto, da nossa parte apoiaremos a valorização energética. **Deputados Hernâni Jorge e Benilde Oliveira (PS)**: Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD)**: Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, nós ficámos a saber que a Inspeção Regional do Ambiente praticamente não existe, ou praticamente não faz o seu trabalho.

Talvez seja por isso que não se consegue resolver, por exemplo, as questões ambientais, que tanta tinta tem feito correr nos jornais, no Parque Industrial da Praia da Vitória, por exemplo.

Deputado Hernâni Jorge (PS): O ambiente não são só fiscais.

O Orador: Sra. Deputada Bárbara Chaves, a Sra. Deputada falou aqui em falta de visão estratégia em matéria ambiental.

A visão estratégica que nós detectamos no Plano para 2012 é que no programa que sofre uma redução de 37,7%, 16 milhões de euros, há uma acção que sofre um aumento de 137% e que é, nada mais, nada menos, do que jardinagem. Jardinagem do Palácio dos Capitães Generais, em Angra. Isto sim é, para a Sra. Deputada, visão estratégica!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria só muito brevemente, porque também o tempo urge, de dar uma resposta à questão que o Sr. Deputado Paulo Ribeiro que de forma recorrente coloca sobre o Parque Industrial da Praia da Vitória.

Sr. Deputado, não há problema nenhum de inspeção no Parque Industrial da Praia da Vitória. Nós sabemos rigorosamente tudo o que lá se passa. Não há nenhuma necessidade inspectiva nesse Parque.

O que há, sim, é a necessidade de resolver alguns problemas que têm a ver com o investimento, podem ser graves ou não...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Graves! O senhor respondeu a um requerimento.

O Orador: Na sua avaliação é grave, na minha nem tanto, mas a verdade é que nós estamos aqui a falar de uma questão que tem a ver com o emprego, manutenção de emprego, viabilidade de empresas. É disso que nós estamos a falar.

Não se trata aqui de nenhuma questão de saber o que lá se passa.

Nós poderíamos ter o CSI do ambiente, que saberíamos rigorosamente a mesma coisa que sabemos. Nós sabemos rigorosamente o que se passa no Parque Industrial.

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Mas preocupa-o ou não? Preocupa-se com as questões ambientais? Parece que não!

O Orador: Não há nenhum problema inspectivo. O que há, sim, é uma opção de “vamos encerrar uma empresa, vamos gerar sessenta e tantos casos de desemprego ou vamos tolerar uma situação que não tem grande risco para o ambiente, mas que permite manter...”

Sejamos responsáveis, Sr. Deputado, e não usemos as questões...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Diga isso à população do Cabo da Praia! Nunca lá estive.

O Orador: Já disse isso e estou a dizê-lo aqui e com certeza que a população do Cabo da Praia me ouvirá.

Já o disse lá e estive no local com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Cabo da Praia,...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Também já lá estive!

O Orador: ...pessoa que obviamente representa a população.

Portanto, Sr. Deputado, com toda a transparência não vamos chamar para aqui questões de inspecção porque não é disso que se trata.

Quanto à outra questão, voltando um bocadinho atrás, porque há pouco me esqueci, gostava de dizer que obviamente, Sra. Deputada, a aprovação pela

União Europeia do projecto do aproveitamento energético, aquilo a que a senhora chama de incineradora de S. Miguel ou da Terceira, obviamente isso significa que também nessa matéria estamos a cumprir os requisitos europeus de investimento. Isso quer dizer que todas as normas que se aplicam e são muitas que aplicam, quer à operação de incineração, quer a montante às operações de gestão de resíduos, estão a ser cumpridas.

E nós estamos no ambiente, que do ponto de vista regulatório, é o mais exigente em todo o planeta. A União Europeia tem as regras mais apertadas quanto à incineração de resíduos que existem neste nosso planeta e ao aprovarem o nosso projecto estão, pura e simplesmente, a dizer que ele está conforme. Isso é extremamente importante que se perceba.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra apenas para aclarar o ponto de vista do Governo em relação aos investimentos que têm desenvolvido e que irá continuar a desenvolver na área da recuperação do património edificado.

Custa-me muito ouvir a forma como, de forma negligente, alguns partidos da oposição se referem a obras que são empreendidas com essa finalidade (refiro designadamente o caso das obras que envolvem a requalificação e valorização do Palácio dos Capitães Generais).

Deputado João Costa (*PSD*): E os jardins!

O Orador: Esqueçam a ideia de que quando me desloco e permaneço na ilha Terceira durmo nesse Palácio. Esqueçam isso!

Pensem no Palácio.

Deputado João Costa (*PSD*): E nos jardins!

O Orador: Pensem no seu valor patrimonial.

Deputado João Costa (*PSD*): E nos jardins!

O Orador: Pensem no que ele representa do ponto de vista de qualificação a cidade património.

Pergunto-vos: é desajustado, seja em que tempo for, cuidar daquilo que é nosso, cuidar daquilo que nos qualifica e nos valoriza, seja em que área for e especialmente seja naquela que é uma área de salvaguarda do nosso património material que temos o dever de empreender?

Deputado João Costa (PSD): Primeiro são as pessoas, as famílias! Já não são as famílias?

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Defendo, por isso, como um investimento ajustado a qualquer circunstância, como um investimento da responsabilidade da nossa geração a criação de Centros de Arte Contemporânea (como o Centro de Arte Contemporânea “Arquipélago”, na Ribeira Grande); a remodelação do antigo Hospital da Boa Nova que também agora se vai iniciar na ilha Terceira para adaptação à secção militar do Museu de Angra do Heroísmo; a empreitada que está a decorrer de construção do novo edifício da Biblioteca e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo; a empreitada que se vai iniciar de construção e ampliação do Museu dos Baleeiros na ilha do Pico;...

Deputado João Costa (PSD): Pensei que eram famílias e empresas!

O Orador: ...a elaboração do projecto de remodelação do edifício do Museu Carlos Machado do Convento de Santo André, que carece também de uma intervenção de salvaguarda do património edificado e que valorize a exposição museológica associada.

Com justo título alguns Deputados, inclusive da maioria, reclamam, por exemplo, a construção do novo Museu de São Jorge, de Francisco Lacerda (é uma obra que é necessária e que é importante também que se faça) e a justo título também todos, julgo eu, nos congratulamos com a inauguração recente, por exemplo, da Casa Manuel de Arriaga, no Faial; do Museu da Graciosa ou com a recuperação em geral que temos empreendido e vamos continuar a empreender do nosso património religioso construído.

É preciso assentarmos nesta ideia de que quando se investe na cultura, quando se investe na salvaguarda do nosso património cultural, seja ele material ou imaterial, nós não estamos deitando dinheiro à rua.

Deputado António Ventura (PSD): De estômago vazio!

O Orador: Nós estamos fixando aquilo que tem maior valor na nossa história no presente e no futuro da nossa Região.

Deputado Luís Garcia (PSD): É uma questão de prioridades!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aqui o que está em causa, Sr. Presidente, é que nós estamos a falar, neste caso concreto, do Palácio dos Capitães Gerais que vem no plano como uma medida de promoção ambiental.

E nós o que estamos aqui a ver é que estamos a falar em prioridades e para o PSD as prioridades não são uma promoção ambiental através de uma obra de jardinagem.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque em primeiro lugar para o PSD, Sr. Presidente, estão as empresas, as famílias e os 14 mil desempregados que o senhor pôs em casa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Não tenho mais inscrições para pedidos de esclarecimento.

Vamos passar à intervenção seguinte. Para tal dou a palavra à Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Anual Regional para o ano de 2012 representa a fase final de implementação da estratégia desenhada no Programa do Governo aprovado

nesta Câmara em 2008 e nas Orientações de Médio Prazo que têm norteado a ação governativa nesta legislatura.

Na área do ambiente, o Governo resolveu, e bem, canalizar parte significativa do seu esforço de investimento para a construção de centros de processamento de resíduos, centros de valorização orgânica por compostagem, estações de transferência, selagem de lixeiras e remoção de passivos ambientais.

É, assim, criado um sistema que, complementado com outros investimentos camarários, dota a Região das infraestruturas necessárias a uma correta gestão dos resíduos e permite o cumprimento das metas para reciclagem, reutilização e valorização de resíduos e do princípio da hierarquia da sua gestão.

Esta é uma área de responsabilidades partilhadas, cabendo às autarquias locais um importante papel, nomeadamente na implementação de sistemas de recolha que potenciem os investimentos realizados pelo governo.

Cabe, aqui, uma referência especial ao concurso Eco-freguesia, que permitiu já a recolha de cerca de 100 toneladas de resíduos. Atualmente, 82 freguesias dos Açores ostentam este galardão, o que é demonstrativo do empenho que colocaram nesta ação.

Na área dos recursos hídricos, o Plano 2012 prosseguirá a implementação do Plano Regional da Água.

Nesta matéria, destacamos a intervenção ao nível da proteção das origens da água, da conservação e valorização da rede hidrográfica e das infraestruturas hidráulicas e a instalação das estações hidrometeorológicas automáticas que, a par de inúmeras outras medidas de ordenamento e gestão do domínio hídrico, consubstanciam um assinalável esforço do Governo na preservação da água, recurso escasso e indispensável à vida.

A relevância e indispensabilidade dos serviços prestados pela biodiversidade de um território obrigam a encarar com seriedade o seu declínio.

Entre as medidas adotadas para a conservação da natureza está a estruturação da rede dos parques naturais de ilha, concluída no corrente ano, que constitui um instrumento essencial de gestão das áreas protegidas, orientada para uma

utilização sustentável dos recursos naturais e uma importante ferramenta para o turismo sustentável.

Paralelamente, com a estruturação do Parque Marinho dos Açores, a todos os títulos notável, a Região assumiu-se como protagonista nos esforços de conservação da diversidade e produtividade biológica, o que lhe conferiu uma ainda maior notoriedade internacional, consonante com o empenho que os seus órgãos de governo próprio e a sua comunidade científica têm colocado em matéria ambiental e, muito particularmente, nas questões associadas à proteção e gestão do mar.

A planificação, a regulamentação, a criação de instrumentos de gestão e a previsão de penalidades para os incumprimentos são respostas necessárias à execução prática dos princípios enunciados no direito internacional e comunitário e indispensáveis a uma abordagem eficaz dos desafios ambientais da atualidade.

Com os governos socialistas, os Açores conseguiram conciliar a conservação dos seus recursos com o desenvolvimento sustentável, não se limitando ao enunciado de princípios e de intenções.

As oportunidades económicas surgidas, por exemplo, com o desenvolvimento da política regional de resíduos, que levaram ao aparecimento de novos atores e que permitiram a diversificação a muitos agentes económicos, são exemplo de como políticas ambientais corretamente gizadas e implementadas se constituem como oportunidade e de como isto é uma realidade nos Açores.

Dizer-se que nos Açores falar de ambiente “é falar de planos, regulamentos, regras, proibições e coimas”, como fez a líder do PSD, é irresponsável...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): 75 vezes.

Deputado Luís Garcia (PSD): Santa Berta!

A Oradora: ...e revela a sua apetência para a governação sem regras e o desconhecimento dos instrumentos de qualquer política ambiental que se pretenda responsável e eficaz.

Ou talvez revele o desejo de que tudo nos Açores fosse como na autarquia de Ponta Delgada onde, por falta de planeamento, a central de camionagem seria na Praça Vasco da Gama, depois no Campo de S. Francisco e depois na Rua de Lisboa, para acabar em lugar nenhum.

Deputado Luís Garcia (PSD): Bela temática para a Assembleia Municipal!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Ou então como o centro de arte contemporânea que da Avenida do Mar passou para o Parque Urbano,...

Deputado Luís Garcia (PSD): A senhora já discutiu isso na Assembleia Municipal!

A Oradora: ...o qual, por seu turno, era para ter umas piscinas mas ficou com um *driving range* e uma *club house* que não servem a ninguém.

Deputados Berto Messias e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Essa mulher incomoda muito. Se não incomodasse não falavam tanto nela!

A Oradora: O ordenamento do território é indispensável à coesão, à preservação e utilização sustentável de recursos e à qualidade ambiental. Por isso, esta é uma das áreas onde se destaca o investimento do Governo dos Açores.

A aprovação da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas, no passado dia 19 de Outubro, a criação, com o apoio do Governo, do Centro do Clima, Meteorologia e Mudanças Globais da Universidade dos Açores e a criação das redes de monitorização de fenómenos climáticos extremos, são apenas algumas das medidas implementadas face ao fenómeno das alterações climáticas e à especial vulnerabilidade do nosso território.

Em 2012 prosseguirão os planos de ordenamento das bacias hidrográficas de lagoas, com particular incidência nas Lagoas de Furnas e Sete Cidades onde, ao longo dos anos, tem sido desenvolvido um trabalho extraordinário de recuperação e ordenamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

(Pode fazer mais um risquinho, Sr. Deputado Duarte Freitas!)

Quando, em Setembro, a líder do PSD visitou as Furnas,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): 76!

Deputado Mark Marques (PSD): Disseram o nome de Berta Cabral 76 vezes e nunca disseram o nome de Vasco Cordeiro.

A Oradora: ...declarou e passo a citar: “a prioridade é salvar a lagoa, tomando medidas de fundo, como a aquisição dos terrenos vizinhos e a sua florestação, de modo a protegê-los dos nitratos e de todas as substâncias que provocam esta aceleração na eutrofização da lagoa”. Fim de citação.

Nessa data, a Região já tinha adquirido 265 hectares de terreno e tinham sido já eliminados estrumes e fertilizações em 220 hectares de pastagens.

Deputado António Ventura (PSD): Isso é na Ilha de São Miguel! É mentira!

Deputado José Rego (PS): É muita terra!

A Oradora: Nessa data, tinham sido já entregues para reconversão do uso do solo e florestação 130 hectares de área agrícola privada e construídas 10 bacias de retenção nos leitos de ribeiras e criadas inúmeras pequenas bacias de retenção de água e dissipadoras de energia hídrica.

Nessa data, tinha sido já realizado o controlo de infestantes em 146 hectares de pastagens...

Deputado Francisco César (PSD): Muito bem!

A Oradora: ...e estava feita a plantação de mais de 2000 metros de faixas tampão e de mais de 30 hectares em zonas declivadas em áreas públicas.

Mais uma vez o PSD chegou tarde e mal informado, demonstrando enorme desconhecimento e impreparação.

O mesmo se diga a propósito das energias renováveis, onde a Região tem feito um excelente percurso.

(Mais um risquinho, Sr. Deputado!)

Deputado Duarte Freitas (PSD): 77 vezes!

Deputado Mark Marques (PSD): Quantas vezes disseram o nome do Vasco? Tomaram nota?

A Oradora: Quando a líder do PSD disse que “uma aposta clara em energias renováveis e limpas não reduzirá somente a emissão de CO2 para a atmosfera como fará igualmente com que a importação de combustíveis fósseis diminua” disse o que hoje qualquer criança do 2º ano aprende na escola.

E não tinha, certamente, tido a oportunidade de ler o Plano Estratégico para a Energia dos Açores. Só assim se compreende que só agora tenha descoberto a importância do investimento em energias renováveis.

Aquele Plano prevê elevar a taxa de penetração das energias renováveis para a produção de energia elétrica em cerca de 50% até ao ano de 2018. Permitam-me lembrar que o Programa do Governo, aprovado em 2008, reduziu aquele horizonte temporal para o ano de 2014, estando, para tanto, em curso e previstos vultosos investimentos a realizar pela Empresa de Eletricidade dos Açores.

De acordo com o Relatório Informação e Estatística, publicado pela EDA no passado mês de Outubro, a produção de energia elétrica de origem renovável, na área de influência da EDA, foi de 30,1%.

Com este valor ultrapassámos já a meta comunitária para 2020. Fica, assim, demonstrada a assertividade da política energética dos Governos do Partido Socialista nos Açores, que o Plano 2012 prosseguirá.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na história dos Açores, as políticas ambientais do Partido Socialista representam um marco e permitiram-nos alcançar uma invejável reputação a nível nacional e internacional.

De facto, enquanto o PSD diz que o Governo Regional não assumiu a política ambiental como uma prioridade, o Governo dos Açores propôs, e a Unesco aceitou, a classificação das ilhas do Corvo, Graciosa e Flores como Reservas da Biosfera, quando já tinha conseguido, em 2004, a classificação da paisagem da vinha do Pico como Património da Humanidade.

Enquanto diz que os Açores precisam de uma nova abordagem ambiental, os Açores foram distinguidos com o grau de ouro do galardão *QualityCoast*,

financiado pela União Europeia e o Parque Natural do Faial foi classificado como *European Destination of Excellence*.

Enquanto diz que “é imperioso garantir a excelência na qualidade das águas marinhas”, a Quercus atribuiu a classificação Ouro a quatro dezenas de áreas balneares nos Açores, e a OSPAR aceitou a classificação de várias áreas marinhas protegidas agora integradas no Parque Marinho dos Açores.

São dezenas de prémios e distinções nacionais e internacionais, atribuídos por entidades externas idóneas, que asseguram a nossa qualidade ambiental e que, por essa via, desmentem o PSD/Açores e a sua líder.

Deputado Duarte Freitas (PSD): 78! Acham que estão fazendo bem? Acho que não!

Deputado Mark Marques (PSD): Eu acho que sim!

A Oradora: O ambiente é, seguramente, um dos sectores da governação regional que mais reconhecimento externo tem tido nos últimos anos. Não acreditamos que, por um instante que seja, o PSD/Açores não sinta orgulho por estas distinções internacionais.

Quanto ao Partido Socialista, prosseguiremos, em 2012, a estratégia traçada em defesa dos nossos valores ambientais e da sustentabilidade da nossa Região, não com generalidades e frases ocas,...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ...mas com políticas que incorporam medidas e ações concretas e que fazem dos Açores uma Região de referência em matéria ambiental.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): 78 vezes que disseram o nome de Berta Cabral!

Deputado Mark Marques (PSD): Em dois dias disseram o nome de Berta Cabral 77 vezes e nunca disseram o nome de Vasco Cordeiro!

Sr. Secretário, no seu lugar estava preocupado!

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado.

Face à nossa hora os nossos trabalhos terminam por hoje.

Vou só pedir ao Sr. Secretário para nos dar os tempos sobrantes e recomeçamos os nossos trabalhos amanhã pelas 10 horas.

Secretário: O Governo tem 51 minutos e meio; o PS, 39 minutos; o PSD, 23 minutos; o CDS/PP, um minuto e meio; o Bloco de Esquerda, um minuto e dez segundos; o PPM, dois minutos e meio e o PCP, um minuto.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa noite.

Bom jantar. Até amanhã, às 10 da manhã.

Obrigado.

(Eram 19 horas e 37 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Hernâni Hélio Jorge

Correspondência

1 – Correspondência:

Assunto: Ofício a dar conhecimento das verificações internas de contas de gerência aprovadas e a seguir indicadas:

- VIC. n.º 15/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.14) – "Fundo Escolar da Escola Básica Integrada da Horta"
- VIC. n.º 16/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.17) – Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo";
- VIC. n.º 17/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.18) – "Serviço de Desporto de São Miguel".
- VIC. n.º 18/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.23) – "Conservatório Regional de Ponta Delgada".

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2011.11.28

Referência: 04.01.06/1/IX;

Assunto: Ofício a renunciar o mandato de deputado Regional, com efeitos a partir do dia 2 de Dezembro de 2011 inclusivé

Proveniência: Deputado Regional do PS, Manuel Herberto Santos da Rosa

Data de Entrada: 2011.11.28

Referência: 28.08/1/IX.

2 - Relatórios e Pareceres:

Assunto: Projecto de Proposta de Lei n.º 33/2011 (PCM) - "Institui o sistema de informação dos certificados de óbito (SICO) com vista a permitir a desmaterialização dos certificados médicos de óbito e a sua missão em suporte electrónico"

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 28

Comissão: Política Geral;

Assunto: Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 28

Comissão: Assuntos Sociais.

Pela Redatora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado